

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIELLE FARIA PEIXOTO

**ESPAÇOS DO MEDO: A DOMESTICIDADE DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

2018

DANIELLE FARIA PEIXOTO

**ESPAÇOS DO MEDO: A DOMESTICIDADE DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Área de Concentração Gestão Territorial.

Orientadora: Prof. Dra. Olga Maria Schild Becker

RIO DE JANEIRO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

P377e Peixoto, Danielle Faria
Espaços do medo: a domesticidade da violência / Danielle Faria Peixoto. -- Rio de Janeiro, 2017.
123 f.

Orientador: Becker Olga Maria Schild.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Violência de Gênero. 2. Violência Doméstica.
3. Vulnerabilidade. I. Olga Maria Schild, Becker, orient. II. Título.

DANIELLE FARIA PEIXOTO

**ESPAÇOS DO MEDO: A DOMESTICIDADE DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Área de Concentração Gestão Territorial.

Aprovado em 04 de junho de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Olga Maria Schild Becker

Prof. Dra. Gislene Aparecida dos Santos

Prof^a. Dra. Vanessa Campagnac da Silva Barros

RIO DE JANEIRO

2018

AGRADECIMENTOS

“E aí, já acabou? ”. Talvez essa tenha sido a frase que eu mais escutei ao longo desses três anos de pesquisa – justamente porque deveriam ter sido dois. A realização desta dissertação só foi possível pelo apoio e companheirismo de vários amigos, aos quais expresso a minha gratidão.

Agradeço à professora Olga Becker, que vem me acompanhando desde a graduação, entendendo meus dilemas e me orientando da melhor forma possível, transmitindo sua sabedoria e respeitando minhas escolhas temáticas e metodológicas. Sou grata ao grupo de pesquisa GEPOP, que me acolheu tantas vezes como o meu lugar, e todos os colegas que ali sempre estiveram para dividir trocas de conhecimento, boas conversas e um café.

Sou grata aos meus grandes amigos da Geografia, que sempre estiveram ali para me apoiar e para me abraçar sempre que foi preciso. Ao Pedro, por construir desde o início esta pesquisa comigo, escutar meus lamentos e me ajudar de todas as formas possíveis e impossíveis; Ao Genilson, por não desistir e nem me deixar dormir quando as forças estavam escassas. Ao Nei, pelas trocas intelectuais e éticas. Ao Leo OM por me orientar e a Renatinha por toda a força. À Aló, por sempre estar aqui. A Rafa e a Ayumi, por sempre incentivarem.

Sou grata aos meus amigos do LabORE, onde a breve passagem foi de extrema importância para a continuação da pesquisa. Agradeço especialmente ao Professor Rainer Randolph, que me deu oportunidades e experiências valiosas. Aos meus grandes amigos Lívia e Gabriel, que saíram do LabORE e permaneceram na minha vida.

Agradeço aos meus amigos que mesmo fora do ambiente da academia cotidianamente estiveram presentes. À Bem, por me acolher na sua casa e no seu coração sempre que foi preciso. À Darana, pela distância geográfica nunca ter sido impeditivo para estar junto. Ao Leandro, pela sua escuta incansável e incentivo diário. Ao Rodrigo, por ser companheiro do início ao fim, acreditando mais do que eu mesma na minha capacidade.

Às minhas grandes amigas da militância, em especial a Dani, por me mostrar caminhos possíveis; às mulheres da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, por me mostrarem que não estou sozinha. A minha especial gratidão à todas as pessoas incríveis que eu conheci em Rio das Pedras, que fizeram eu me sentir acolhida e possibilitaram que a pesquisa fosse uma experiência transformadora, me concedendo um conhecimento imensurável.

Finalmente agradeço a minha família, que possibilitou que o trajeto Bangu – Fundão fosse possível todos os dias, incentivando a continuar a pesquisa cotidianamente. Agradeço por nunca terem desistido de mim e me incentivado de todas as formas possíveis e impossíveis. Por todos os abraços, rezas e conversas. Por todo amor.

RESUMO

A violência de gênero é um fenômeno multifacetado e complexo, e primeiramente corresponde a uma violação de direitos humanos. Pode ser compreendida por atos violentos fundamentados em relações de gênero, manifestando-se de diferentes formas, abarcando, dentre outras, as dimensões da violência psicológica, moral, física e sexual, tanto nas esferas pública como privada (Artigo 1 e 2, Convenção do Pará, 1994).

Estas dimensões de violência se manifestam em diferentes escalas sociais e geográficas podendo ser observadas no âmbito familiar, exemplificada por abusos físicos, sexuais ou psicológicos por parte do parceiro íntimo ou por outras pessoas neste ambiente; e também no âmbito comunitário, representado por violências físicas, sexuais ou psicológicas que acontecem no ambiente público e são praticadas ou toleradas pelo Estado (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995).

No entanto, a violência de gênero é apenas uma das interfaces da desigualdade de gênero, estruturada em uma sociedade patriarcal e historicamente construída, sendo assim passível de transformação. Tais desigualdades se expressam espacialmente, uma vez que as relações de gênero e a produção espacial influenciam-se profunda e mutuamente, sendo possível falar de uma produção de um espaço *generificado* (MASSEY, 1994).

Buscando compreender o processo de generificação dos espaços através da problemática da violência de gênero, propõe-se entender essa dinâmica a partir das escalas da casa e da rua, utilizando o recorte da cidade do Rio de Janeiro, local onde a insegurança pública e a segregação socioespacial, decorrentes de processos socioespaciais históricos (ABREU, 1988), se somam à violência de gênero.

A partir deste cenário e apesar dele, coloca-se como questão central desta pesquisa: Como a violência de gênero se expressa no tecido socioespacial da cidade do Rio de Janeiro? Somam-se a esta, outras inquietações, tais como: existem diferenças destas expressões nos heterogêneos espaços da cidade? Podemos definir um padrão da mulher vítima de violência e/ou um padrão de seu agressor? Quais são os lugares da ocorrência da violência contra a mulher? Como essa violência se manifesta na escala do domicílio?

Palavras-chave: violência de gênero; violência doméstica; vulnerabilidade.

*Carrego comigo o legado
De minha mãe, de minha avó
E de tantas outras que me antecederam.
O grito que carrego também é delas.
Pelos prazeres que não puderam ter
Pelo corpo feminino que não puderam explorar
Pelo voto e palavras negadas
Pelo potencial não exercido
Pelo choro em lágrimas secas.
Tenho um grito entalado na garganta.
Um grito denso, volumoso,
Um grito ardido, de veias saltadas.
E hoje ele vai sair.
- O corpo é meu!*

(Trecho de “O grito”, Jenyffer Nascimento, 2014)

Marielle Franco presente. Hoje e sempre.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. Reflexões Sobre Gênero, Violência e Espaço.....	17
1.1. Gênero e geografia: a produção de espaços generificados	17
1.2. Da divisão sexual dos espaços à privatização da violência de gênero.....	26
2. Aspectos Metodológicos e Operacionais da Pesquisa.....	39
2.1. Levantamento e análise de dados secundários.....	39
2.2. Dados primários e trabalho de campo.....	42
3. A violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro: panorama geral	46
4. A violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro: padrões socioespaciais.....	55
4.1. A domesticidade da violência contra a mulher	66
5. Violência contra mulher em Rio das Pedras: uma favela em questão	80
5.1. Observar e ser observada: um olhar de Rio Pedras	87
5.2. Nível comunitário de análise: espaços institucionais de ação	90
5.3. Da escala comunitária ao nível relacional	98
Considerações Finais	106
Referências Bibliográficas.....	109
Anexos.....	116
Anexo I – Esquematização das Observações de Campo	117
Anexo II – Roteiros Base de Entrevistas	118
Anexo III - Um rio de Olhares.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número total de registros de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro.....	47
Gráfico 2 - Número total de registros de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro.....	48
Gráfico 3 - Principais locais de ocorrência de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015).....	50
Gráfico 4 - Ocorrência de violência contra a mulher por faixa etária segundo natureza do vínculo na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015).....	51
Gráfico 5 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	52
Gráfico 6 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	53
Gráfico 7 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	54
Gráfico 8 - Violência total a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	55
Gráfico 9 - Média anual dos casos de violência psicológica/moral a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	59
Gráfico 10 - Média anual dos casos de ameaça a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	59
Gráfico 11 - Casos de violência psicológica e moral a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	60
Gráfico 12 - Casos de violência psicológica/moral a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	61
Gráfico 13 - Média anual dos casos de estupro a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	64
Gráfico 14 - Média anual dos casos de estupro a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	64
Gráfico 15 - Gráfico 18 - Casos de violência sexual a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	65

Gráfico 16 - Casos de violência sexual a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	65
Gráfico 17 - Casos de lesão corporal dolosa contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015)	68
Gráfico 18 – Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	68
Gráfico 19 - Relação entre vítima e agressor em casos de lesão corporal dolosa contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015).	69
Gráfico 20 - Gráfico dos locais de ocorrência de lesão corporal dolosa contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015).....	70
Gráfico 21 - Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015)	71
Gráfico 22 - Número total de casos de lesão corporal dolosa a mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015).....	72
Gráfico 23 - Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por raça ou cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 – 2015)	72
Gráfico 24 - Casos de homicídios a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015)	75
Gráfico 25 - Casos de homicídios a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	75
Gráfico 26 - Média anual dos casos de homicídios a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	76
Gráfico 27 - Casos de Ameaças por faixas etárias em Rio das Pedras (2010 - 2015)....	83
Gráfico 28 - Casos de Lesão Corporal Dolosa em Rio das Pedras/RJ por faixa etária (2010 - 2015)	84
Gráfico 29 - Relação entre a vítima e o agressor em casos de lesão corporal dolosa da faixa de 25 a 44 anos (2010 - 2015).	85
Gráfico 30 - Casos de Estupro por faixas etárias em Rio das Pedras (2011 - 2015).....	86
Gráfico 31 - Relação entre a vítima e o agressor em estupro na faixa de 0 a 14 anos (2011 - 2015)	86

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – População total por bairro na cidade do Rio de Janeiro.....	40
Mapa 2- Mapa da violência total contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015)	49
Mapa 3- Mapa da violência psicológica/moral contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015).....	57
Mapa 4 - Mapa dos casos registrados de ameaças contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015).....	58
Mapa 5 - Casos registrados de violência sexual contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010 -2015).....	62
Mapa 6- Casos registrados de estupro contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010 -2015)	63
Mapa 7 - Mapa dos casos registrados de violência física contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	66
Mapa 8 - Mapa da Violência física contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015)	67
Mapa 9- Casos registrados de homicídios contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015).....	73
Mapa 10 - Casos registrados de homicídios de mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015).	74
Mapa 11 - Distribuição dos serviços especializados a mulher por Área de Planejamento na cidade do Rio de Janeiro (2015).....	78
Mapa 12 - Mapa de Localização da favela de Rio das Pedras	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos(1999).	19
Quadro 2- Levantamento de Leis e Decretos brasileiros voltados aos direitos da mulher....	21
Quadro 3 - Tipo de violência contra a mulher segundo o ciclo de vida (1994)	27
Quadro 4 - Consequências da violência de gênero sobre a saúde (1994).....	28
Quadro 5 – Relação de bairros que estão listados por números no Mapa 1.	41
Quadro 6 - Serviços especializados a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2015).	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do ciclo da violência doméstica.....	32
Figura 2 - Ilustração do Modelo Ecológico	43
Figura 3 - Representação da Escalada da Violência.....	56
Figura 4 – Concentração de lixo na esquina da Rua Nova, Rio das Pedras.	88
Figura 5 – “Valão” poluído na Via Light, Rio das Pedras	88
Figura 6 – Rua do Amparo, Rio das Pedras.	89
Figura 7 – Caminhada pelo Fim da Violência contra as Mulheres realizada pelas ruas da comunidade	94
Figura 8- Reunião do grupo de artesanato Unid@s pelo amor	95
Figura 9 - Caminhada pelo Fim da Violência contra as mulheres pelas ruas da comunidade.	95
Figura 10 – Atividade “Mulheres na praça: rodas de conversa e exposição de fotografias”	97
Figura 11 – Acompanhamento de atividade formativa para jovens da comunidade no CAIC	98
Figura 12 – Roda Cultural de Rio das Pedras.....	120
Figura 13 – Produção de curta metragem “Rio das Marias” por jovens da comunidade de Rio das Pedras.	120
Figura 14 – Roda Cultural de Rio das Pedras.....	121
Figura 15 – Vendedor de cordel na Roda Cultural de Rio das Pedras.	121
Figura 16 – Sarau pelo fim da violência contra as mulheres.....	122
Figura 17 - Sarau pelo fim da violência contra as mulheres.	122
Figura 18 - Favela (re)existe: cores de Rio das Pedras.	123

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno multifacetado e complexo, e primeiramente corresponde a uma violação de direitos humanos. Pode ser compreendida por atos violentos fundamentados em relações de gênero, manifestando-se de diferentes formas, abarcando, dentre outras, as dimensões da violência psicológica, moral, física e sexual, tanto nas esferas pública como privada (Artigo 1 e 2, Convenção do Pará, 1994).

Estas dimensões de violência se manifestam em diferentes escalas sociais e geográficas podendo ser observadas no âmbito familiar, exemplificada por abusos físicos, sexuais ou psicológicos por parte do parceiro íntimo ou por outras pessoas neste ambiente; e também no âmbito comunitário, representado por violências físicas, sexuais ou psicológicas que acontecem no ambiente público e são praticadas ou toleradas pelo Estado (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995).

No entanto, a violência de gênero é apenas uma das interfaces da desigualdade de gênero, estruturada em uma sociedade patriarcal e historicamente construída, sendo assim passível de transformação. Tais desigualdades se expressam espacialmente, uma vez que as relações de gênero e a produção espacial influenciam-se profunda e mutuamente, sendo possível falar de uma produção de um espaço *generificado* (MASSEY, 1994).

Ressalta-se uma dificuldade de integrar o gênero enquanto uma dimensão da vida social que deve ser incorporada aos estudos geográficos, relacionada historicamente com a própria falta de visibilidade da mulher na história da geografia (MARTINÉZ et al, 1995). Realidade esta que vem sendo modificada, com as mudanças nos próprios paradigmas dos campos científicos e com a integração progressiva das mulheres na academia, vivenciando-se atualmente um significativo aumento na participação feminina na produção do conhecimento geográfico (AL-HINDI, 2000).

Nesse sentido, Spitalere (2014) destaca que a emergência de estudos de gênero na geografia torna-se essencial na medida em que fenômenos espaciais exigem novos caminhos compreensivos para além da tradição geográfica, que historicamente priorizou as análises centradas às relações de classe, tratando como irrelevantes categorias como gênero, etnia, religião, sexualidade etc. A variável gênero foi continuamente menosprezada nas análises espaciais “considerando a sociedade como um conjunto

neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço” (REIS, 2015).

Dentre as temáticas dos estudos de gênero na geografia pode-se destacar os esforços de Linda McDowell e Doreen Massey na década de 1980 em desenvolver análises sobre o lugar da mulher na cidade, relacionando com a divisão sexual do trabalho (FERREIRA, 2011). No Brasil, Rosa Ester Rossini foi pioneira nesse aspecto com estudos sobre a força de trabalho feminina no campo, destacando-se ainda trabalhos sobre geografia e sexualidade (SILVA, 2009), sobre a migração feminina e comunidades transnacionais (PERES, 2012 e 2015; SANTOS et al, 2016) e sobre a própria ligação entre gênero e espaço (MARTINEZ et al, 1995; SPITALERE, 2014). No entanto, os estudos que promovem o diálogo entre gênero e violência continuam ainda carentes de um olhar geográfico, sendo identificados principalmente com áreas como Sociologia, Direito, Assistência Social e Saúde Pública.

Desta maneira, reconhece-se a relação gênero/geografia/violência como um vasto campo ainda a ser explorado, mostrando-se como necessário entender o papel da violência de gênero na produção espacial. Para compreender o processo de generificação dos espaços através da problemática da violência de gênero, propõe-se entender essa dinâmica a partir das escalas da casa e da rua.

Isto se justifica no sentido que a violência também é um fenômeno espacialmente dividido: apesar de homens e mulheres estarem expostos a qualquer forma de violência, constata-se que homens estejam muito mais sujeitos a “violência pública”, acometidos por acidentes, atropelamentos, etc., enquanto mulheres são extremamente mais expostas à violência no ambiente privado, correspondendo às principais vítimas de violência doméstica (SAFIOTTI, 2015).

Sendo assim, esta pesquisa irá utilizar o recorte da cidade do Rio de Janeiro, local onde a insegurança pública e a segregação socioespacial, decorrentes de processos socioespaciais históricos (ABREU, 1988), se somam à violência de gênero. Apenas no ano de 2016, a cidade registrou 20 casos de feminicídio ou sua tentativa, sendo que 75% destes casos foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas e 45% ocorreram na própria residência. (ISP, 2018).

Dentre muitos outros aspectos que mostram como a cidade é desigual, a violência de gênero aparece como um deles: 47% da totalidade das ocorrências concentram-se na

zona oeste da cidade, sendo 62% destes casos transcorridos na própria residência e em 46% o agressor era o companheiro ou o ex-companheiro (ISP, 2017). Compreendendo desta forma que a vulnerabilidade da mulher não se dá de maneira homogênea, mas varia de acordo com condições espaciais e sociodemográficas, considerou-se aprofundar a análise através de um estudo de caso.

Optou-se pela favela de Rio das Pedras, localizada na zona oeste da cidade na região de Jacarepaguá. Além de concentrar altos índices de violência de gênero, esta localidade corresponde a segunda maior favela do Rio de Janeiro e a terceira maior do Brasil, contando com uma população de 54.793 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010, com uma estimativa atual do triplo disto. Com sua formação populacional constituída por pessoas oriundas de estados do nordeste, teve sua ocupação impulsionada pela expansão dos bairros da Barra da Tijuca e Recreio.

A partir deste cenário e apesar dele, coloca-se como questão central desta pesquisa: Como a violência de gênero se expressa no tecido socioespacial da cidade do Rio de Janeiro? Somam-se a esta, outras inquietações, tais como: existem diferenças destas expressões nos heterogêneos espaços da cidade? Podemos definir um padrão da mulher vítima de violência e/ou um padrão de seu agressor? Quais são os lugares da ocorrência da violência contra a mulher? Como essa violência se manifesta na escala do domicílio?

Para auxiliar na resposta a estes questionamentos, definiram-se alguns objetivos específicos, colocados a seguir:

- Analisar a distribuição espacial da violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os diferentes tipos de violência;
- Identificar o perfil sociodemográfico da mulher vítima de violência, buscando entender que variáveis contribuem para sua vulnerabilidade;
- Entender como esta problemática se dá na favela de Rio das Pedras, estudo de caso desta pesquisa.

Em relação a estrutura da dissertação, o primeiro capítulo irá propor reflexões sobre os conceitos de gênero, violência e espaço, buscando entender o processo de generificação dos espaços e as relações de violência ali estabelecidas. O segundo capítulo disserta sobre os aspectos metodológicos e operacionais da pesquisa, elucidando os caminhos traçados para chegar aos resultados obtidos.

O terceiro capítulo traz uma visão panorâmica acerca da violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro, começando a discutir os primeiros resultados alcançados na pesquisa, sendo complementado pelo capítulo quatro que aprofunda a discussão ao trazer a espacialização dos diferentes tipos de violência contra a mulher na escala da cidade, em especial a violência doméstica. O recorte para o estudo de caso de Rio das Pedras se dá no quinto capítulo, onde explora-se o trabalho de campo na favela e as relações com a domesticidade da violência de gênero.

1. REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, VIOLÊNCIA E ESPAÇO

1.1. Gênero e geografia: a produção de espaços generificados

Para atender aos objetivos desta pesquisa, se faz necessário destacar algumas noções e conceitos que embasam as ideias aqui defendidas. Esses conceitos se relacionam tanto ao campo da geografia quanto a de outras ciências sociais, sendo importante também esclarecer o que se entende por algumas noções ligadas ao direito e à saúde pública. Compreende-se que a pesquisa se situa na área da geografia de gênero, definida como aquela que analisa como as relações de gênero geram impactos em processos socioeconômicos, políticos e ambientais, transformando não só os espaços, mas também as relações sociais entre os homens e mulheres que ali vivem. (LITTLE et al, 1988, p. 2).

A violência de gênero se consolidou como um tema de pesquisa acadêmica no Brasil a partir da década de 1980, momento de crescimento do movimento feminista no país, fomentado pelo período de redemocratização, e a criação da primeira delegacia para mulheres, em 1985 (SANTOS & IZUMINO, 2005).

A visibilidade da temática possui relação com as convenções internacionais que possibilitaram maior projeção para o tema. Dentre estas, destacam-se a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher” (Convenção do Pará, 1994) e a “Conferência Mundial Sobre a Mulher” (Beijing, China, 1995), onde a questão da violência contra a mulher pôde ser mais bem explorada e problematizada, considerando o gênero como um fator determinante para ocorrer violência.

Apesar deste destaque internacional, houve certa negligência no Brasil em relação ao não cumprimento dos acordos estabelecidos nestas conferências, provocando no início

dos anos 2000, inclusive, algumas contestações por parte dos organismos internacionais (Oliveira e Camacho, 2012).

Impulsionadas também por isto, uma série de iniciativas começaram a ser tomadas, como por exemplo, a Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, em 2003, com o principal objetivo de alcançar a igualdade de gênero, tendo como suas linhas de ação: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade.

Apesar deste processo de consolidação de políticas públicas e estruturas de combate e prevenção à violência contra a mulher, o Brasil ainda apresenta uma situação crítica, ocupando a quinta colocação no ranking mundial de homicídios de mulheres, com uma taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2015).

É interessante destacar que na Plataforma de ação da Quarta Conferência Mundial da Mulher, em Beijing (1995), colocou-se que a violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que têm causado a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra ela e a interposição de obstáculos ao seu pleno desenvolvimento (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995).

Principais instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos		
Ano de Aprovação pela ONU	Ano de Ratificação pelo Brasil	Instrumento Internacional
1945	1945	Carta das Nações Unidas
1948	1948	Convenção contra o Genocídio
1966	1992	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
1966	1992	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
1965	1968	Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial
1979	1994	Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
1984	1989	Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
1989	1990	Convenção sobre os Direitos da Criança
1993	1993	Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena
1994	1994	Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, Cairo
1994	1995	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)
1995	1995	Conferência Mundial da Mulher, Pequim

Quadro 1 - Principais instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. Adaptado de Barsted (1999).

A fim de entender os dispositivos legais existentes no Brasil para a promoção de direitos da mulher, realizou-se um levantamento das leis e decretos que contenham as palavras “violência”, “segurança” e “mulher” a partir do ano de 1995 (Quadro 2).¹ Este recorte temporal é justificado por ser o ano em que o país aprova o texto da Convenção do Pará, sendo assim um importante marco para as Políticas Públicas que atuam em defesa e promoção de direitos da mulher.

Nota-se que, apesar do texto da Convenção ser aprovado em 1995 e efetivado em 1996, apenas a partir do ano de 2003 há uma maior frequência de criação e promulgação de leis e decretos nestas temáticas, tanto interferindo na área de segurança como de saúde. Neste período, destaca-se a lei 10.778/2003, que estabelece como compulsória para os

¹ Dentre as leis levantadas, foram excluídas da análise aquelas que não se mostravam relevantes para a pesquisa, tanto por critérios de temática, como de período temporal.

serviços de saúde públicos e privados a notificação de casos de violência. Esta lei se mostra relevante por auxiliar na melhor contabilização das ocorrências registradas no país, justamente porque grande parte das mulheres acessa os serviços de saúde antes de ir em uma delegacia ou promotoria, e por vezes, é o único serviço buscado. Desta maneira, esta norma contribui para a construção e atualização de um banco de dados, ainda que até hoje os casos de violência de gênero sejam informações subnotificadas.

É válido ressaltar que o expoente crescimento de dispositivos legais contidos nesta temática se concentram em um momento político do governo de uma presidente mulher, fato que, entre outros, contribui para esta temática ficar em voga. Atualmente vive-se um momento de estagnação econômica e política, no que tange a criação, efetivação e cumprimento de leis e decretos, envolvendo a temática da promoção de direitos da mulher, ilustrados, por exemplo por ações estaduais e nacionais, como supressão ou absorção de secretarias voltadas aos direitos humanos e da mulher.

Na contracorrente a este retrocesso, é válido destacar que cada vez mais iniciativas informais tem surgido como resposta a vazios ou ineficácias públicas, com a atuação de Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Coletivos das mais diferentes.

Identificação	Data	Situação	Ementa
LEI 13.239/2015	30/12/2015	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do sistema único de saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
LEI 13.025/2014	03/09/2014	Não consta revogação expressa	Altera o Art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o poder executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
RCN 1/2014	16/01/2014	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre a criação da comissão permanente mista de combate à violência contra a mulher.
DEC 8.086/2013	30/08/2013	Não consta revogação expressa	Institui o programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências.
DEC 8.030/2013	20/06/2013	Não consta revogação expressa	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república e remaneja cargos em comissão. Vigência
DEC 7.765/2012	25/06/2012	Revogado	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república e remaneja cargos em comissão.

DEC 7.393/2010	15/12/2010	Não consta revogação expressa	Dispõe sobre a central de atendimento à mulher - Ligue 180.
DEC 7.043/2009	22/12/2009	Revogado	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da secretaria especial de políticas para as mulheres, da presidência da república, e dá outras providências.
MPV 416/2008	23/01/2008	Convertida	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências.
LEI 11.530/2007	24/10/2007	Não consta revogação expressa	Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências.
LEI 11.489/2007	20/06/2007	Não consta revogação expressa	Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da violência contra as mulheres.
LEI 11.340/2006	07/08/2006	Não consta revogação expressa	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
DEC 5.390/2005	08/03/2005	Não consta revogação expressa	Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.
DEC 5.099/2004	03/06/2004	Não consta revogação expressa	Regulamenta a lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, e institui os serviços de referência sentinela.
DEC 5.030/2004	31/03/2004	Não consta revogação expressa	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências.
LEI 10.778/2003	24/11/2003	Não consta revogação expressa	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
LEI 10.714/2003	13/08/2003	Não consta revogação expressa	Autoriza o poder executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
DEC 1.973/1996	01/08/1996	Não consta revogação expressa	Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994.
DLG 107/1995	31/08/1995	Não consta revogação expressa	Aprova o texto da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, assinada em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Quadro 2- Levantamento de Leis e Decretos brasileiros voltados aos direitos da mulher. Fonte dos dados: Portal da Legislação do Governo Federal, 2016.

Diversos estudiosos no campo das ciências humanas e da saúde demonstram-nos a relevância do fenômeno da violência contra a mulher, expresso no cotidiano de um grande número de famílias brasileiras. As consequências se traduzem em uma série de agravos à saúde física, reprodutiva e mental das mulheres e, não em poucos casos, essa violência chega a ser fatal (SAFFIOTI, 1994). Tal como em outras manifestações violentas, a violência contra a mulher é um fenômeno multicausal, no qual se incluem aspectos econômicos, sociais, culturais e educacionais.

Scott (1990) irá trazer a importância de estudar o gênero enquanto categoria de análise, visto que será um elemento constituidor de relações de poder. Giddens (2005), ao explorar o conceito de gênero enquanto socialização, expõe que as diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, mas culturalmente produzidas, estando ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade. Como defende Saffioti (1994), “o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico” (SAFFIOTI, 1994: 183). No entanto, Butler (2015) traz a reflexão que se deve subverter a lógica da dicotomia entre sexo e gênero, visto que ambos estão inscritos em contextos culturais e políticos, resultantes assim de arenas de disputa. Segundo a autora, a determinação do sexo como apenas um dado natural reforçaria o binarismo compulsório entre os sexos e a consequente normatização dos corpos:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente construído como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2015, p.25)

Partindo deste entendimento, compreende-se que a desigualdade de gênero é resultante de um processo histórico-estrutural de hierarquização entre os sexos, atuando como pretexto para a dominação masculina e meio pelo qual ela se estabelece (PATEMAN, 1993). Ao sistema de dominação e exploração feminina historicamente delineado pelo machismo, definiu-se como patriarcado. No entanto, é válido salientar que

apesar da delimitação deste conceito corresponder a uma das mais importantes contribuições feministas para as ciências sociais, deve-se ponderar seus usos e aplicabilidades, uma vez que se estabeleceu baseado em uma sociedade com uma estrutura familiar nuclear e europeia, exibindo um caráter universal, sem considerar especificidades de cada contexto.

Patteman (1993) ao trazer a discussão sobre a construção da família e do casamento como um contrato, esclarece que o mesmo é sexual, uma vez que reforça a subordinação das mulheres, institucionalizando o direito da dominação masculina e legitimando o poder patriarcal:

o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida na história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. [...] o pacto original é tanto um contrato social quanto sexual: é social no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. (PATEMAN, 1993: 16-17).

Apesar das significativas mudanças na sociedade, a lógica patriarcal está intrincada em diversos níveis, contribuindo para a construção de crenças sobre os corpos das mulheres, determinando como eles devem ser, lugares que podem ocupar, o que pode ser feito com eles. Este pensamento patriarcal e machista também impõe aos homens uma masculinidade compulsória, ridicularizando quando estes desempenham papéis ditos femininos ou se comportam de maneira mais sensível. A construção de papéis sociais de gênero advém de um processo histórico e sociocultural que desvaloriza a mulher, de seus corpos e de seu trabalho (produtivo e reprodutivo). Resulta assim em uma prática de objetificação do corpo feminino, colocando a mulher em um lugar de sujeição, com a utilização de poder e violência sem a necessidade de justificção.

Ilimitadas são as significações que o conceito de violência pode abranger, estando tanto no plano material como simbólico. Uma primeira ressalva que deve ser feita é a associação direta do conceito de violência à ideia de crime. Melgaço (2010) destaca que simplificar a concepção de violência apenas como agressões ou como fatos definidos como crime na legislação (tais como homicídios, estupros, etc.) promove um

reducionismo do conceito e desconsidera outras formas de violência que podem ser até mais perversas:

Quando se fala em crime, refere-se às infrações à lei, portanto, ao julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônima de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê [...]. A confusão também não se justifica pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos e nem todas as violências são institucionalizadas na forma de crime. O crime varia ainda com os lugares e com o tempo. [...] O crime é, portanto, conjuntural, um produto social que tem história e lugar bem definidos. (MELGAÇO, 2010, p. 59)

A associação direta entre crime e violência tem sido bastante recorrente no entendimento da violência de gênero. Debert e Gregori (2008) nos atentam para como este tema é de extrema importância no que diz respeito à violência doméstica, ao ressaltar que a discussão da defesa da mulher tem se concentrado no campo jurídico, girando em torno das delegacias e à Lei Maria da Penha, ocasionando “o encapsulamento da violência pela criminalidade e o risco concomitante de transformar a defesa das mulheres na defesa da família” (DEBERT & GREGORI, 2008, p.166).

Admite-se que a desigualdade de gênero é um dos elementos que fundamentam todo o cenário para ocorrência e perpetuação da violência. Historicamente, a violência está relacionada aos homens e a masculinidade, sendo os maiores autores e vítimas de violência de modo geral (LIPS, 2014). Já as mulheres compõem uma parcela significativa de vítimas, ao mesmo tempo que representam um número reduzido dentre as causadoras de violência (COLLIN apud SAFFIOTI, 1976).

De fato, ao se comparar a totalidade de ocorrências de violência por sexo, constata-se que homens morrem mais do que mulheres. No entanto, a grande diferença se encontra na pergunta: quais são as causas? Problemas psicológicos, violência do parceiro íntimo, estupros, figuram entre as razões da mortalidade violenta feminina. Acidentes, atropelamentos, guerras, entre os motivos da morte masculina (OMS, 2013). A morte masculina é pública e impessoal. A morte feminina é privada, subjetivada e personalizada.

Sendo assim, observa-se que o espaço corresponde a uma variável de grande relevância ao se falar de violência de gênero. Cabe assim discutir a produção de um *espaço generificado*, no qual as relações sociais de gênero ao serem consideradas

relevantes para a análise espacial, modificam nosso entendimento das construções geográficas de espaço e lugar. (MASSEY, 1994).

As delimitações espaciais entre os sexos remetem a própria construção das esferas sexuais do que seria definido como masculino e feminino e a conseqüente divisão sexual do trabalho. Considerando as ressalvas entre sociedades e épocas, relacionou-se a mulher à imagem do cuidado e a maternidade como inevitável destino, sendo o espaço privado considerado o “*locus* da realização das potencialidades femininas” (MATOS, 1996). Em contraponto, a imagem do homem se fixou como provedor da casa, a ele sendo destinado os espaços de trabalho, os locais públicos, reforçando uma lógica sexista da produção do espaço (MATOS, 1996). Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho é um fator determinante para a divisão sexual dos espaços, uma vez que promove dinâmicas particulares a cada sexo, dividindo profundamente as vivências (MASSEY, 1994).

Na estruturação do espaço urbano, a dimensão de gênero apresenta-se como fundadora de grandes divisões (morfológicas, econômicas, sociais e simbólicas) que organizam a cidade desde o século XIX (COUTRAS, 1997). Reforça-se a ideia do confinamento da mulher nos espaços ditos “femininos”: os espaços domésticos e privados à revelia das atividades industriais e econômicas, enquanto os homens ocupam os espaços públicos, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante (COUTRAS, 1997; McDOWELL, 1999). Bondi (1992) aborda que a organização das cidades, com um planejamento urbano pautado em um viés funcionalista e racionalista, fez prevalecer uma visão masculina dos espaços, podendo ser observada na paisagem e nas diferentes expressões arquitetônicas.

Desta maneira, cabe falar em uma produção do *espaço generificado*, no qual as relações sociais de gênero ao serem consideradas relevantes para a análise espacial modificam nosso entendimento das construções geográficas de espaço e lugar. (MASSEY, 1994).

Roberto DaMatta (1997) ajuda a entender esse espaço generificado ao jogar luz sobre a dicotomia entre “a casa” e “a rua”. Considerando a casa e a rua como esferas de ação social, o autor reconhece que a casa é ligada ao caráter individual, pessoal, enquanto que a rua é impessoal. Poderíamos considerar então os próprios espaços da casa e da rua como formas simbólicas espaciais, que como destaca Corrêa (2007) são marcadas pela polivocalidade de seus significados.

Carloto e Mariano (2010) discutem sobre a dicotomia entre espaços públicos e privados, e como esta divisão ilustra um perfil de dominação e opressão da mulher. As autoras colocam que “para essa tradição dicotômica e binária, a mulher está para o mundo privado e doméstico assim como o homem está para o mundo público e político” (CARLOTO e MARIANO, 2010: 53).

Essa visão dialoga com o que é trazido por Bourdieu (1999), que ressalta o fato de que esta segregação por elementos de gênero é pautada na própria ideia de dominação masculina, que existe, extrapolando para representações simbólicas, como o espaço e o tempo. O autor coloca que:

[...] a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão andocêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, do seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina com o salão, e a parte feminina com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos momentos de gestação, femininos (BOURDIEU, 1999: 78).

Como trazido pelo autor, a definição de “lugares de homem/lugares de mulheres” acabou se naturalizando como algo aparentemente intrínseco à própria sociedade, constituindo o que se chamou anteriormente de espaço generificado. Essas concepções estereotipadas e historicamente construídas sobre papéis de gênero e suas expressões espaciais interfeririam na própria submissão feminina, fortemente marcada por opressões de gênero.

1.2. Da divisão sexual dos espaços à privatização da violência de gênero

Como exposto, o processo histórico de divisão sexual dos espaços, com o consequente confinamento das mulheres nos ambientes privados, reforça as desigualdades existentes na sociedade, colocando-as em desvantagem para ocupar espaços de poder. Diante disto, Saffioti (2015) destaca a casa como o lugar da violência feminina, ressaltando uma das principais características da violência doméstica: a rotina.

O espaço público ainda é muito masculino, estando os homens mais sujeitos a atropelamentos, passando por acidentes de trânsito e chegando até ao homicídio. As mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica. Diferentemente da violência urbana, a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual (SAFFIOTI, 2015, p.90)

Desta forma, é interessante repensar a ideia do espaço privado como local de particularidades, onde não é permitido interferir, visto que pode servir de subterfúgio para velar situações de violência. A insistência em um conceito de família como instituição intocável auxilia na sustentação desse molde, colaborando para a manutenção de um ambiente de violência doméstica.

Mas a violência de gênero é um fenômeno multifacetado, e não deve ser tratado genericamente, pois atinge de diferentes formas diversas mulheres. Heise et al (1994) destaca, por exemplo, como mulheres em diferentes fases do ciclo de vida sofrem com a violência (quadro 2) e suas consequências (quadro 3).

Tipo de violência contra a mulher segundo o ciclo de vida	
Etapa	Tipo de violência
Pré-Natal	Agressões com efeito na mulher e no feto; gravidez forçada; aborto seletivo por sexo
Infância	infanticídio feminino, acesso diferencial a alimentação, educação e saúde; casamento de meninas, mutilação genital, abuso sexual
Adolescência	Relação sexual forçada, agressões, estupro, prostituição, assédio, abuso sexual
Idade reprodutiva	Violência sexual, estupro, gravidez forçada, abuso psicológico, homicídio conjugal, agressões, aborto inseguro
Velhice	Abuso de viúvas e anciãs

Quadro 3 - Tipo de violência contra a mulher segundo o ciclo de vida. Fonte: Heise et al. (1994)

Consequências da violência de gênero sobre a saúde	
Resultados não fatais	Doenças sexualmente transmissíveis (DST); lesões; inflamação pélvica; gravidez não desejada; aborto espontâneo; aborto inseguro; dor pélvica crônica; dores de cabeça; problemas ginecológicos, abuso de drogas e/ou álcool; asma; síndrome do intestino irritável; condutas nocivas para a saúde (sexo inseguro)
Consequências para a saúde mental	Desordens de stress pós-traumático; depressão, ansiedade; disfunção sexual; desordens da alimentação; desordem de personalidade múltipla; desordem obsessivo-compulsiva
Resultados fatais	Suicídio; Homicídio

Quadro 4 - Consequências da violência de gênero sobre a saúde. Fonte: Heise et al (1994)

Dentre os tipos de violência expostos pela autora, os atos corporais são, em parte, mais fáceis de serem reconhecidos, punidos e repudiados pelo corpo social em geral. As situações de violência psicológica e/ou moral, ainda que originem danos profundos à saúde, são mais toleradas pela população e mais sujeitas à subnotificação. E são diversas as situações que pressionam o sigilo de tais ações, fazendo com que a lei não seja empregada ou que a mulher não chegue a buscar ajuda. Desta maneira, estas podem ser definidas como toda ação que causa danos emocionais, refletindo em sua autoestima, segurança e desenvolvimento.

Por corresponder à forma mais subjetiva das violências, a violência psicológica corresponde a uma de suas faces mais difíceis de identificar, podendo por vezes ser invisibilizada e negligenciada. Apesar de não necessariamente estar associada ao ambiente doméstico, é geralmente nele que acontece, não afetando somente a vítima, mas também outras pessoas envolvidas naquele ambiente de sociabilidade de maneira geral.

Este movimento da violência é sutil e, muitas vezes, imperceptível para ambos –agressor e vítima – e, com frequência, a vítima tende a justificar o padrão de comportamento de seu agressor, o que a torna, de certa forma, conivente com ele (SILVA et al., 2007). Por conta dessas características, a violência psicológica é a vertente mais comumente empregada contra as mulheres, ocorrendo comumente associada a outras formas. Paim (2006) destaca, por exemplo, que ela é fundamental na violência física: “antes do agressor poder ferir fisicamente sua companheira, precisa baixar a autoestima dela de tal forma que ela tolere as agressões” (PAIM, 2006: 10).

Na legislação brasileira a violência psicológica é criminalizada com base na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, a “Lei Maria da Penha”. Segunda essa lei, a violência psicológica é

[...] qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

A violência moral é definida, na mesma lei, como: “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

Dessa forma é possível entender que ambas estão inseridas dentro do ciclo da violência como parte da sua primeira fase. Essa violência é, desta forma, o modo pelo qual o agressor induz a vítima ao ciclo no qual esta forma de violência pode evoluir para uma violência física.

Pela dificuldade de identificação, seu caráter silencioso e aparência mais branda, este tipo de violência muitas vezes não é encarado como tal. Analisar os locais onde há um alto grau de denúncias mostra-se então de fundamental importância, uma vez que serve como um diagnóstico de outros tipos de violência, uma vez que muitas vezes a violência psicológica só chega a ser denunciada quando a vítima já sofreu outros tipos de violência. Da mesma forma, ela serve para se identificar os locais onde a violência se faz presente já nos seus primeiros estágios, permitindo intervenções mais eficazes e com viés preventivo.

A violência física, como abordado anteriormente, se apresenta de forma mais clara para a vítima, pois, além de serem atitudes físicas as quais transgridam o seu corpo, ela ainda pode deixar marcas. Como definido pela Lei Maria da Penha, a violência física envolve: “qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal” de uma pessoa (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

Essa violência também vai estar presente dentro do ciclo de violência contra a mulher, no qual aparece ainda na primeira fase na forma de pequenas agressões, artifício utilizado para tentar impor uma situação na qual a mulher se encontraria em posição

inferiorizada. Isso pode resultar em um aumento progressivo da tensão, que, em muitos casos, levaria para a segunda fase do ciclo. Essa fase consistiria, basicamente, na agressão física à mulher, que pode se tornar um ato recorrente (PNEDH, 2006).

Apesar desta característica mais visual, a violência física também, é subnotificada. A criação da Lei Maria da Penha em 2006 e a maior divulgação das formas de denúncia contribuíram para mudar este panorama, porém é provável que os casos de subnotificação sejam decorrentes do medo gerado pelo agressor à sua vítima, fruto da violência física, psicológica e/ou moral.

Uma quarta forma de manifestação da violência contra a mulher se dá através é a violência sexual, que pode ser definida como o controle e subordinação sexual de maneira não consensual da vítima, compreendendo o abuso, o estupro e exploração sexual. Geralmente está associada a outras manifestações de violência (CAVALCANTI et al, 2006). A violência sexual contra as mulheres irá reunir a especificidade da grande frequência do autor da violência ter uma relação íntima com a vítima, contendo grau de parentesco ou não, como pais, maridos e namorados (VILLELA e LAGO, 2007). Na Lei Maria da Penha ela é definida como:

[...] qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sexualidade, que impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006).

A violência sexual é, muitas vezes, uma forma de abuso pelo uso da força ou por conta de uma situação de vulnerabilidade por parte da vítima, como nos casos de abuso infantil ou de pessoas debilitadas. Ela, diferente das outras, não está sempre presente no ciclo de violência, podendo, porém, aparecer como mais uma forma de tentativa de dominação por parte do agressor em relação à vítima (PNEDH, 2006).

Assim, entende-se que a questão da violência sexual requer uma intervenção ampla, articulada e na perspectiva da integralidade do conjunto de políticas públicas de cunho intersetorial, com o intuito de evitar formas de enfrentamento centrado nas concepções punitiva e clínica, que limitam e dificultam ou até mesmo impedem que essa problemática seja compreendida em suas múltiplas dimensões (Faleiros, 2000).

Desta forma os locais nos quais há uma maior manifestação da violência sexual mostram um risco maior à integridade corporal, no sentido sexual, das mulheres, coincidindo muitas vezes com locais de alta ocorrência de outros crimes, como assaltos. Além disso, é importante destacar que em alguns casos isso pode implicar na transmissão de doenças sexualmente transmissíveis para as vítimas de violência sexual.

Uma das expressões mais severas da violência contra a mulher corresponde ao homicídio, um grave problema social, elencado na legislação brasileira enquanto um crime contra a sociedade. Mesmo considerando que um homicídio pode ser ocasionado por razões de violência em geral, há de se considerar aqueles que ocorrem por razões de gênero, podendo ser resultante de um ciclo encadeado de violência. A estes, se deu o nome de feminicídio, termo que foi utilizado primeiramente por Diana Hussel em 1976, em sua fala no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em Bruxelas, sendo definido como “assassinato de mulheres por homens por serem mulheres”. No entanto, passou-se a qualificar o homicídio de mulheres pelo fato de ser mulher como feminicídio no Brasil apenas em 2015, a partir da Lei 13.104/15, que o categorizou como um crime hediondo.

Outras formas de violência contra a mulher podem ainda ser identificadas, como a “violência simbólica”, definida por Soihet (1997) a partir “da construção da identidade feminina (que) se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação” (SOIHET, 1997: 10).

Considerando que o ambiente mais comum para a mulher ser violentada é sua própria casa, o estudo da violência doméstica adquire significativa relevância. O ambiente privado traz em si o pressuposto naturalizado de ser um espaço seguro. No entanto, não podemos afirmar que isto é uma realidade quando se fala de violência contra a mulher.

A casa torna-se cenário para diversas formas de agressões psicológicas e físicas, estando também presentes nas dimensões do simbólico e da linguagem (BOURDIEU, 1999). Desta forma, a ideia do espaço privado enquanto um local seguro se desfaz e se ressignifica, ganhando também a conotação de um “espaço de medo”.

Segundo Corsi (1994), frequentemente, o processo de violência doméstica acontece de forma repetitiva, o que é denominado como o Ciclo da Violência Doméstica contra a Mulher (Figura 1). Este ciclo possui três fases, tendendo a recomeçar, sendo

estas: a fase de acumulação de tensão, a fase de explosão da violência e a fase de Lua de Mel (CORSI, 1994).



Figura 1 - Representação do ciclo da violência doméstica. Organizado a partir de Corsi, 1994.

Na primeira fase do ciclo, na acumulação de tensão, observa-se o início de reações intensas por parte do parceiro, manifestando-se em insultos, xingamentos, menosprezos e demonstrações de hostilidade. Nestes casos, normalmente a mulher busca pacificar a situação para que seu parceiro não descarregue a violência contra ela. Nesta fase é criada uma tensão entre o agressor e a vítima, sendo essa feita a partir da humilhação e diminuição da mulher, colocando-a em uma posição subjugada (PNEDH, 2006).

Na etapa seguinte, denominada de explosão/estouro da violência, é quando se promove a agressão violenta à mulher, muitas vezes vista como uma “forma de castigo”, uma vez que em grande parte das agressões há um processo de culpabilização da vítima e a agressão teria um caráter “corretivo”.

Já a fase da Lua de Mel, também denominada como “fase de manipulação afetiva”, é a etapa em que surge o arrependimento por parte do agressor, havendo tentativas de diminuição dos danos e alguma recuperação de confiança por parte da mulher (CORSI, 1994). Após isto, estas fases tendem a se repetir, gerando um novo processo de acumulação de tensão e explosão de violência.

A partir destas diferentes formas de abuso e como são realizados, diversos tipos de danos são gerados, podendo variar de insultos até efetivamente o homicídio (figura 3). Por dano, entende-se qualquer tipo e grau de prejuízos para a integridade do outro (CORSI, 1994).

Sagot (2000), com o objetivo de analisar a “rota crítica” traçada por mulheres em situação de violência, observou as causas e a capacidade de resposta destas mulheres, identificando fatores impulsores e fatores inibidores, externos e internos, buscando entender os fatores que levam mulheres a continuar em uma situação de violência ou aqueles que fazem estas saírem desta situação.

Para a autora, dentre os fatores facilitadores internos destacam-se: convencimento de que os recursos pessoais se esgotaram; saturação com a situação; convencimento de que o agressor não vai mudar; raiva e desamor; e colocar-se metas e projetos próprios. E dentre os fatores facilitadores externos são destacados: a própria violência contra ela; a violência contra filhos e filhas; apoio de pessoas próximas; condições econômicas e materiais favoráveis; e informação precisa e serviços de qualidade (SAGOT, 2000).

Já entre os fatores obstacularizadores internos, se destacam: medo; culpa; vergonha; amor pelo agressor; ideia de que o que ocorrer no interior da família é algo privado; manipulação do agressor e dinâmica do ciclo de violência; e desconhecimento de seus direitos e falta de informação. E são fatores obstacularizadores externos: pressões familiares e sociais; insegurança econômica e falta de recursos materiais; atitudes negativas dos profissionais e respostas institucionais inadequadas; limitada cobertura de organizações governamentais e não-governamentais de mulheres; e contextos sociais com histórias de violência (SAGOT, 2000).

Lagarde (2004) ressalta a necessidade de o Estado intervir nesta problemática, visto que a sua omissão e a falta de aparatos de segurança, legitimam e produzem um ambiente permissivo a propagação desse tipo de crime. Tal ideia dialoga com a discussão trazida anteriormente, visto que a intervenção do Estado no ambiente doméstico ainda é elemento de debates.

Birolli (2010) problematiza tal questão ao analisar o papel da intervenção do Estado no ambiente doméstico. A autora coloca que esta questão é dúbia, uma vez que

para uns pode corresponder a conservação da privacidade; no entanto em outras dinâmicas pode funcionar como mantenedora de situações de coação e violência:

[...] o problema da definição dos limites para a ação do Estado no âmbito doméstico varia se a avaliação das fronteiras é feita a partir da experiência histórica de homens ou mulheres. Se, para alguns, essa garantia significa a preservação da individualidade e das relações afetivas, produzindo espaço e tempo necessários ao desenvolvimento de suas potencialidades, para outros - mais especificamente, para outras - pode significar a preservação de um espaço em que as relações assimétricas, e mesmo violentas, e a imposição de determinadas rotinas impedem a afirmação da individualidade e estabelecem os limites ambíguos entre habilidades socialmente estimuladas, aceitas, reconhecidas e comportamentos (e identidades) socialmente desvalorizados (BIROLI, 2010: 217).

Desta maneira, pode-se inferir que a violência doméstica representa uma forma gritante do ainda presente patriarcado, e questiona-se se haveria de fato diferenças entre o público e o privado quando se trata de violência doméstica.

No entanto, é válido salientar que a explicação da dominação patriarcal não corresponde a uma resposta absoluta e única para elucidar os papéis de sujeição a que as mulheres são submetidas, mas funciona como artifício para esclarecer em parte as dinâmicas das relações sociais e seus componentes espaciais.

Em virtude disso, cabe aqui verificar como a construção do conceito de vulnerabilidade pode ajudar a entender essa relação entre mulheres e violência, visto que, ao se confrontar as ideias vinculadas a gênero, patriarcado e violência doméstica, fica latente a condição da mulher como diferente do homem no que tange à violência.

Segundo o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a violência pode atingir todas as mulheres, sem distinção de classe. Apesar dessa afirmativa, é possível que existam grupos de mulheres que estejam em locais onde há uma situação mais suscetível a violência, seja pela sua condição social vulnerável ou pela inexistência de um suporte institucional próximo.

É válido colocar que é inviável homogeneizar o perfil da mulher que sofre violência, visto que são afetadas de maneiras diversas de acordo com suas diferenças econômicas, culturais, etárias, raciais, religiosas, fenotípicas, dentre outras, sendo necessário realizar um recorte sócio espacial e de classe (Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, 2009).

Em consonância a isto, o Artigo 9 da Convenção do Pará, ressalta a situação da mulher vulnerável a violência por motivos de raça, origem étnica, refúgio, dentre outros. Ainda ressalta a situação de mulheres em situações socioeconômicas desfavoráveis, colocando que estas estariam mais sujeitas a sofrer violência. (Convenção do Pará, 1994). Desta forma, considera-se as mulheres enquanto um grupo vulnerável, que difere da perspectiva de um grupo de risco, como exposto em:

[...] enquanto a noção de grupos de risco tende a individualizar e personificar a adversidade vivida, relacionando-a a uma questão de conduta, a perspectiva da vulnerabilidade social propõe-se a entendê-la como resultado de um processo social que remete à condição de vida e dos suportes sociais” (Morais et al, 2012:119).

O conceito de vulnerabilidade adquiriu diversas conotações e perspectivas teóricas. Cutter (1996) destaca estas diferentes abordagens conceituais, reunindo-as em três grandes princípios: aqueles que identificam as condições que fazem os locais ou as pessoas serem vulneráveis, produzindo um modelo expositivo da vulnerabilidade; um segundo que parte do pressuposto que a vulnerabilidade é uma condição social, e irá depender da capacidade de resistência ou resiliência dos grupos sociais aos riscos; e um terceiro princípio, que corresponderia a uma visão integradora, que associa a vulnerabilidade ao potencial de exposição aos riscos e a capacidade de resiliência daquela sociedade, com foco especial para locais específicos.

Os fatores que influenciam na vulnerabilidade social mais comumente encontrados na literatura são o status socioeconômico, raça ou etnia, idade e gênero. Neste trabalho, iremos nos focar neste último, abordando como o gênero pode ser um fator determinante para a vulnerabilidade.

Marandola e Hogan (2005), afirmam que é necessário entender o conceito de vulnerabilidade em conjunto ao *risco*, uma vez que o termo aparece “nos estudos sobre risco em sua dimensão ambiental, num primeiro momento, e só mais tarde no contexto socioeconômico”. Apontam ainda para as limitações da abordagem da *vulnerabilidade do lugar*, considerando que nem sempre esta perspectiva compreende profundamente os perigos, e sim os revelam posteriormente. Acrescentam ainda a necessidade de se considerar não apenas a escala espacial, mas também a escala temporal nos estudos de vulnerabilidade.

Segundo Cutter (1996) a vulnerabilidade social inclui a susceptibilidade dos grupos sociais ou a sociedade em geral para perdas potenciais (estrutural e não estrutural) a partir de eventos de perigos e desastres. Ela irá ter diferentes resultados espaciais e varia ao longo do tempo. O autor, assim, concebe a vulnerabilidade como “perigo do lugar”, sendo esta perspectiva mais geograficamente centrada:

[...] vulnerabilidade é concebida tanto como um risco biofísico quanto como uma resposta social, pertencendo a uma área específica ou um domínio geográfico. Isso pode ser um espaço geográfico, onde pessoas e locais vulneráveis estão localizados; ou um espaço social: quem nesses espaços são mais vulneráveis (Cutter, 1996, p. 533 [tradução livre])²

A adesão de estudos vinculados à temática de população e ambiente, segundo Hogan e Marandola (2009), acrescentou a dimensão espacial à problemática da vulnerabilidade, ao considerarem a posição e a situação (relacionais e relativas) como componentes dos elementos que produzem perigos ou que fornecem condições de enfrentá-los. Assim, para os autores, ficaria claro, por um lado, a influência de uma abordagem ecológica, que entende o meio como um conjunto físico-social que influencia e é influenciado pela população, e, por outro lado, a presença de postulados materialistas, que concebem a relação sociedade-natureza como um devir histórico-social pautado pela produção contraditória e desigual do espaço e da sociedade (HOGAN e MARANDOLA, 2009).

Os mesmos autores sugerem em outro estudo que o aumento das ações mitigadoras poderá significar a diminuição do risco e, conseqüentemente, implicará a redução da vulnerabilidade do lugar. Por outro lado, o risco poderá aumentar se houver alterações no contexto geográfico ou na produção social, que poderão incorrer no crescimento da vulnerabilidade biofísica e social e da vulnerabilidade do lugar. Esse processo poderá ser iniciado também por meio do aumento do perigo potencial, que tanto pode ser resultado quanto condicionante da elevação ou diminuição da vulnerabilidade (MARANDOLA e HOGAN, 2005).

Mais especificamente sobre as concepções de “vulnerabilidade social”, Abramovay et al (2002) entende que essa noção se constituiria no resultado negativo da

² No original: “In this perspective, vulnerability is conceived as both a biophysical risk as well as a social response, but within a specific areal or geographic domain. This can be geographic space, where vulnerable people and places are located, or social space, who in those places are most vulnerable”.

relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade (ABRAMOVAY et al, 2002). Este resultado se traduziria em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores e está relacionado com o maior ou menor grau de qualidade de vida das pessoas (Rocha, 2007 *apud* Morais et al, 2012).

Tendo em vista que a atenção pretendida a este estudo é para a vulnerabilidade de gênero, é valiosa ainda a colocação de Guilhem (2000), que considera a vulnerabilidade como o grupo de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural cuja interação aumenta ou diminui a proteção de um indivíduo frente a um determinado risco.

Um indicador sintético de vulnerabilidade social que tem como ponto de partida a definição das demandas básicas para as mulheres a ser eminente é a educação, renda e o local de moradia. A interação do indivíduo com a sociedade e o meio, em certo momento histórico, é consequência da organização dos padrões interiores de reações emocionais e racionais.

Acrescenta-se ainda a isso o fato de existirem no contexto urbano do Rio de Janeiro uma complexa relação de elementos que por si só tornam alguns lugares e grupos sociais mais vulneráveis que outros. Recentemente, Becker e Costa (2016) identificaram alguns desses elementos e grupos sociais, exemplificando essa complexidade. Os autores colocam como principal causa desse mapa social fragmentado e desigual a segregação socioespacial.

Manuel Castells se refere a esse fenômeno como “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2000: 210). Flávio Villaça complementa essa ideia ao definir a segregação socioespacial como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001: 142).

Percebe-se, então, a segregação socioespacial como a organização da cidade através do padrão social, tornando-se assim, a tradução espacial da divisão entre classes. De acordo com Negri (2008), essa divisão se dá pelo domínio do espaço urbano pelas classes sociais mais altas que, segregando-se espacialmente das demais, gera outros

espaços pertencentes às classes mais baixas. O autor coloca ainda que o aspecto econômico sobrepõe todos os outros tipos de segregação. Assim, a segregação socioespacial não seria simplesmente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço (NEGRI, 2008). Essa ideia corrobora a ideia de Hammet, para quem a crescente divisão na sociedade entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem: os socialmente incluídos e os excluídos, e ao encolhimento dos grupos intermediários é utilizado para explicar o conceito de segregação socioespacial (HAMMET, 1998).

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS DA PESQUISA

A operacionalização da pesquisa teve como primeira etapa uma aproximação temática através de levantamento bibliográfico, dando-se preferência por mulheres autoras, como expressão de uma escolha pessoal e política³. Ressalta-se que, pelo tema dialogar com diferentes áreas do conhecimento, recorreu-se a bibliografias não apenas da geografia, mas da sociologia, direito, saúde, entre outros.

Como complemento a bibliografia, percebeu-se a necessidade de realizar um levantamento das legislações e políticas públicas referentes aos direitos das mulheres e enfrentamento à violência contra mulher, assim como identificar outros dispositivos e equipamentos que se destacam como a políticas de proteção, tais como delegacias especializadas, unidades de saúde especializadas, núcleos de atendimento, promotorias, defensorias, juizados, centros especializados e serviços de abrigo

Com o propósito de responder aos questionamentos levantados, utiliza-se o método de triangulação sistemática assimilado através de Flick (2009), que defende a conjunção de diferentes métodos de pesquisa para que se compreenda o máximo possível da problemática analisada. Desta maneira, acredita-se que a combinação de métodos quantitativos e qualitativos de análise resultem em conclusões mais coerentes com a realidade.

2.1. Levantamento e análise de dados secundários

A segunda etapa da instrumentalização da pesquisa correspondeu ao levantamento de dados secundários sobre a temática de violência, obtidos em duas fontes principais, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro) e o Instituto de Segurança Pública (ISP/Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro). Estes dados foram utilizados com a finalidade de identificar a distribuição espacial das ocorrências de violência contra a mulher, considerando o período de 2010 a 2015, recorte temporal justificado pela

³ Como critica-se ao longo do trabalho a falta de visibilidade das mulheres na academia, considera-se esta opção como um posicionamento político para que cada vez mais se valorize a produção científica de mulheres nesta área.

Legenda Complementar							
1	Pedra de Guaratiba	31	Água Santa	61	Del Castilho	91	Benfica
2	Barra de Guaratiba	32	Encantado	62	Maria da Graça	92	Vasco da Gama
3	Senador Vasconcelos	33	Piedade	63	Higienópolis	93	São Cristóvão
4	Santíssimo	34	Abolição	64	Bonsucesso	94	Santo Cristo
5	Gericinó	35	Engenho de Dentro	65	Ramos	95	Gamboa
6	Padre Miguel	36	Pilares	66	Maré	96	Saúde
7	Camorim	37	Tomás Coelho	67	Cidade Universitária	97	Glória
8	Magalhães Bastos	38	Cavalcanti	68	Jardim Guanabara	98	Santa Teresa
9	Parque Anchieta	39	Vaz Lobo	69	Portuguesa	99	Catumbi
10	Ricardo de Albuquerque	40	Turiaçu	70	Moneró	100	Estácio
11	Deodoro	41	Rocha Miranda	71	Jardim Carioca	101	Cidade Nova
12	Campo dos Afonsos	42	Honório Gurgel	72	Tauá	102	Praça da Bandeira
13	Guadalupe	43	Colégio	73	Bancários	103	Maracanã
14	Costa Barros	44	Coelho Neto	74	Freguesia (Ilha do Governador)	104	Vila Isabel
15	Barros Filho	45	Acari	75	Cocotá	105	Andaraí
16	Marechal Hermes	46	Parque Columbia	76	Praia da Bandeira	106	Rio Comprido
17	Bento Ribeiro	47	Jardim América	77	Pitangueiras	107	Catete
18	Vila Valqueire	48	Vigário Geral	78	Zumbi	108	Laranjeiras
19	Olwaldo Cruz	49	Parada de Lucas	79	Ribeira	109	Cosme Velho
20	Madureira	50	Cordovil	80	Cacuaia	110	Flamengo
21	Campinho	51	Penha Circular	81	Maguinhos	111	Botafogo
22	Cascadura	52	Brás de Pina	82	Jacarezinho	112	Copacabana
23	Quintino Bocaiúva	53	Vila da Penha	83	Jacaré	113	Humaitá
24	Freguesia (Jacarepaguá)	54	Vicente de Carvalho	84	Cachambi	114	Jardim Botânico
25	Pechincha	55	Vila Kosmos	85	Todos os Santos	115	Gávea
26	Cidade de Deus	56	Engenho da Rainha	86	Lins de Vasconcelos	116	Ipanema
27	Curicica	57	Penha	87	Engenho Novo	117	Rocinha
28	Gardênia Azul	58	Olaria	88	Riachuelo		
29	Anil	59	Complexo do Alemão	89	Rocha		
30	Rio das Pedras	60	Inhaúma	90	Mangueira		

Quadro 5 – Relação de bairros que estão listados por números no Mapa 1.

Utilizaram-se também outras variáveis que tornaram possível identificar o perfil sociodemográfico da mulher que sofre violência na cidade do Rio de Janeiro, tais como, idade, cor, escolaridade e relações entre vítimas e agressores. Para uma maior compreensão desta realidade, confrontaram-se tais variáveis com as suas correspondentes no Censo Demográfico (BME/IBGE, 2010).

Em um segundo momento, analisou-se estas variáveis para o recorte espacial da favela de Rio das Pedras, estudo de caso deste trabalho. No entanto, os dados do DATASUS se mostraram insuficientes devido ao seu recorte geográfico máximo que é a

escala de bairro, permitindo apenas uma análise aproximada. Já os dados do ISP compreendem também a escala de favela, possibilitando uma análise mais adequada.

2.2. Dados primários e trabalho de campo

É válido salientar que nenhuma fonte de dados é completamente precisa, visto que sempre está susceptível a subnotificação⁵. Quando se trata de dados de violência de gênero este fato se torna mais agravante, visto que romper a barreira do medo para denunciar uma violência é um desafio muito grande a ser enfrentado, e muitas vezes o mau acolhimento à mulher vítima de violência se torna mais uma agressão. Acolhimento este alicerçado em uma “cultura do estupro”, que silencia sistematicamente as mulheres, questionando a veracidade de seus depoimentos e aprisionando suas vozes (SOLNIT, 2017).

Desta maneira, se mostrou mais relevante realizar a pesquisa qualitativa, uma vez que os dados secundários não dariam conta de compreender a complexidade da questão. Adotou-se o procedimento metodológico da observação participante, considerada como um procedimento qualitativo de pesquisa de campo. Seu objetivo é investigar grupos sociais e seus modos de vida a partir do contato e proximidade com a população estudada (ANGROSINO, 2009). Flick (2009) defende a imersão do pesquisador no universo estudado para que se obtenha nas entrevistas além de respostas, percepções, baseadas em observar olhares e gestos dos entrevistados. No entanto, Durhan (1986) alerta para os perigos da aproximação e identificação com o grupo investigado através do trabalho de campo, podendo causar consequentes “armadilhas semânticas”. O autor explica que:

“A identificação certamente é necessária porque, sem ela, é impossível apreender “de dentro” as categorias culturais com as quais a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva – e essa investigação traz consigo o risco de começarmos a explicar a sociedade através das categorias ‘nativas’, em vez de explicar essas categorias através da análise antropológica” (DURHAN, 1986, p.33)

A realização do trabalho de campo se deu primeiramente através da imersão da pesquisadora na localidade, com o objetivo de frequentar espaços públicos de

⁵ Até mesmo as notificações compulsórias realizadas nas unidades de saúde estão susceptíveis a um mau registro ou subnotificação. A ficha preenchida pelos agentes de saúde ou psicólogos que dá origem ao cadastro (em anexo) possui cerca de 60 questões e nem sempre é possível de ser preenchida na presença da vítima.

sociabilidade como praças, restaurantes, bares e igrejas, com a intenção de uma observação não sistemática.

A partir disto, a pesquisa de campo seguiu os seguintes pontos principais: 1) Identificação de agentes presentes na favela envolvidos no acolhimento às mulheres vítimas de violência, a fim de explorar a experiência destes neste tipo de atendimento e suas percepções sobre o tema; 2) Identificação e participação de grupos de mulheres e jovens, a fim de construir redes de contatos. 3) Entrevistas com os agentes identificados e mulheres vítimas de violência.

Pensando em como relacionar as informações obtidas a partir das observações e das visitas em campo a uma visão espacial, utilizou-se como instrumento analítico o Modelo Ecológico Feminista (MEF). Este modelo foi desenvolvido inicialmente por Bronfenbrenner (1977;1996), considerado precursor da utilização do enfoque ecológico para a explicação do desenvolvimento humano. O autor defendia que se deveria ir além da observação do comportamento, analisando também os sistemas de interação ali presentes e as características do ambiente onde aquele comportamento ocorre.

Autoras como Corsi (1994) e Heise (1998) utilizaram esta abordagem para explicar a violência de gênero, em especial a violência intrafamiliar e doméstica. Entendendo que a violência é um fenômeno resultante da interrelação de diversos fatores, e que nenhum deles pode explicá-la de forma independente, adotou-se este modelo para promover o diálogo entre os diferentes níveis, ajudando a evidenciar a face multiescalar da violência (Figura 3).

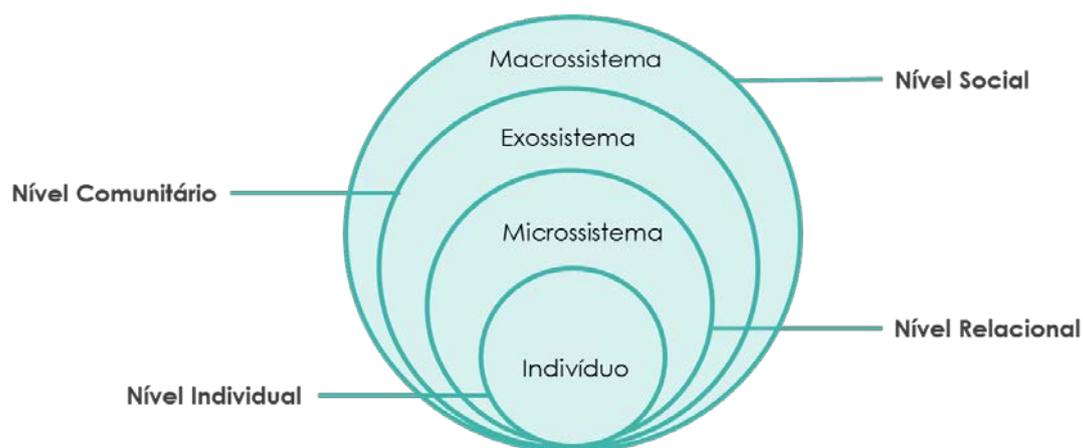


Figura 2 - Ilustração do Modelo Ecológico. Fonte: Adaptado de HEISE (1998).

O nível mais abrangente deste modelo seria o macrosistema, determinado como um complexo sistema de padrões ideológicos e culturais, interconectados entre si, que estão presentes na sociedade (BRONFENBRENNER, 1977). Escala mais ampla de análise, não possui delimitação geográfica, pois transpassa todos os níveis, envolvendo desde a escala local até a global.

Como esta pesquisa foca nas relações de gênero, esta escala abrange o sistema patriarcal e as desigualdades de gênero, ilustradas pelas diferenças de papéis de homens e mulheres, internalização de processos de heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015), as relações de dominação, a associação direta da masculinidade à violência e a aceitação dessa violência, entre outros processos ideológicos e culturais.

O segundo nível trazido pelo MEF é o Exossistema, que corresponde ao nível comunitário de interações, abrangendo as redes sociais, relações de trabalho, igreja, escolas, meios de comunicação e mídias em geral. Associado ao entorno da residência, também se inclui neste nível a influência na vida da mulher devido à sua condição socioeconômica, à (in)segurança local, e à presença ou não de serviços de proteção, podendo relegar a mulher à uma situação de isolamento e vulnerabilidade.

Esta escala no trabalho de campo correspondeu aos locais de convivência comunitária, tais como locais que as mulheres buscavam atendimento, como outros espaços de sociabilidade e lazer. O contato inicial se deu através do conhecimento anterior da psicóloga Danieli Santos, funcionária da Clínica da Família Otto Alves de Carvalho, o que facilitou algumas conexões, possibilitando uma entrada na comunidade.

Desta forma, primeiramente deu-se um enfoque maior às unidades de saúde (Clínicas da Família) visto que estes eram os locais que concentravam maiores buscas por atendimento, tanto para uma assistência clínica como psicológica. A Associação de Moradores também foi apontada como local buscado para resolução de conflitos, principalmente de natureza conjugal. Desta forma, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas ⁶ com as psicólogas das duas Clínicas da Família presentes na comunidade.

⁶ Queiroz (1998) define a entrevista semiestruturada como uma técnica na qual se determinam tópicos principais que devem ser abordados a todos os entrevistados de acordo com os objetivos traçados pelo pesquisador. A importância desse método de entrevista é apresentada por Manzini (1991), por não submeter o entrevistado a respostas fechadas, com uma padronização construída pelo pesquisador, podendo resultar em um diálogo livre, fornecendo diferentes informações construídas pelo próprio entrevistado. No trecho original, Manzini (1991) explica: “Na entrevista semi-estruturada, a resposta não está condicionada a uma

Ainda dentro desta escala e a partir de uma maior convivência na comunidade, iniciou-se a visita e contato com grupos de mulheres e jovens, com a intenção de iniciar o processo de observação participante e estabelecer conexões para futuras entrevistas. Realizaram-se frequentações nas Roda Cultural de Rio das Pedras (evento de rap em praça pública), ao grupo de artesanato e ao grupo de gestantes da Clínica da Família, e à projetos no colégio público Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) Euclides da Cunha.

O terceiro nível é o relacional, correspondente a escala do Microsistema, relacionado às interações mais próximas e aos significados subjetivos atribuídos a essas associações (HEISE, 1998). Em geral associado à residência, é neste nível que se pode perceber sensivelmente os conflitos familiares, manifestados em conflitos econômicos – em que há um peso pelas diferenças salariais e o "sustento" da casa, criando relações de poder – as dependências químicas e alcoólicas e a violência doméstica.

Para compreender esta escala da casa, entendeu-se como essencial realizar entrevistas com mulheres vítimas de violência, buscando associações entre o espaço da casa e a ocorrência da violência. Pela delicadeza do tema, surgiram dificuldades para a obtenção de mulheres dispostas a conversar, ampliada pelo fato da comunidade ser uma área controlada em vários sentidos, com certas leis morais e comportamentais que construía algumas barreiras a mais para o diálogo.

Estar conectada às entrevistadas, passar confiança e intimidade se mostraram mais do que estratégias de pesquisa, mas sinais de respeito com aquelas sobre as quais e pelas quais foi feita a pesquisa. Buscou-se estabelecer relações de escuta, sem que se submetesse a mulher apenas na posição de vítima, e sim como protagonista da sua própria história.

Considerando estas dificuldades, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, nas quais consideraram-se dentre outros aspectos, faixa etária, cor e origem, entendendo que são fatores potencializadores da vulnerabilidade da mulher. Como método de análise dos conteúdos das entrevistas, utilizou-se o procedimento de

padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O uso de gravador é comum a este tipo de entrevista. É mais adequada quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma mais livre” (MANZINI, 1991, P. 154).

identificar e destacar os trechos que ilustrassem as questões e problemáticas apontadas ao longo do trabalho e se relacionassem com os objetivos iniciais propostos, definido por Manzini (1991) como uma forma tradicional de pesquisa qualitativa.

O último nível trazido neste modelo se refere ao nível individual, escala de análise em que se consideraria a esfera pessoal, abarcando as características particulares que irão se relacionar e influenciar os outros níveis. Esta escala de análise representaria a própria escala do corpo, onde seria possível identificar fatores e características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ser vítima ou praticante de atos de violência (HEISE, 1998).

Corsi (1994) acrescentou ao nível individual quatro dimensões de análise: a comportamental, cognitiva, a psicodinâmica e interacional. A dimensão comportamental abrange o repertório de comportamentos pessoais e estes relacionados com o mundo. A dimensão cognitiva representa as formas de percepção pessoal e seus esquemas mentais. A dimensão psicodinâmica representa a análise das dinâmicas intrapsíquicas, tais como emoções e conflitos conscientes e inconscientes. Por fim, a dimensão interacional diz respeito às relações e comunicações interpessoais.

Apesar desta dimensão ter um caráter muito mais psicológico e pessoal, é de essencial importância entender que o corpo é o primeiro espaço que a violência contra a mulher acontece. É nele que a mulher sofre as consequências de diversos abusos que está sujeita, emocionais e físicos; é a esfera do medo e da insegurança; mas também é a esfera da percepção destes abusos e do autocuidado. É o primeiro espaço de medo e o primeiro espaço de reação.

3. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PANORAMA GERAL

Como defendido anteriormente, a violência de gênero é um fenômeno que nos atenta para as profundas desigualdades de gênero ainda existentes nas relações sociais. Os dados refletem como essa problemática não pode ser analisada apenas como um problema de segurança pública, saúde ou direitos, mas também como uma questão socioespacial.

Buscando padrões e diferenciações espaciais, realizou-se a distribuição espacial das diferentes formas de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro, utilizando os dados registrados nas unidades da saúde (DATASUS) e nas delegacias (ISP). A

utilização destas duas fontes permitiu complementar as informações, buscando abranger o maior número de dados disponíveis sobre o tema.

Inicialmente, contabilizou-se o total de casos registrados de violência contra a mulher ao longo do período analisado (2010-2015), buscando destacar a evolução destes números para toda a cidade. Para contabilizar os valores totais, considerou-se para os dados das delegacias os delitos de ameaças, lesão corporal dolosa, estupro e homicídios. Para os dados da saúde utilizaram-se as variáveis de violência psicológica e moral, violência física, violência sexual e homicídios. Como são formas de registro e nomeações diferentes em cada banco de dados, buscou-se a maior semelhança possível entre os delitos para que se pudesse compará-los.

Um primeiro destaque que deve ser feito é a diferença numérica considerável entre as duas fontes de informação, sendo os dados do ISP significativamente maiores, mas com um padrão regular, mantendo uma média acima de 40 mil notificações (Gráfico 1). No ano de 2015, último ano do período analisado, os dados apresentam uma diminuição, correspondendo ao menor índice de todos os anos analisados. No entanto, não é possível afirmar se está acontecendo uma redução dos casos de violência ou uma redução dos registros feitos nas delegacias.

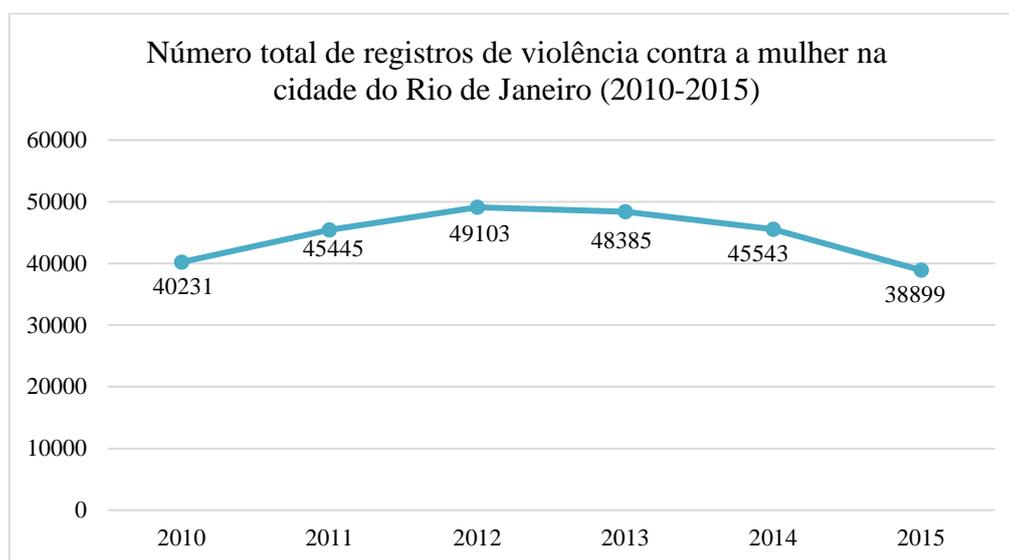


Gráfico 1 - Número total de registros de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro. Fonte dos dados: ISP (2017)

O segundo gráfico apresenta o total de notificações de violências registradas nas unidades de saúde. Ainda que em termos numéricos estas notificações tenham menor expressividade que os dados das delegacias, possuem um crescimento progressivo, o

que pode estar relacionado tanto ao aumento de casos como a uma diminuição das subnotificações. Podemos associar ainda este aumento gradual a uma maior procura por estes espaços como locais de denúncia e acolhimento.

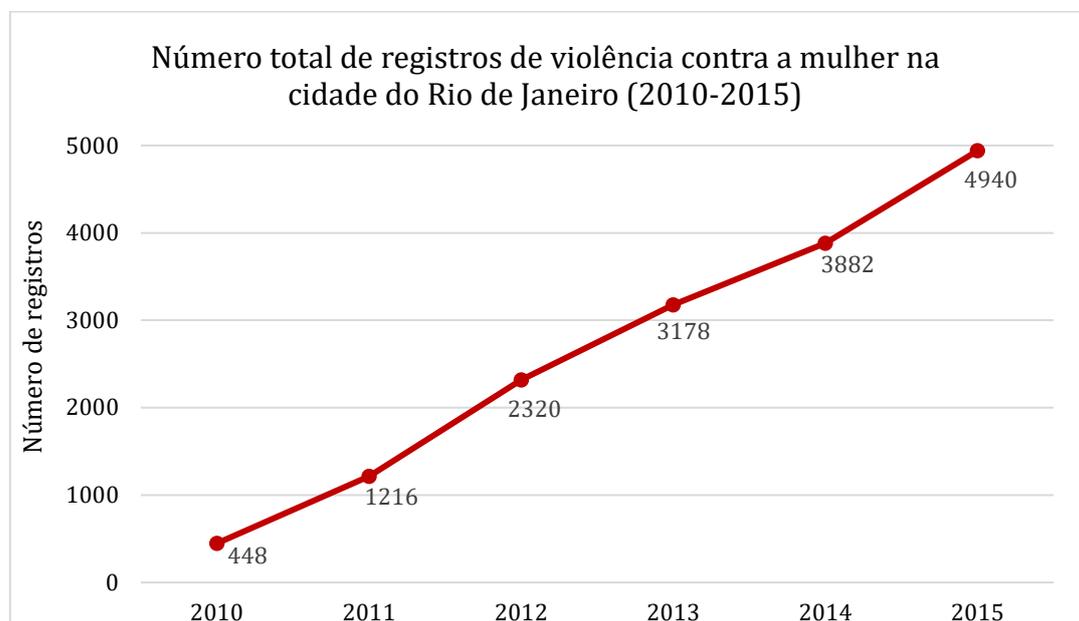
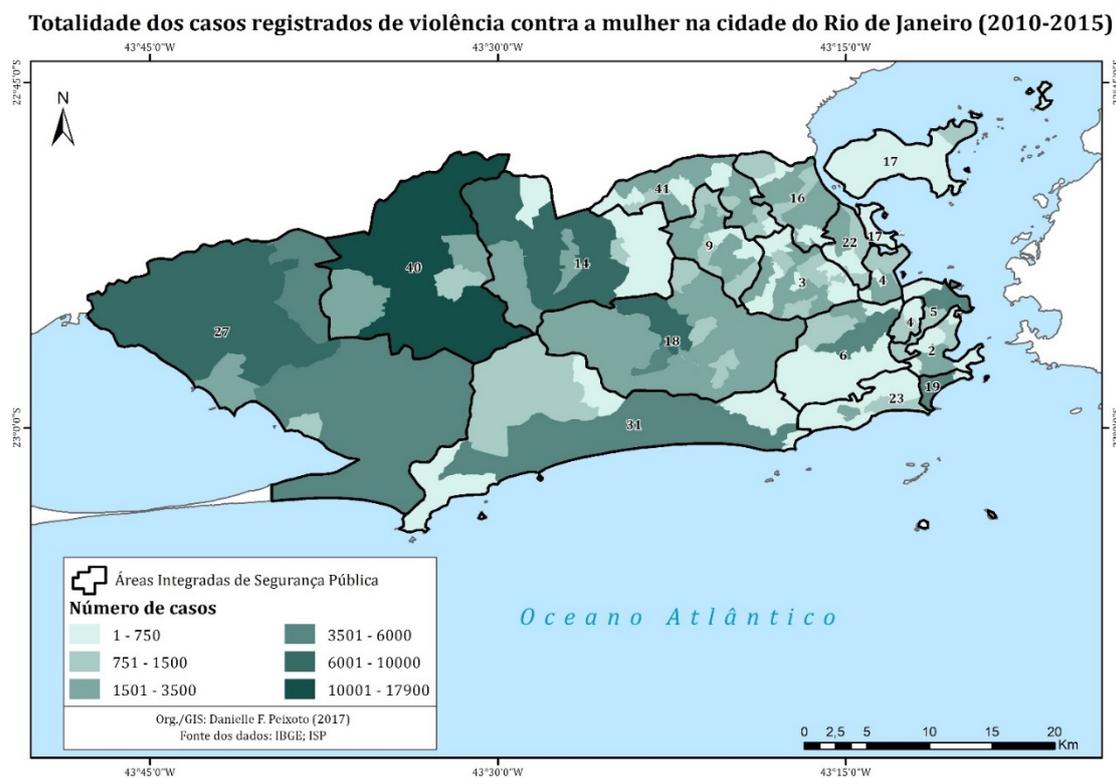


Gráfico 2 - Número total de registros de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro. Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Para entender como estes dados se distribuem espacialmente, realizou-se um mapeamento inicial com os dados das delegacias, considerando a soma dos delitos de ameaças, lesão corporal dolosa, estupro e homicídios para gerar um panorama da violência total contra a mulher no Rio de Janeiro. Utilizou-se a divisão de bairros sobrepostas ao recorte das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que correspondem a unidade geográfica de divisão dos batalhões de polícia, disponibilizada pelo ISP (Mapa 1).



Mapa 2- Mapa da violência total contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015).
Fonte dos dados: ISP (2017)

Verificou-se uma predominância de casos na zona oeste da cidade, que também corresponde a localidade com os bairros mais populosos. Não se utilizou aqui dados proporcionais para que fossem apresentadas as localidades com maior número de registros, pois poderiam camuflar a violência quantitativa de determinados locais⁷. O bairro de Campo Grande (AISP 40) destaca-se especialmente, apresentando 17.900 casos no total do período analisado. Isto corresponderia a uma média de quase 3000 mulheres violentadas por ano, ou seja, mais de 8 mulheres violentadas por dia.

Estes dados se tornam mais alarmantes ao identificar os principais locais onde as mulheres são violentadas (Gráfico 3). Dividindo pelo tipo de violência, constatou-se uma predominância da ocorrência massivamente no ambiente doméstico, independente da forma de violência. Isso reforça o espaço privado como um local de elevada vulnerabilidade para a mulher, quebrando o senso comum que muitas vezes reconhece como um ambiente de proteção.

⁷ Compreende-se que relativizar o número de ocorrências pela quantidade de população poderia camuflar a distribuição espacial da violência, sem diminuir a sua gravidade.

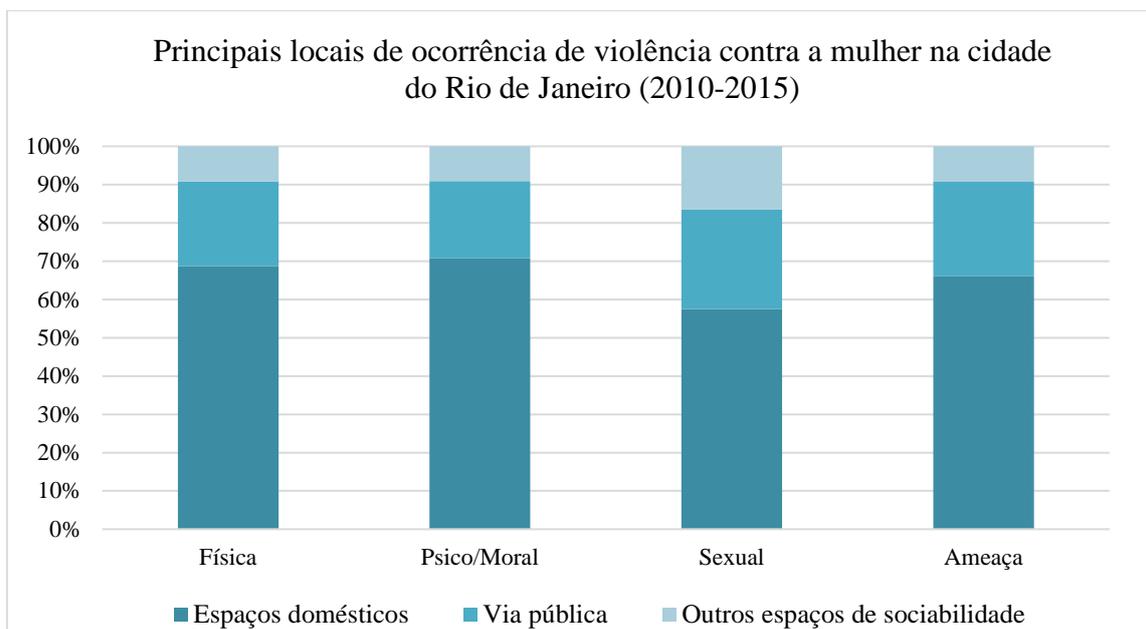


Gráfico 3 - Principais locais de ocorrência de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Para compor este quadro geral da violência na cidade do Rio de Janeiro, dividiram-se as ocorrências de violência por faixa etária segundo a natureza do vínculo entre o agressor e a vítima (Gráfico 4). Essa divisão permitiu entender como funciona a “trajetória” da violência ao longo da vida da mulher, e como estas relações entre agressor e vítima correspondem a uma importante variável para compreender todo o fenômeno.

Os dados apresentados demonstram como os vínculos familiares ou conjugais protagonizam as principais relações entre vítimas e agressores, mas como também isso é variável ao longo da vida da vítima. Até os 14 anos, os vínculos familiares apresentam-se como as principais relações, correspondendo a percentuais superiores ou iguais a 50% dos casos de violência contra meninas.

Esta idade da infância e início da adolescência normalmente corresponde a faixa etária de grande dependência emocional ou financeira, correspondendo a um grupo extremamente vulnerável. Mesmo dentro desse recorte há diferenças, com a faixa etária de 0 a 4 anos apresentando a maioria dos agressores dentro do ambiente da família, e na faixa de 5 a 14 anos aparecendo mais claramente outros agressores, como o destaque a categoria “outros vínculos” e “desconhecidos”. Esta faixa etária condiz com a idade escolar, o que permite a criança frequentar outros espaços e estabelecer novos vínculos.

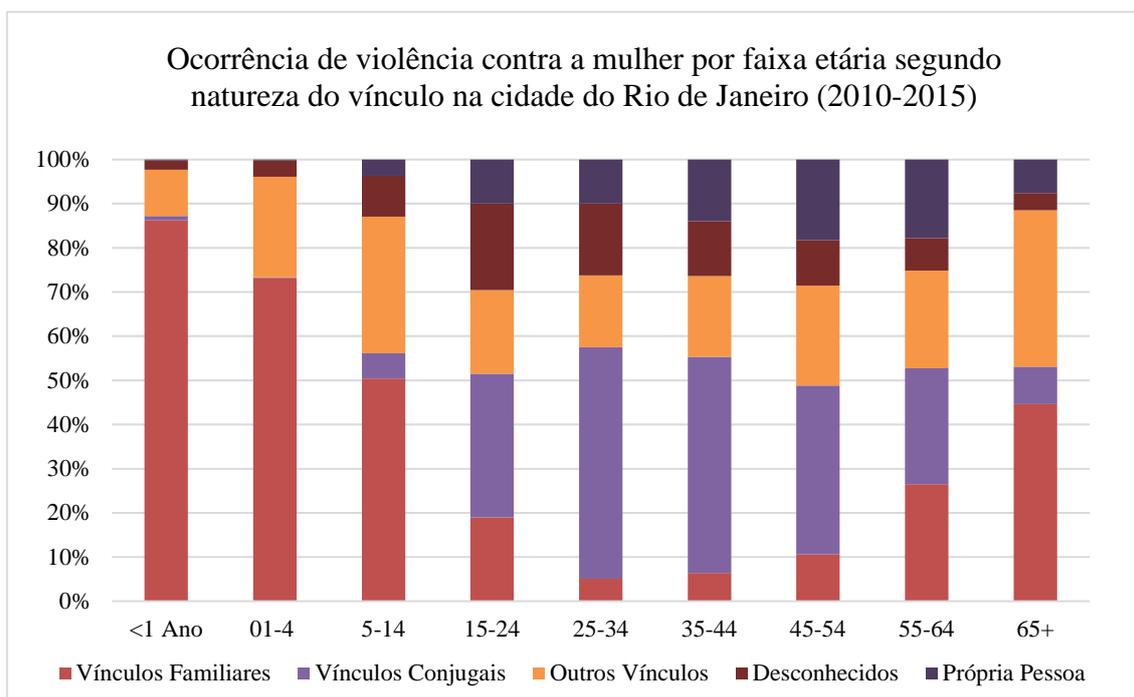


Gráfico 4 - Ocorrência de violência contra a mulher por faixa etária segundo natureza do vínculo na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

A partir da faixa etária dos 14 aos 24 anos, percebe-se uma diminuição da violência por parte dos vínculos familiares e um aumento progressivo dos vínculos conjugais, padrão que persiste fortemente até a faixa dos 45 aos 54 anos de idade. Esse intervalo de idade corresponde normalmente aos relacionamentos afetivos, nos quais se tem uma relação emocional e muitas vezes financeira, incluindo o convívio e compartilhamento do ambiente doméstico.

A presença maior dos vínculos familiares irá retornar a partir da faixa etária dos 55 aos 64 anos, aumentando significativamente a partir dos 65 anos. Esta faixa etária corresponde aos idosos, também considerados como um grupo mais vulnerável, por necessitar mais de cuidados com a saúde e muitas vezes depender da família como esses agentes cuidadores. Destaca-se também uma grande porcentagem da categoria “outros vínculos”, que apesar de estar presente em todas as faixas etárias apresenta maior destaque nos grupos mais idosos, podendo representar outros vínculos ainda relacionado aos cuidados que não necessariamente sejam executados por familiares.

Como exposto no Artigo 9 da Convenção do Pará, existem situações que amplificam a vulnerabilidade da mulher, tais como raça/cor, situação de refúgio ou

deslocamento, idade ou situação socioeconômica. Entendendo desta forma que a vulnerabilidade da mulher é construída de maneira interseccional, mostrou-se necessário entender estas variáveis no contexto da população total da cidade. Para isto, relativizou-se os dados de violência do DATASUS e do ISP⁸ com os dados do Censo Demográfico de 2010, dividindo o número de casos pela população total da variável estudada e multiplicando por 100 mil, tendo como resultado a média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres⁹.

A primeira variável estudada foi a raça ou cor da pele, que corresponde a um elemento que amplifica a situação de vulnerabilidade da mulher, uma vez que o racismo ainda é uma realidade muito presente, enraizado na cultura brasileira por conta do histórico escravista.

Esta situação é agravada no contexto do Rio de Janeiro, cidade marcada por profundas desigualdades sociais e de segregação socioespacial, resultando em espaços com concentrações de uma população de baixa e com menor escolaridade, além da dificuldade de acesso a determinados serviços, muitos presentes apenas nas áreas mais centrais e abastadas da cidade, fatores que contribuem para a vulnerabilidade da mulher.

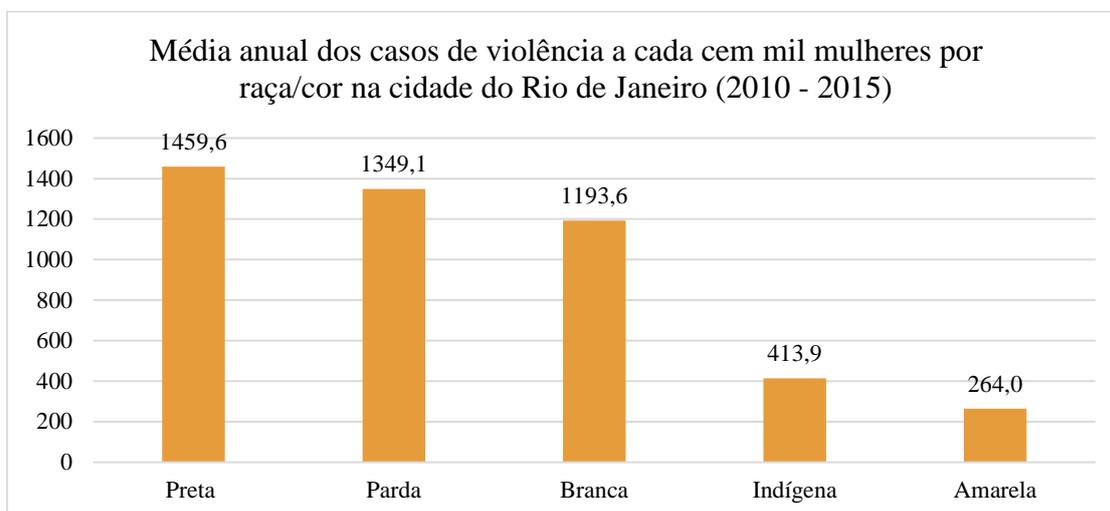


Gráfico 5 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e ISP (2017).

⁸ A utilização dos dados do ISP só foi possível nas variáveis de raça/cor e idade, pois não existia no cadastro informações sobre escolaridade ou nível de instrução.

⁹ Utilizou-se o valor relativo à 100 mil por ser a metodologia utilizada na maioria dos estudos sobre violência contra a mulher, inclusive no Mapa da Violência do ano de 2015, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, com a cooperação e divulgação das instituições OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso.

Nos dados do DATAUSUS, dois grupos raciais de mulheres vão se destacar por sofrerem, relativamente, mais violência (Gráfico 6). O primeiro é o grupo de mulheres indígenas, porém dessas é preciso ressaltar que em termos absolutos é um valor baixo (apenas 41 casos nos 6 anos). Elas aparecem com maior destaque por serem poucas na cidade do Rio de Janeiro. Um fator que pode ter contribuído para esse número de mulheres indígenas sofrendo violência foi a retirada do grupo de índios da Aldeia Maracanã no ano de 2013, que foi feita sobre protestos e com violência policial¹⁰. As indígenas podem ter procurado mais o atendimento da saúde (de forma relativa já que em absoluto ainda é a delegacia) justamente por conta da violência policial sofrida. O segundo grupo que mais se destaca é o de mulheres negras, corroborando com os dados das delegacias, evidenciando o peso que existe na questão racial em relação à vulnerabilidade da mulher.

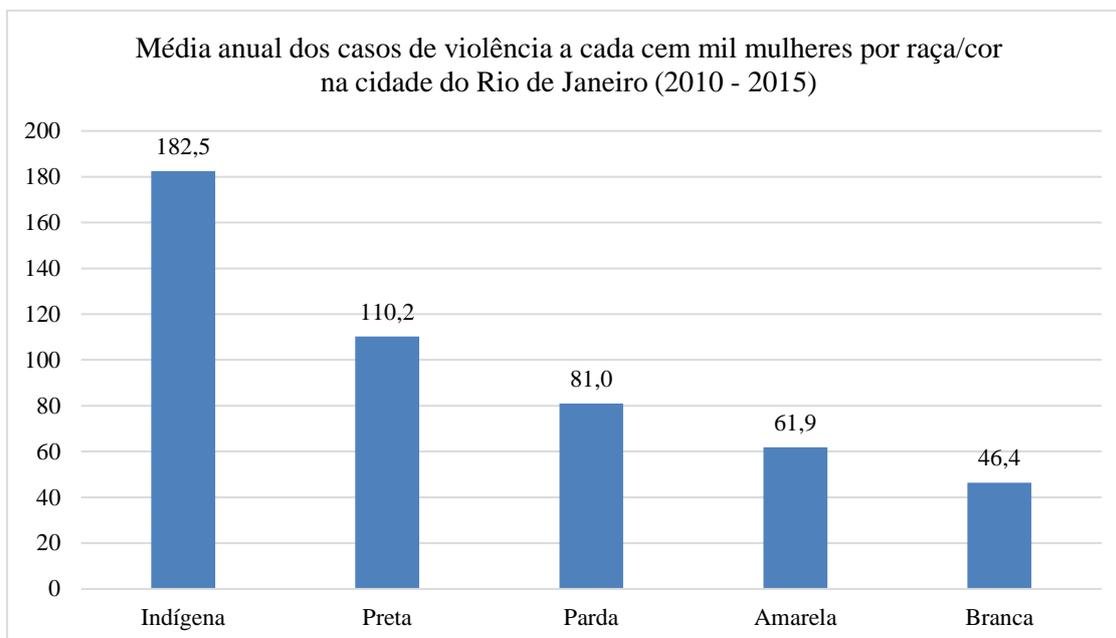


Gráfico 6 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

Uma segunda característica que irá se destacar é a variável da idade, que possui um peso significativo devido a forma como cada grupo tem a possibilidade de reagir às diferentes formas de violência e ao quanto esse grupo pode ser vulnerável a ela,

¹⁰ Fonte: Tumulto marca retirada de índios da Aldeia Maracanã. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130322_aldeia_cq_atualiza

como para o caso de crianças ou idosos. Verificou-se uma grande incidência na faixa etária de 0 a 4 anos, com mais de 177 meninas a cada 100 mil. Este dado é bastante agravante por se tratar da primeira infância e um grupo extremamente vulnerável, normalmente dependente dos responsáveis, que muitas vezes são os próprios agressores (Gráfico 7).

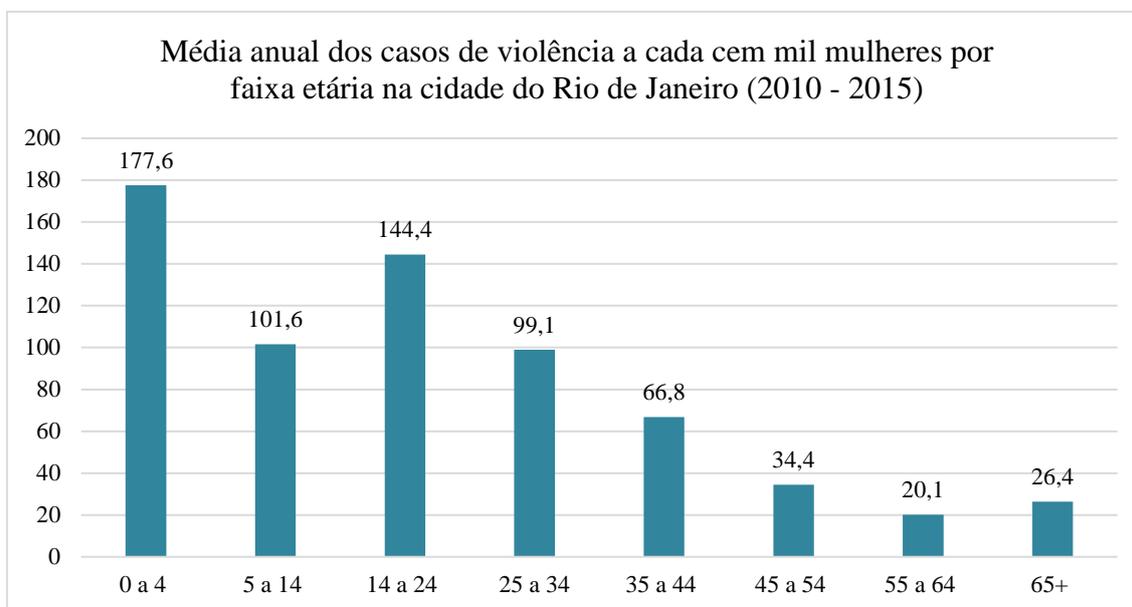


Gráfico 7 - Média anual dos casos de violência a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

A escolaridade, diferente dos elementos analisados anteriormente, se enquadra como um aspecto socioeconômico da vulnerabilidade da mulher (Gráfico 8). As baixas escolaridades tendem a ser mais vulneráveis à violência por dois fatores: o primeiro é que a baixa instrução pode contribuir para uma situação de desinformação para as vítimas, e a segunda é de que a escolaridade também pode estar atrelada a sua idade, que, como visto, as mais jovens tendem a sofrer mais violência também.

Ao analisar as notificações de violência do DATASUS, notou-se o padrão de casos de violência em baixas escolaridades, como sem instrução e fundamental incompleto ou com fundamental completo e médio incompleto. Notam-se menos casos em altas escolaridades, com ensino superior. Comparando com os dados censitários, o grupo que possui mais notificações de violência concentra-se na escolaridade de fundamental completo e médio incompleto com 44,5 casos a cada cem mil mulheres. É possível também associar as variáveis de idade e escolaridade, uma vez que há maior

concentração de notificações de violência nas faixas etárias de 0 a 14 anos e 15 a 24 (Crianças e jovens).

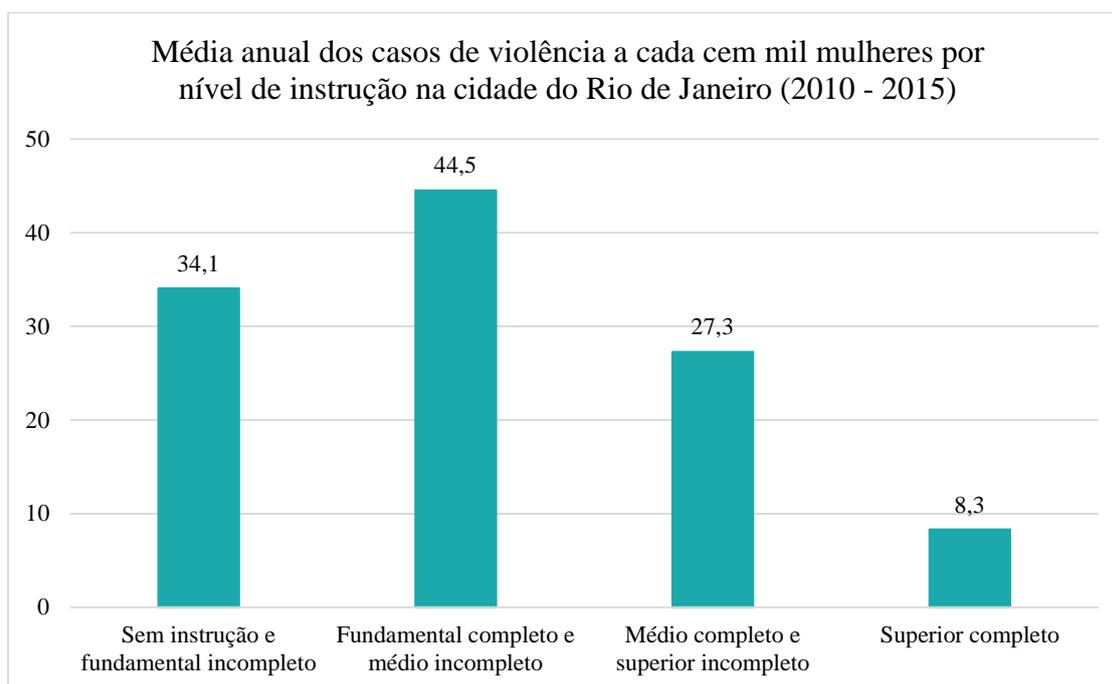


Gráfico 8 - Violência total a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

4. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PADRÕES SOCIOESPACIAIS

A análise do panorama geral de violência contra a mulher no Rio de Janeiro permitiu compreender que as mulheres se caracterizam como um grupo vulnerável na conjuntura da cidade, existindo aspectos dentro deste universo que as deixa ainda mais susceptíveis a ocorrência ou ao não enfrentamento da violência. O primeiro seria a inserção deste grupo em um contexto local de grande violência, normalmente áreas mais segregadas e periféricas; o segundo aspecto corresponde ao contexto socioeconômico que esta mulher faz parte.

Desta maneira, mostrou-se relevante aprofundar a análise espacial e sociodemográfica a partir dos principais tipos de violência que a mulher pode estar sujeita, sendo estes: violência psicológica e moral, violência física, violência sexual e homicídio. Não se desconsidera a importância de outras formas de violência, como a violência obstétrica, patrimonial ou institucional, ou ainda outras maneiras de opressão,

como a lesbofobia, transfobia ou bifobia. No entanto, estabeleceu-se esse recorte pragmático por conta da disponibilidade das estatísticas e factibilidade da pesquisa.

Entende-se, no entanto, que a maneira que a violência contra a mulher acontece é gradual, aumentando progressivamente a gravidade das agressões. Normalmente quando há uma agressão física, o autor e a vítima já possuem vínculos afetivos fortes, que dificultam a saída da mulher da situação de violência, além de alimentar a fé na mudança de seu agressor. A figura 2 abaixo esquematiza como seria essa escalada da violência e seu perfil progressivo:

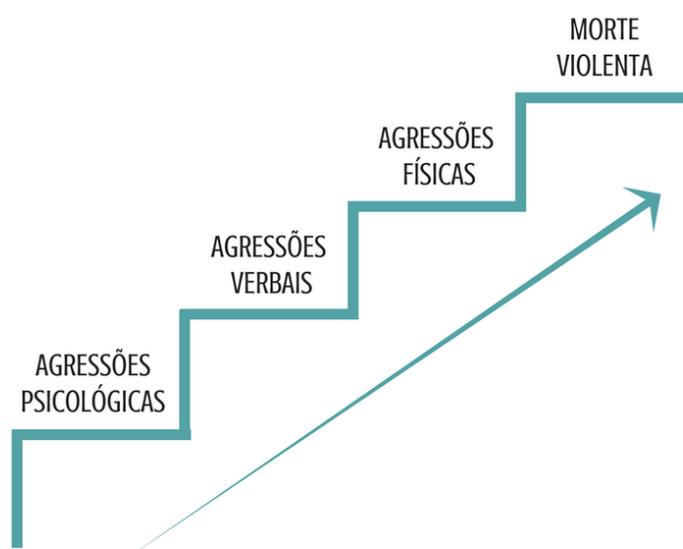
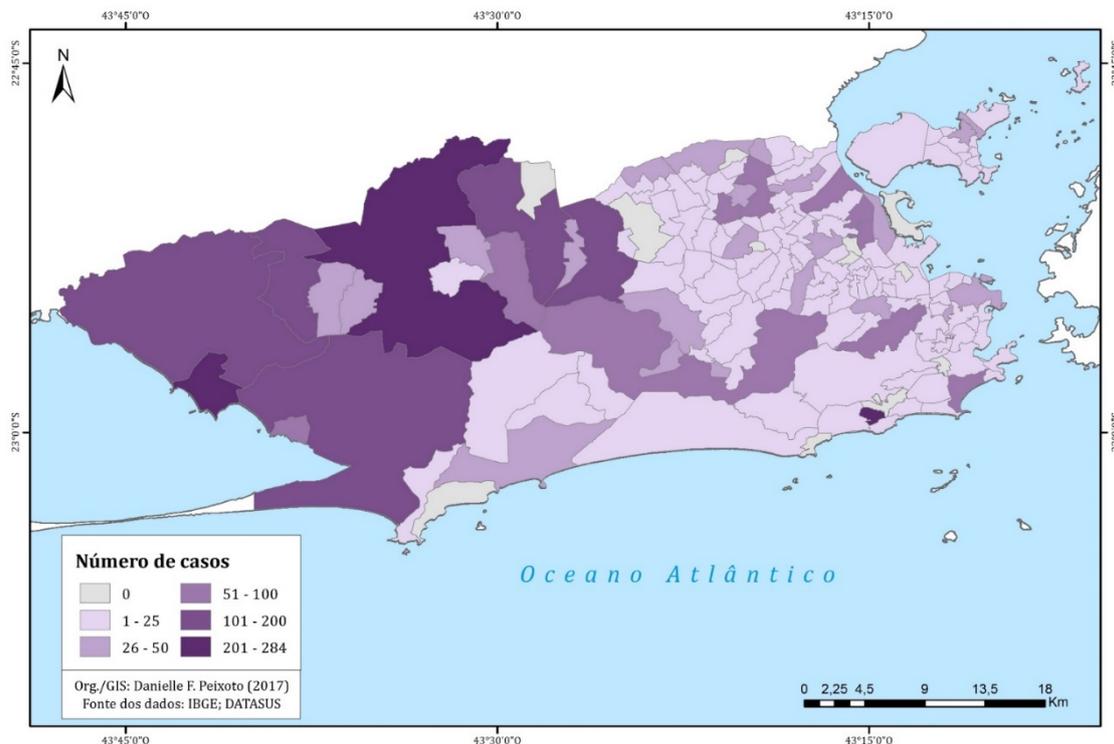


Figura 3 - Representação da Escalada da Violência. Adaptado de: Guía para la Atención a Mujeres Víctimas de Violencia de Género, I.C.I., 2007.

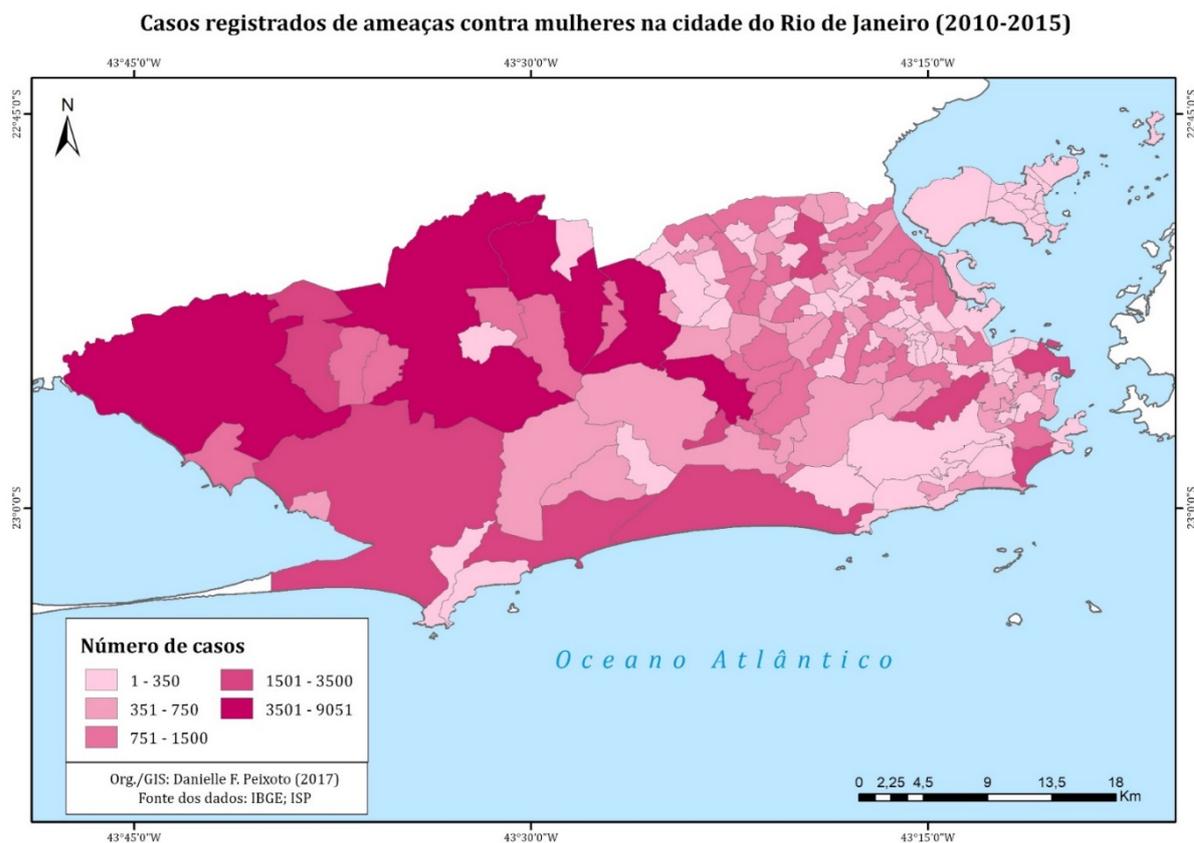
Em relação à violência psicológica e moral, as maiores concentrações de mulheres vítimas deste tipo de violência estão na zona oeste da cidade, em bairros como Sepetiba, Campo Grande, Santa Cruz e Realengo (Mapa 2). Já na Zona Sul (área de menor ocorrência) destaca-se a Rocinha, que se diferencia dos demais bairros do entorno, ao registrar o maior número de casos desta forma de violência no período analisado (284 notificações). No restante do município a espacialização é mais dispersa, com um número significativo de bairros com poucas notificações (108 bairros com até 25 casos registrados).

Casos registrados de violência psicológica e moral contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015)



Mapa 3- Mapa da violência psicológica/moral contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Para complementar o quadro da violência psicológica e moral, utilizou-se os registros de ameaças (ISP) contra mulheres, por ser o crime que está contido neste espectro psicológico, sem romper a integridade física da vítima. Nota-se uma diferença numérica expressiva em relação aos dados conforme sua fonte: o maior número de ocorrências em um local no primeiro mapa (DATASUS/284 casos) é inferior a menor classe do segundo mapa (ISP/350 casos). Essa informação começa a delinear a importância das delegacias como os espaços para denunciar violências, associado a uma visão criminal e punitiva.



Mapa 4 - Mapa dos casos registrados de ameaças contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: ISP (2017).

Observa-se a persistência do padrão de concentração dos casos na zona oeste da cidade, sendo os bairros com as maiores ocorrências Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, Realengo e Taquara (Mapa 3). O bairro de Campo Grande se destaca especialmente por registrar o maior número de registros no período analisado (9051 notificações) e com uma distância expressiva do bairro que vem em sequência, o bairro de Santa Cruz (4621 notificações).

Para traçar um perfil sociodemográfico das mulheres que sofrem violência, estudaram-se as variáveis de raça/cor, nível de instrução e idade, considerando que são elementos determinantes para uma maior ou menor vulnerabilidade, assim como foi feito no panorama geral, mas agora subdividindo por tipo de violência. Em relação a variável raça/cor, nos dados do DATASUS novamente a categoria indígena aponta em destaque em relação às demais, correspondendo a média anual de 62,3 mulheres a cada 100 mil (Gráfico 9), muito distante dos dados do ISP, em que as categorias preta, parda e branca aparecem com muito mais destaque (Gráfico 10).

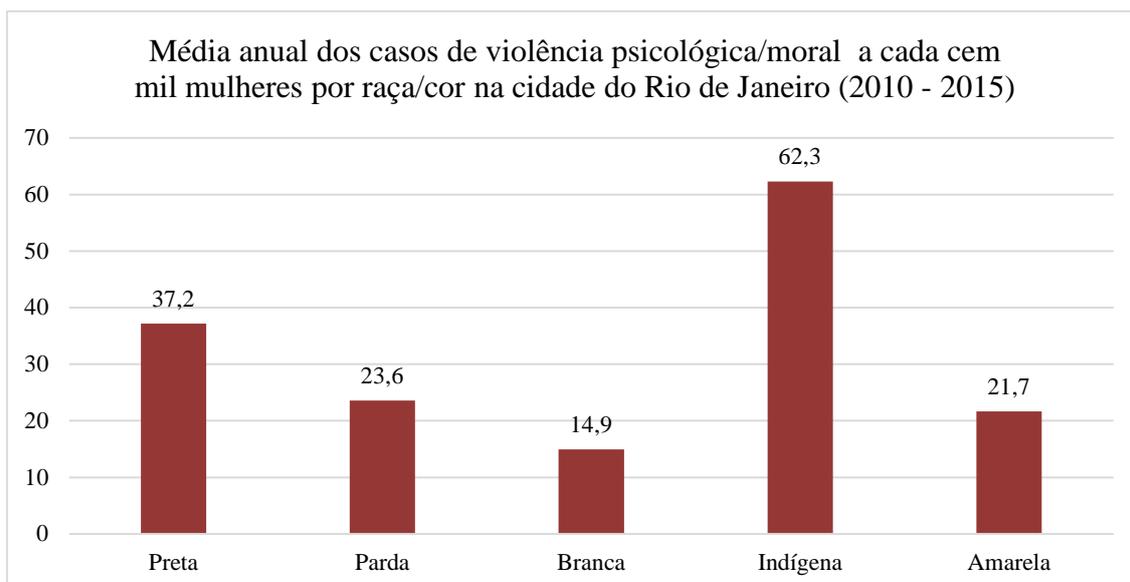


Gráfico 9 - Média anual dos casos de violência psicológica/moral a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

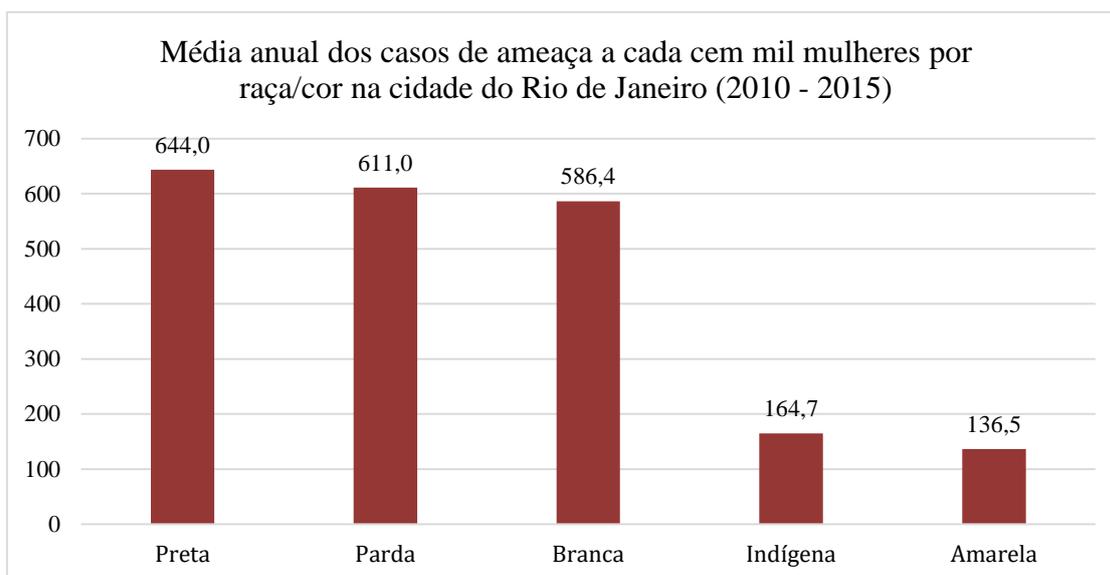


Gráfico 10 - Média anual dos casos de ameaça a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e ISP (2017).

Em relação ao nível de instrução, a maioria das mulheres que reportam a violência psicológica e moral possuem a escolaridade do ensino fundamental completo ao médio incompleto, correspondendo a média anual de 19,3 mulheres a cada 100 mil, seguidas imediatamente das categorias de Sem Instrução ao Fundamental Completo e Médio Completo ao Superior Incompleto (Gráfico 11).

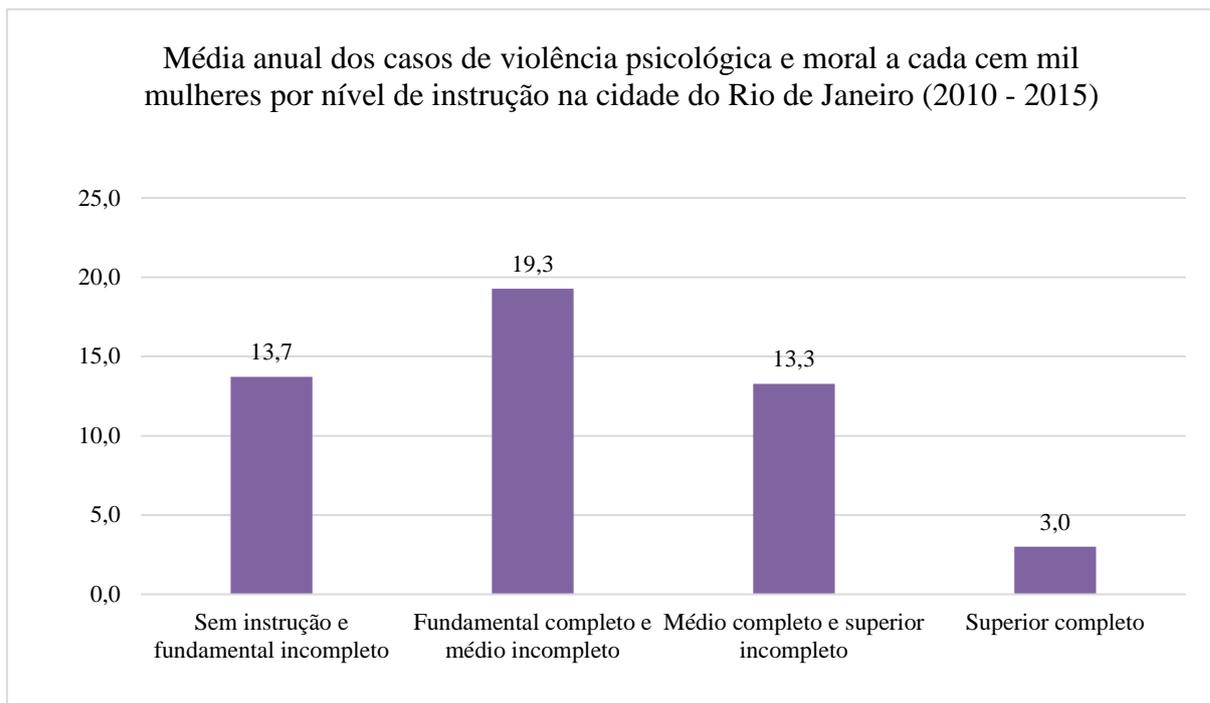


Gráfico 11 - Casos de violência psicológica e moral a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

Apesar destas categorias serem bem abrangentes, possibilitam pensar sobre dois cenários: em termos absolutos, as faixas de menores escolaridades ainda somam o maior valor, correspondendo a 1780 casos no período analisado, valor superior aos 808 casos das duas maiores faixas de escolaridade somadas. Quando relativizada pelo total da população, esta disparidade fica menos alarmante, pois também há na população total pessoas com menor escolaridade, mas ainda assim não menos grave.

O primeiro cenário é que mulheres com menor escolaridade podem ter menos acesso a empregos e condições de vida mais autônomas, ocasionando uma maior dependência da família e/ou de seus parceiros. No que diz respeito a violência psicológica, isto pode até ser utilizado como ferramenta de manipulação contra a mulher, em ameaças que ela seria incapaz de agir sozinha ou se manter.

O segundo cenário diz respeito a ocorrência menor, mas ainda significativa se considerarmos o quadro relativo, de vítimas de violência de maior grau de escolaridade, desmitificando que só sofre violência mulheres “ignorantes” ou “sem educação”, como muitas vezes é proferido pelo senso comum. Isto comprova que fatores educacionais e socioeconômicos serão amplificadores de violências, mas não exclusivamente seus causadores.

Em relação à distribuição dos casos por faixa etária, nota-se uma presença massiva na faixa dos 14 aos 24 anos, correspondendo a média anual 42,6 mulheres a cada 100 mil. Esta faixa corresponde à juventude e início da vida adulta, e pode representar o início de um ciclo de violência nos relacionamentos, o primeiro degrau da escalada da violência.

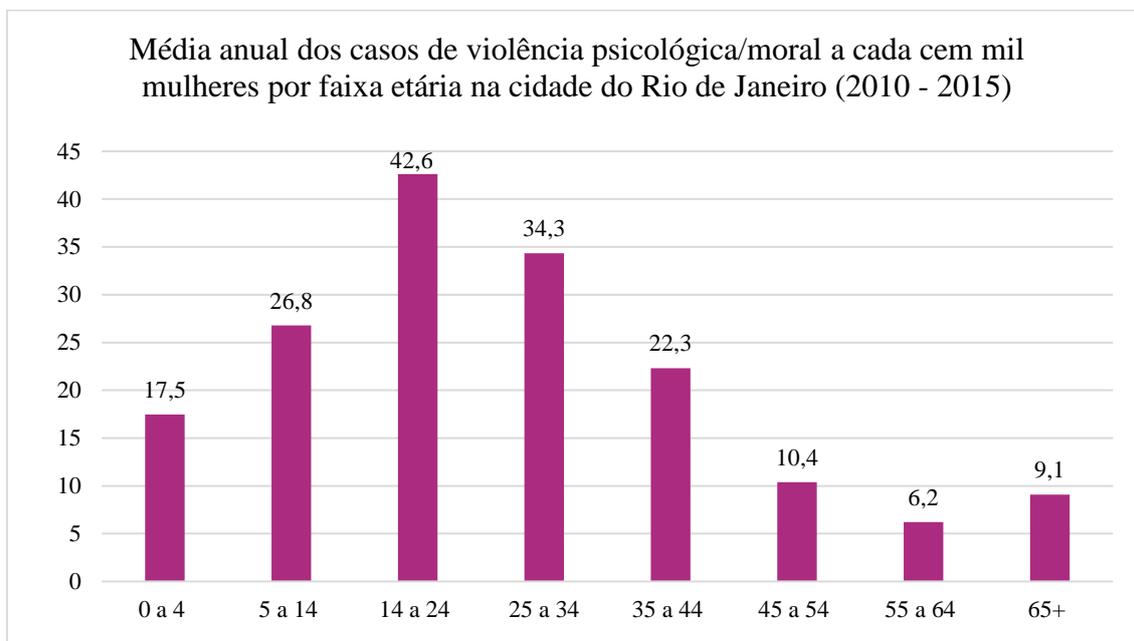


Gráfico 12 - Casos de violência psicológica/moral a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

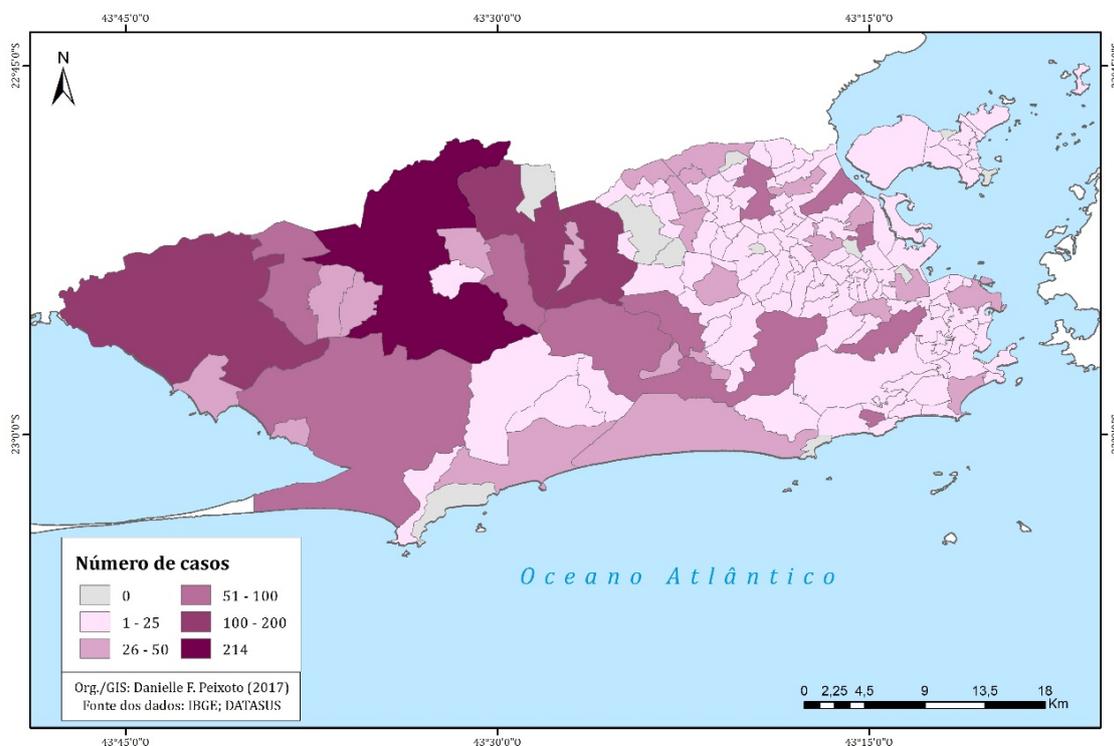
A violência sexual é outra forma de violência contra a mulher muito presente, com muitos casos sendo registrados diariamente. A existência constante desses casos está muito relacionado à sociedade misógina, que muitas vezes perpetua uma cultura do estupro em que a mulher é vista como um objeto sexual destinado aos homens e às suas vontades – mesmo que contra a da própria mulher. A hipersexualização da violência e a naturalização da violação são muito explorada nas mídias e na indústria pornográfica, só alimentando a fetichização do estupro sem colocá-lo no seu lugar devido: um crime.

Além destas violações físicas e traumas psicológicos, a violência sexual ainda expõe a mulher à possibilidade do contágio com violência sexualmente transmissíveis e uma gravidez indesejada. É importante ressaltar que a violência sexual não se trata de uma forma exclusivamente “pública” de violência, podendo acontecer dentro da residência ou em um relacionamento amoroso. Destaca-se que no Brasil apenas em 2005 através da Lei 11.106, o estupro dentro de um casamento foi considerado como crime,

sendo extinto de punibilidade até então, assim como a alteração de outros “crimes contra os costumes”.

Observando o mapa 4, podemos constatar que há um maior número de casos de violência sexual nos bairros de Bangu, Realengo e Campo Grande, semelhante às demais violências. Isso nos mostra que estes locais, dentro da Zona Oeste da cidade, se apresentam de forma destacada em relação à violência contra a mulher. Registra-se ainda a menor ocorrência desta forma de violência em relação às demais analisadas, registrando em Campo Grande (o bairro com maiores ocorrências) 214 casos, e 14 bairros não apresentaram registros nos 5 anos.

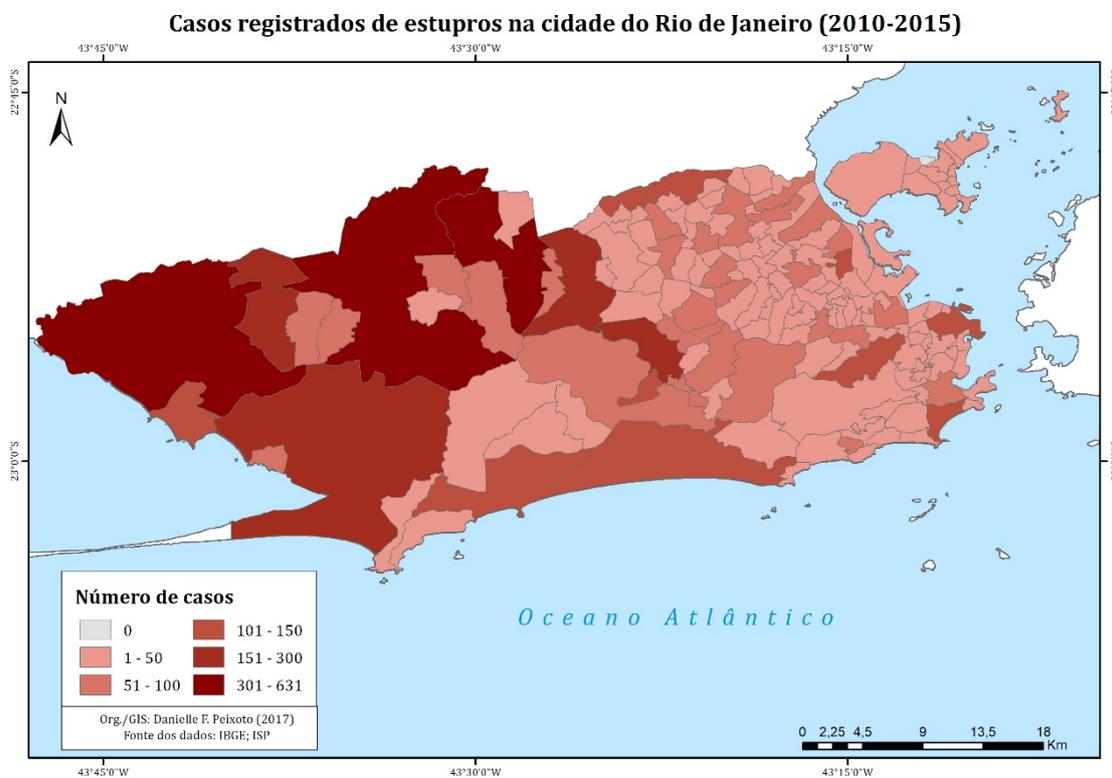
Casos registrados de violência sexual contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015)



Mapa 5 - Casos registrados de violência sexual contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

O mapa 5 traz a informação exclusivamente de estupros, evidenciando uma concentração dos casos principalmente nos bairros da Zona Oeste da cidade, sendo de forma mais destacada Bangu, Realengo, Campo Grande, Santa Cruz (que estão acima dos 500 casos). Esses registros mostram, novamente, os padrões da distribuição espacial dos casos de violência total na cidade. Destaca-se que, com exceção da favela da Rocinha, esses são os locais geograficamente mais afastados do centro da cidade do

Rio de Janeiro. Além disso, historicamente, eles concentram uma população que em geral possui um padrão econômico reduzido em comparação aos demais.



Mapa 6- Casos registrados de estupros contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: ISP (2017)

Em relação a raça/cor, novamente a categoria indígena aponta como um dos maiores destaques nos dados do DATASUS (Gráfico 13) e bem menos expressiva nos dados do ISP (Gráfico 14), no qual as mulheres pardas e pretas se destacam novamente. De qualquer maneira, mulheres não-brancas aparecem como principais vítimas em diversas expressões de violência, em consonância ao Artigo 9 da Convenção do Pará que reforça o peso da raça/cor como amplificador de vulnerabilidades.

Especificamente sobre mulheres negras, a vulnerabilidade é aumentada ao considerar a existência de estereótipos herdados de um histórico escravagista que objetifica e hipersexualiza a mulher negra, colocando-a como sempre disponível ou “mais forte”, que suportaria atos violentos. Diferenças étnicas promovem desproporções quando se trata de violência, usando do racismo como justificativa para estas desigualdades.

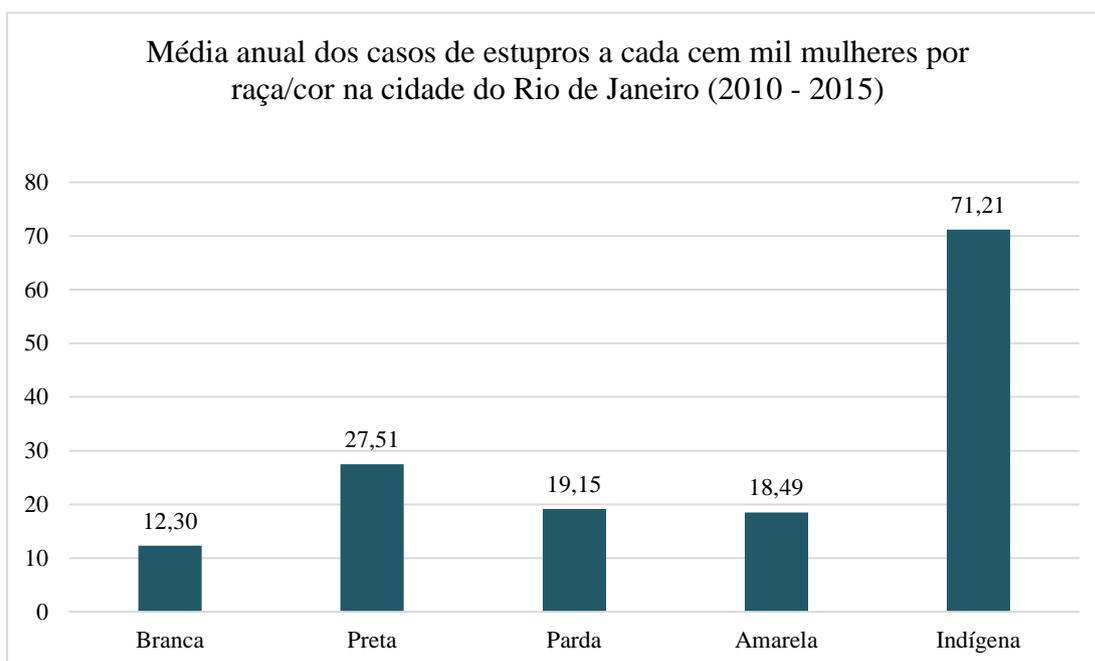


Gráfico 13 - Média anual dos casos de estupro a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

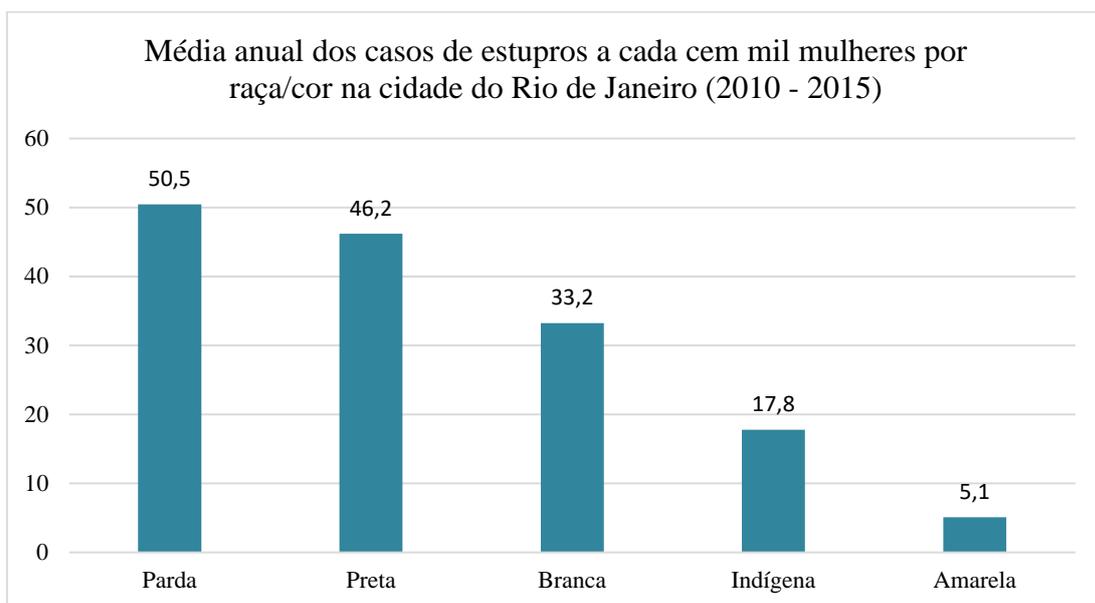


Gráfico 14 - Média anual dos casos de estupro a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e ISP (2017).

Em relação a faixa etária, a violência sexual infelizmente apresenta um padrão diferenciado. Grande parte dos casos está concentrada até a faixa dos 14 anos de idade, atingindo principalmente crianças e jovens (Gráfico 13), o que também se relaciona com o menor tempo de escolaridade trazido no gráfico seguinte (Gráfico 14). O abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado também um crime contra vulnerável,

uma vez que a vítima tem menos possibilidades de reação, de registro e está em situação de poder muito discrepante com seu agressor – que muitas vezes é seu próprio pai ou padrasto.

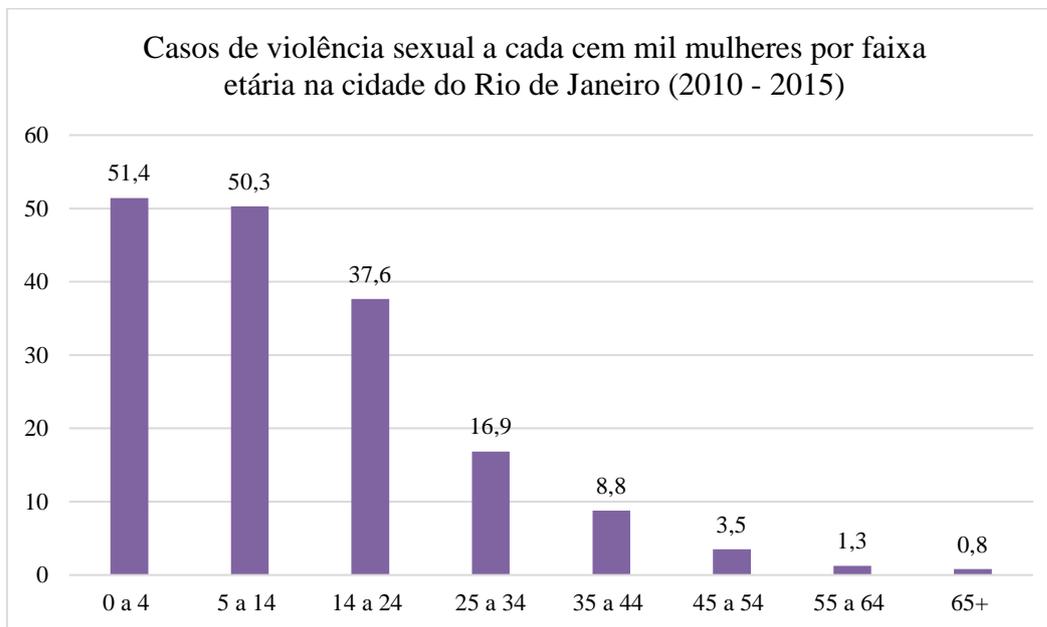


Gráfico 15 - Gráfico 18 - Casos de violência sexual a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

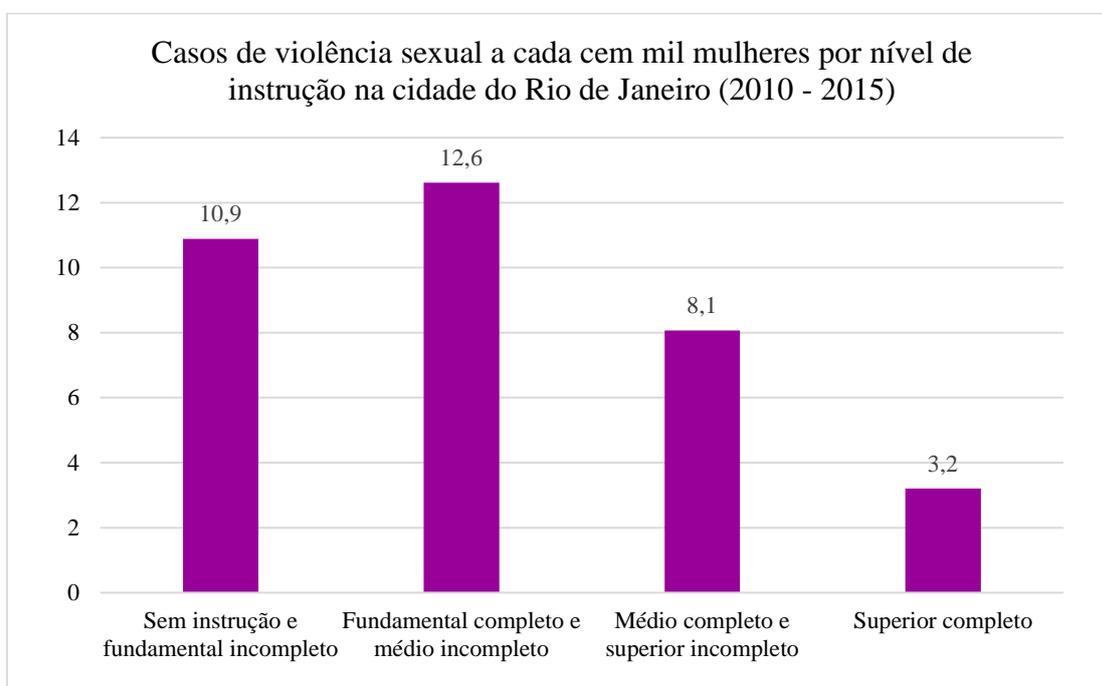
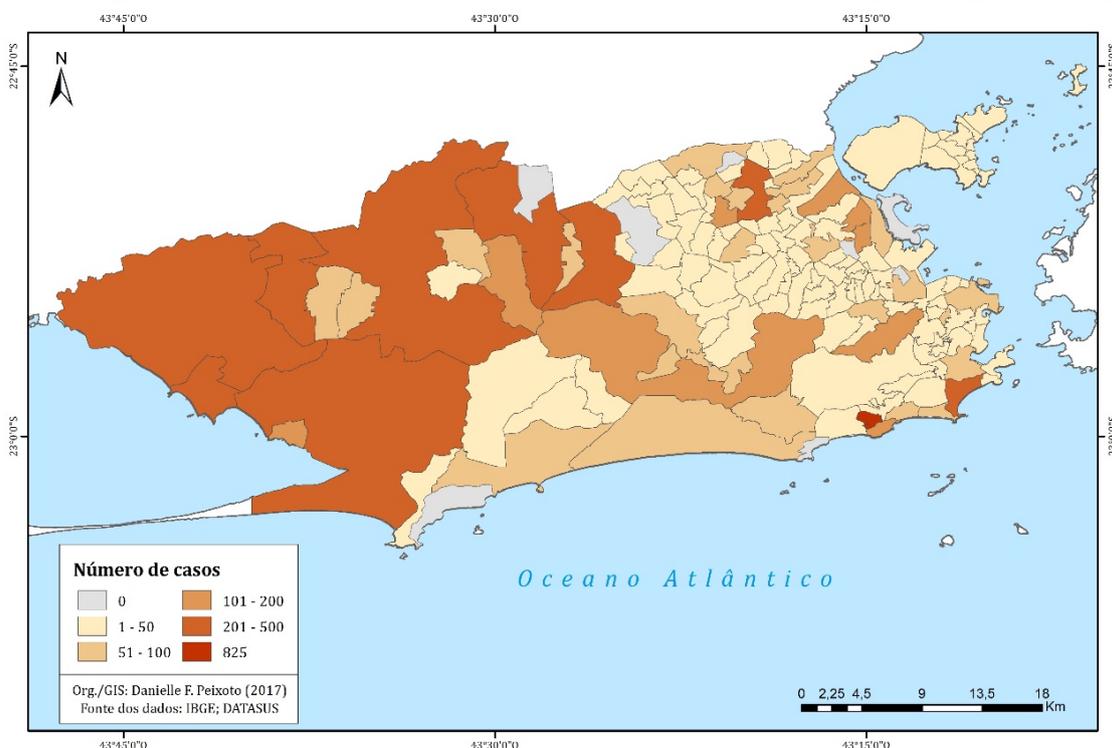


Gráfico 16 - Casos de violência sexual a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

4.1. A domesticidade da violência contra a mulher

Diferentemente da violência psicológica ou moral, a violência física é mais perceptível por muitas vezes deixar marcas visíveis não apenas nos corpos, mas nas vidas das mulheres. Infere-se que a visibilidade dos traumas e a necessidade de cuidados à saúde sejam os motivos desta forma de violência ser a mais notificada nas unidades de saúde. No período analisado, registraram-se 9.275 casos de violência física nas unidades de saúde e 128.413 casos de lesão corporal nas delegacias.

Casos registrados de violência física contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015)

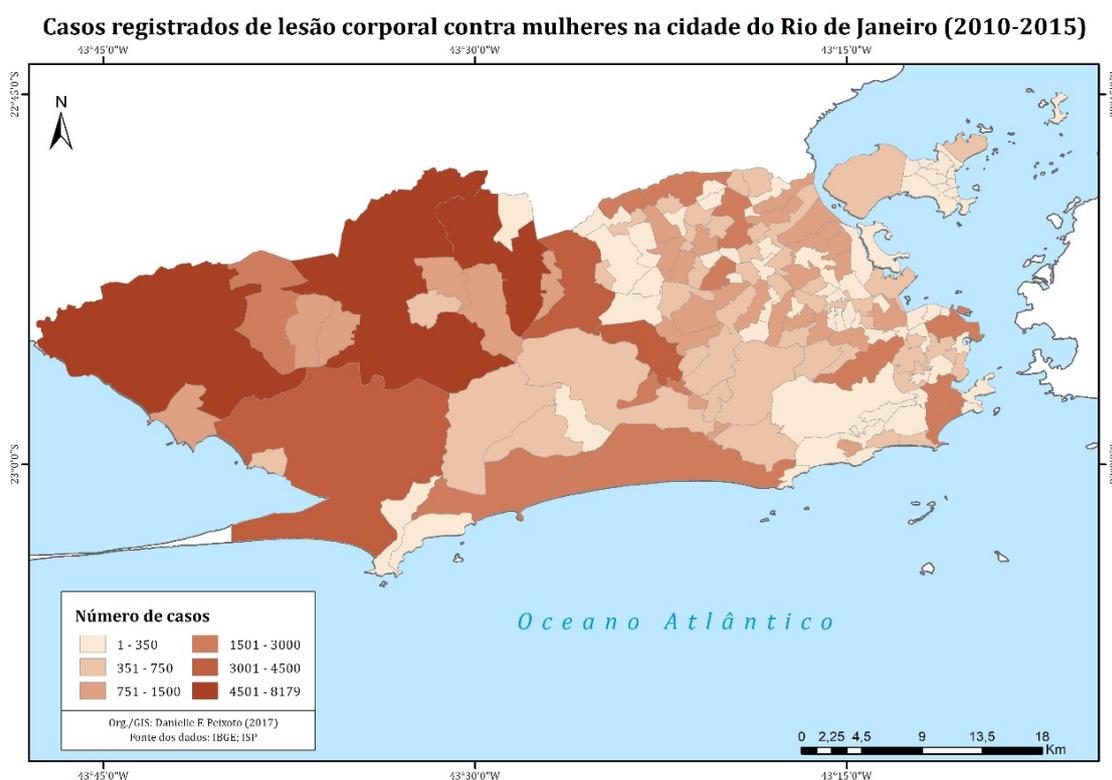


Mapa 7 - Mapa dos casos registrados de violência física contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Apresenta-se no Mapa 6 a distribuição dos casos de violência física registrados nas unidades de saúde. Os bairros de Bangu, Realengo, Campo Grande e Sepetiba, todos estes localizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro, visualmente persistem como padrão espacial de ocorrências, concentrados na classe de 201 a 500 registros. No entanto, no que diz respeito a quantidade de ocorrências, a favela da Rocinha se destaca,

apresentando o número mais expressivo de ocorrências de violência física registrados nas unidades de saúde, totalizando 825 casos no período de 2010 a 2015.

No entanto, ao se comparar com os casos de lesão corporal dolosa registrados nas delegacias (Mapa 7), a favela da Rocinha não se destaca tanto. Dentre as explicações para esta diferença, pode-se ressaltar o fato da favela ter sido um dos primeiros locais a receber a política de saúde da família, podendo ter construído relações de confiança e acolhimento mais consistentes que as delegacias.



Mapa 8 - Mapa da Violência física contra a mulher no município do Rio de Janeiro (2010-2015)
Fonte dos dados: ISP (2017)

Mas quem são essas mulheres que sofrem violência física? Quem são seus agressores? Onde essas violências acontecem? É possível delimitar um espaço em que estas mulheres estariam mais vulneráveis?

Ao analisar os dados para responder – ao menos parcialmente – estas questões, o perfil doméstico da violência física se destacou fortemente. Essa afirmação se fundamenta ao analisar as variáveis idade e relação da vítima com o agressor. No que diz respeito a idade, mais de 50 por cento dos casos absolutos (dados ISP) se concentram na faixa etária dos 25 a 44 anos (Gráfico 17).

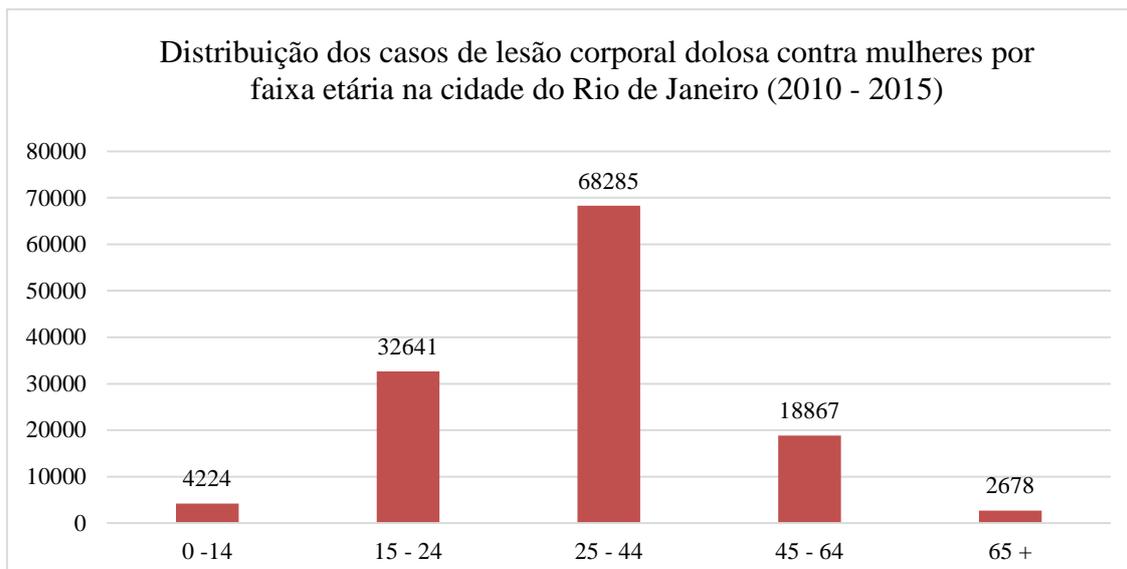


Gráfico 17 - Casos de lesão corporal dolosa contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015) Fonte dos dados: ISP (2017).

Ao analisar a média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por faixa etária (dados DATASUS), esta faixa etária também se destaca, juntamente com a faixa dos 15 aos 24 anos (Gráfico 17). Estas faixas etárias são as que normalmente meninas e mulheres começam a se envolver em relações afetiva-sexuais, o que leva a questionar quem são seus agressores.

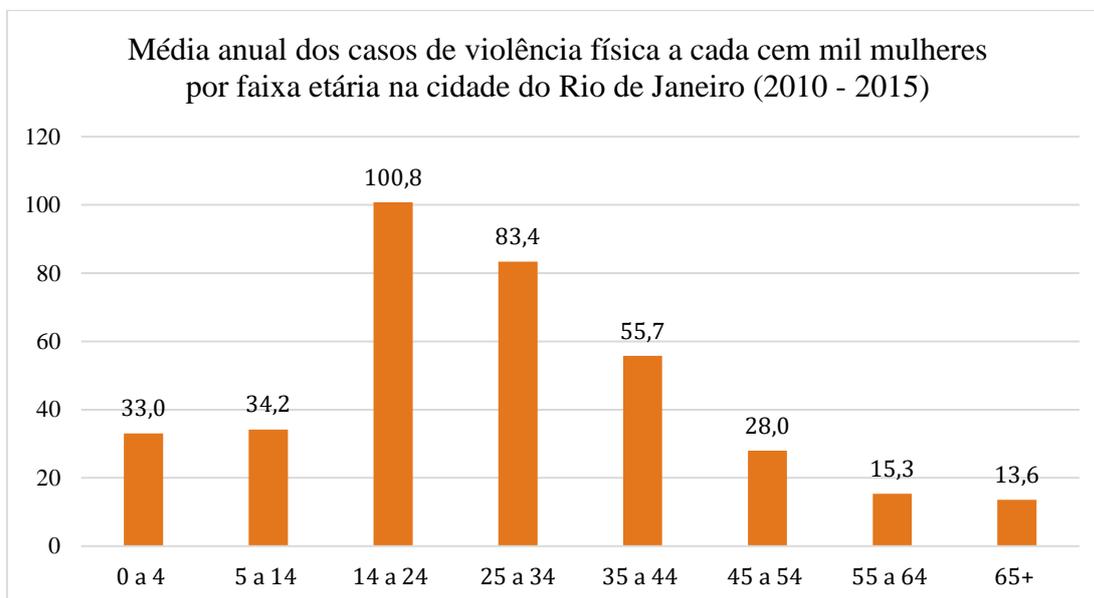


Gráfico 18 – Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Constata-se uma presença massiva de agressores que possuem ou possuíram uma relação de proximidade, principalmente conjugal, com a vítima. Somente a categoria

companheiro, que considera marido, noivo, namorado ou companheiro atual concentra cerca de 45% dos casos, seguido imediatamente pela categoria de ex-companheiro (Gráfico 19).

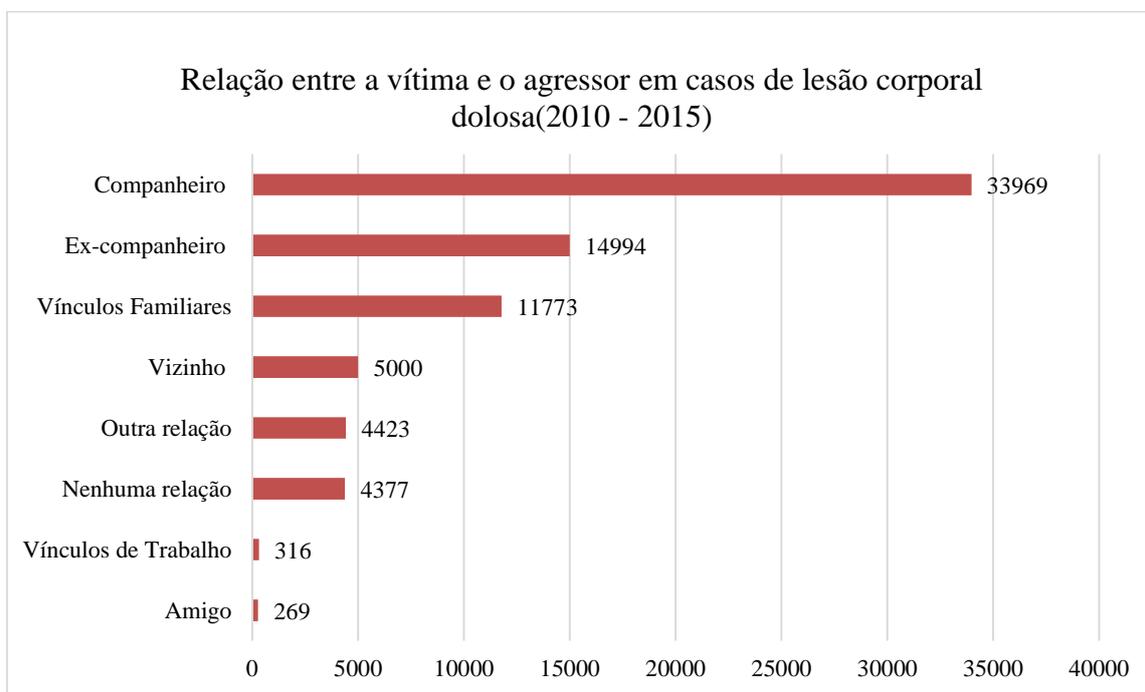


Gráfico 19 - Relação entre vítima e agressor em casos de lesão corporal dolosa contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015) Fonte dos dados: ISP (2017).

Fora este vínculo conjugal, é importante ressaltar que as demais relações que foram apontadas também em um universo próximo da vítima, como vínculos familiares, de amizade ou de trabalho. A categoria de “nenhuma relação”, que abarcaria justamente desconhecidas da vítima, corresponde a apenas 4377 casos, ou seja, somente um pouco mais de 5% do total. Estas estatísticas se mostram coerentes com o que é dito de maneira teórica: a violência contra a mulher é pessoal, é íntima, é privada.

Desta forma, é importante investigar os principais locais de ocorrência do crime de lesão corporal dolosa, verificando-se que praticamente 60 por cento dos casos acontecem nas residências, configurando a casa como um espaço de perigo para a mulher (Gráfico 20).

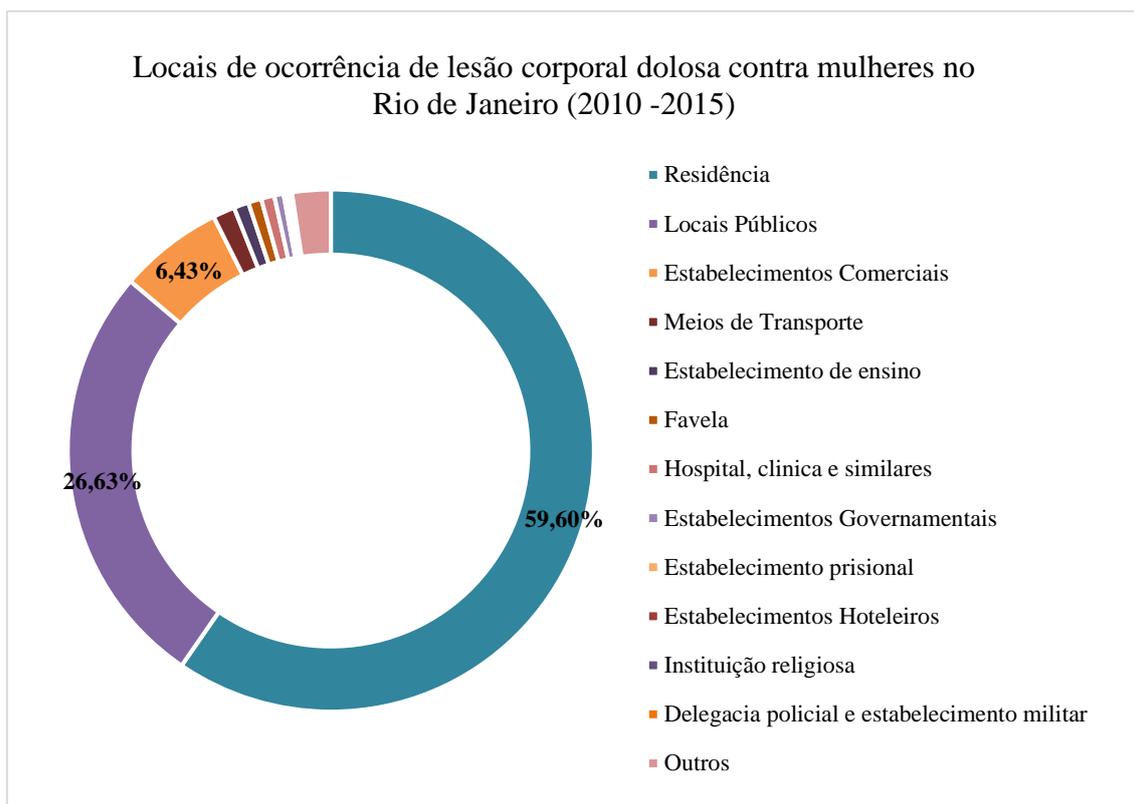


Gráfico 20 - Gráfico dos locais de ocorrência de lesão corporal dolosa contra mulheres no município do Rio de Janeiro (2010-2015) Fonte dos dados: ISP (2017).

A quantidade de notificações e denúncias de violência física também estão associadas à criação e ampla divulgação da Lei Maria da Penha em 2016. Esta lei irá agir sobre os casos de violência doméstica dos diferentes tipos, mas é marcada fortemente pela atuação nos casos de agressão física. Apesar de se compreender que nem sempre a lei é aplicada com sucesso, é necessário que se reforce como esta lei significou um avanço no meio jurídico brasileiro, modificando significativamente o tempo de resposta às denúncias e uma ação mais efetiva, alimentando esperanças como uma possibilidade real de resolução de problemas.

A lei delimita que não há a necessidade do acontecimento de um crime para a mulher necessitar de proteção, compreendendo assim a medida protetiva como um direito da mulher, não como uma punição ao agressor. Considerada como o primeiro instrumento legal que reconhece relações homoafetivas como um formato de família, também é revolucionária por no seu Artigo 5º utilizar a expressão “por razões de gênero” para falar sobre as motivações de violência. Outro ponto interessante a ser

ressaltado é a que a aplicação da Lei Maria da Penha não exige uma precisão temporal, com a denúncia podendo ser feita meses e até anos depois da agressão.

Além disso, não restringe a violência doméstica ao vínculo familiar, considerando qualquer “relação íntima de afeto” como passível para a aplicação da lei e também não limita a violência doméstica a unidade da residência, considerando outras possibilidades de espaços de convivência, o que possibilita o emprego da lei para moradores em situação de rua, por exemplo. Mesmo assim, a importância da residência como local de maior vulnerabilidade feminina ainda é muito grande. Dessa forma, se ressalta a importância da Lei Maria da Penha como um mecanismo para agir efetivamente nesses ambientes domésticos, afirmando como o pessoal também deve ser político.

Em relação ao perfil sociodemográfico da mulher que sofre violência física, repete-se o padrão de mulheres com baixas escolaridades serem as principais vítimas, com a sua grande maioria alcançando o nível de instrução do fundamental completo ao ensino médio incompleto, correspondendo a média anual de 32,9 mulheres a cada cem mil (Gráfico 21).

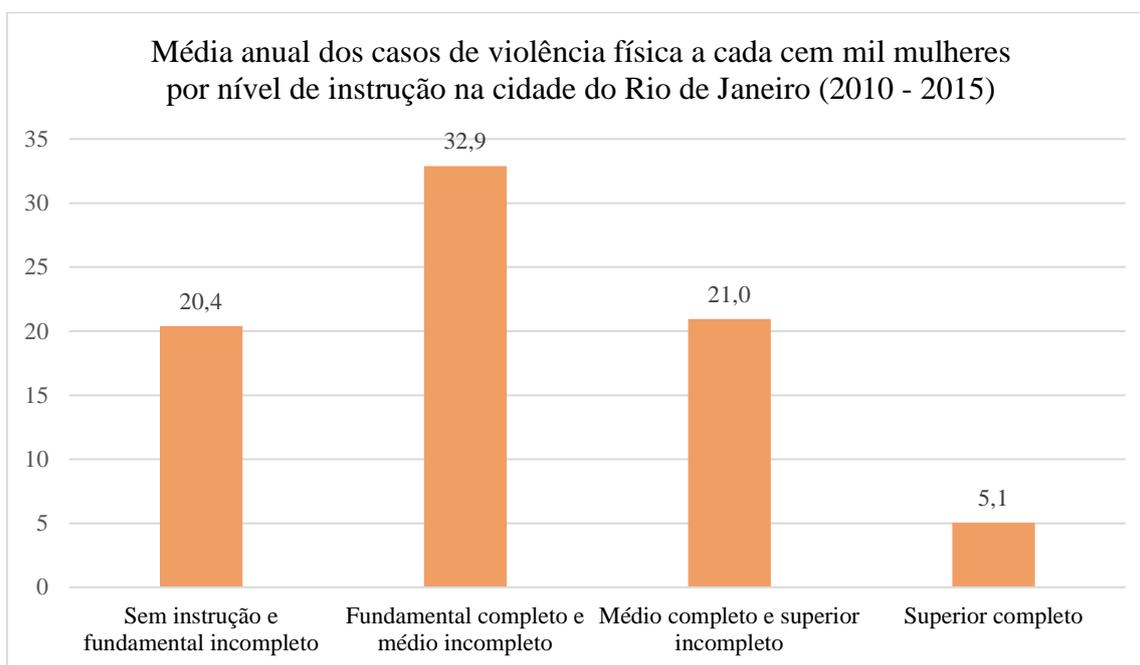


Gráfico 21 - Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

Em relação à cor, o maior número de casos registrados em delegacias corresponde às mulheres brancas, seguidamente de pardas e negras (Gráfico 22). Os dados da saúde mostram um padrão completamente diferente, com as mulheres indígenas aparecendo novamente (Gráfico 23).

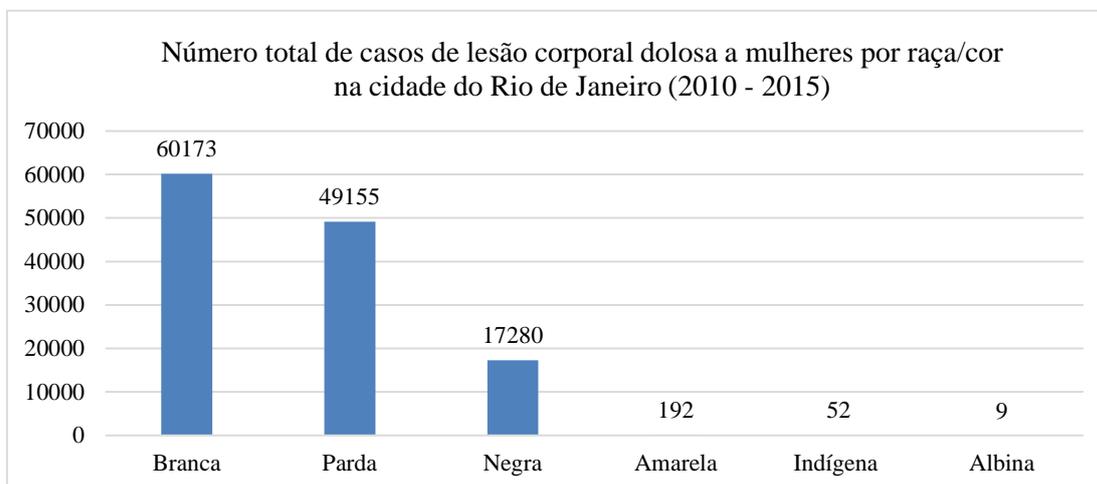


Gráfico 22 - Número total de casos de lesão corporal dolosa a mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015). Fonte dos dados: ISP (2017).

Nesta tipologia de violência, as mulheres indígenas atingiram uma média anual de mais de 100 casos a cada cem mil mulheres, como mostrado no gráfico 23. Este dado tão alarmante provoca uma grande preocupação: a possibilidade de uma subnotificação deste tipo de acontecimento pelas delegacias, gerando uma falta de visibilidade deste grupo de mulheres, ou um erro nas notificações, que promove esta discrepância tão grande em relação a outra fonte de dados.

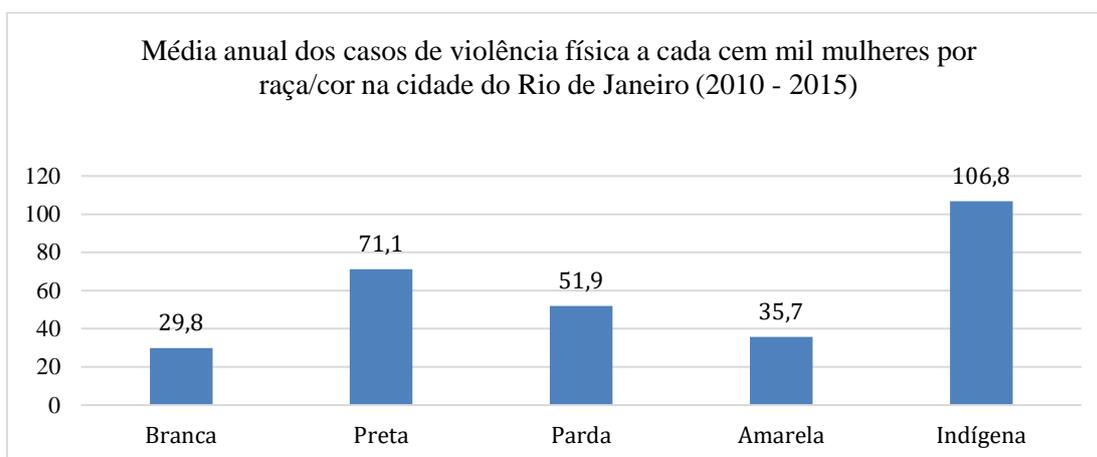
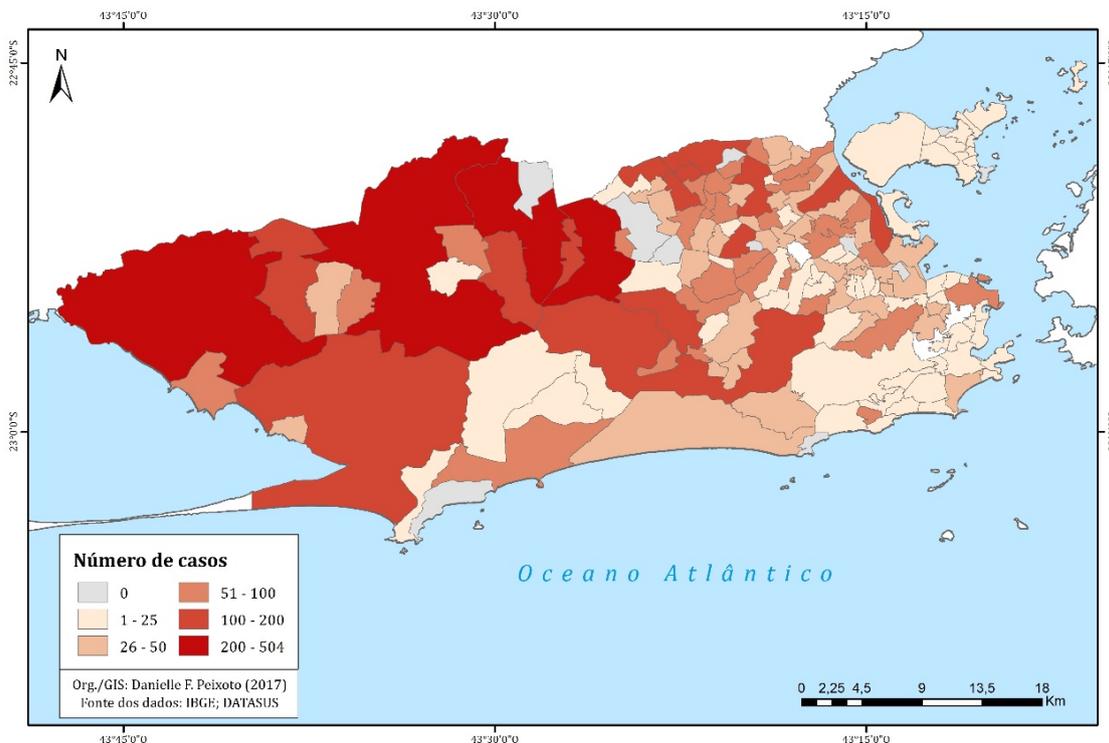


Gráfico 23 - Média anual dos casos de violência física a cada cem mil mulheres por raça ou cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

A face mais dura da violência contra a mulher se manifesta através dos homicídios. A alta domesticidade destes óbitos é evidenciada ao se considerar que 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares (Mapa da Violência, 2015).

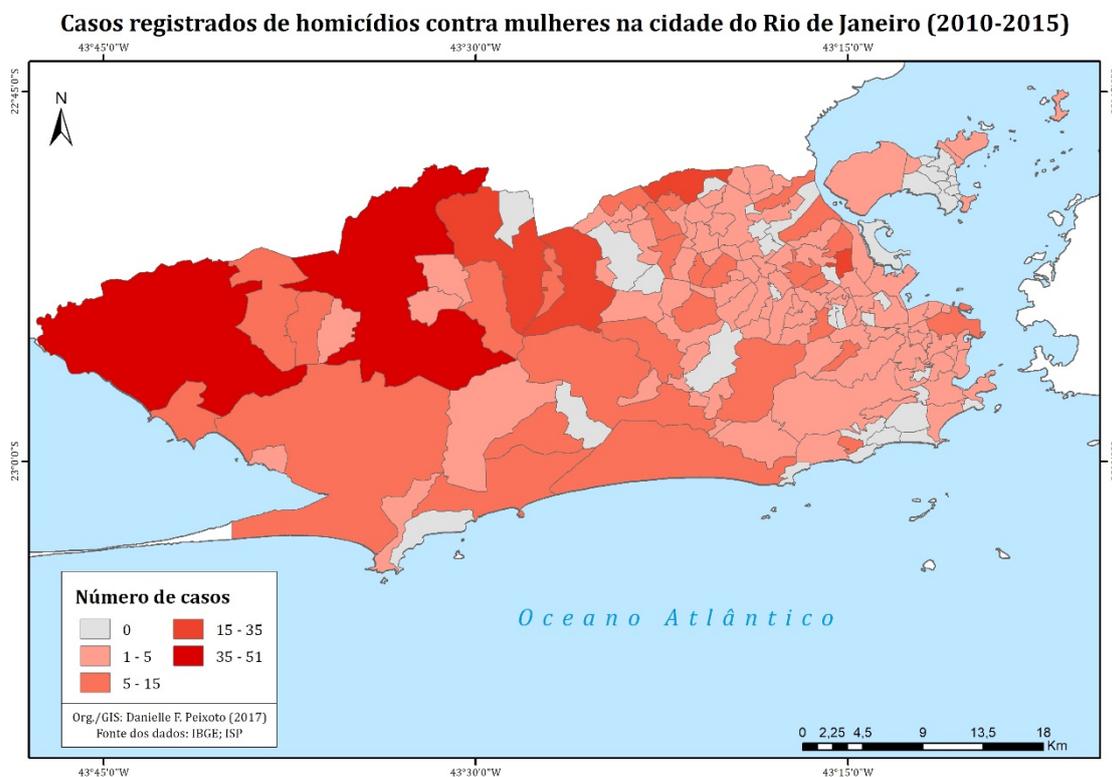
Apesar de não ser possível afirmar que as mortes femininas ocorram por razões de gênero (feminicídio) através dos dados do DATASUS, estes permitem analisar um panorama geral para a violência fatal de mulheres (Mapa 8). Como pode ser observado no mapa, os casos de homicídios de mulheres concentraram-se em bairros já destacados anteriormente, sendo estes: Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Realengo, mostrando um padrão espacial contínuo da violência na Zona Oeste da cidade. É válido salientar que esta localidade historicamente reúne populações com situações socioeconômicas desfavoráveis, com altos índices de pobreza e baixa escolaridade. O quantitativo de homicídios reflete, mais uma vez, a situação vulnerável que as mulheres ali residentes se encontram, visto a constante presença de casos de violência nestas localidades.

Casos registrados de homicídios de mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015)



Mapa 9- Casos registrados de homicídios contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

O mapa 9 corresponde aos casos registrados nas delegacias, e pela primeira vez possui um total absoluto dos casos registrados nas unidades de saúde. Ainda assim, os bairros que se destacam fortemente estão na Zona Oeste, em especial os bairros de Campo Grande e Santa Cruz.



Mapa 10 - Casos registrados de homicídios de mulheres na cidade do Rio de Janeiro (2010-2015).
Fonte dos dados: ISP (2017)

Em relação a faixa etária das mulheres que são assassinadas, destacam-se as maiores ocorrências entre os 14 e 44 anos, sendo a faixa com maior destaque a dos 25 aos 34 anos. Devido ao quadro evolutivo das idades desde as violências psicológicas e físicas, infere-se que parte destas mortes podem ter sido resultantes do ciclo de violência doméstica, sendo o último degrau da escalada da violência.

Em relação ao nível de instrução, há uma diferença significativa para as outras formas de violência mapeadas, pois as menores escolaridades apresentam uma disparidade bem grande das demais, concentrando a maioria dos casos. Esse fato nos leva a refletir que mesmo que todas as mulheres sofram violências, ainda são as menos escolarizadas e moradoras de periferias as que mais morrem (Gráfico 25).

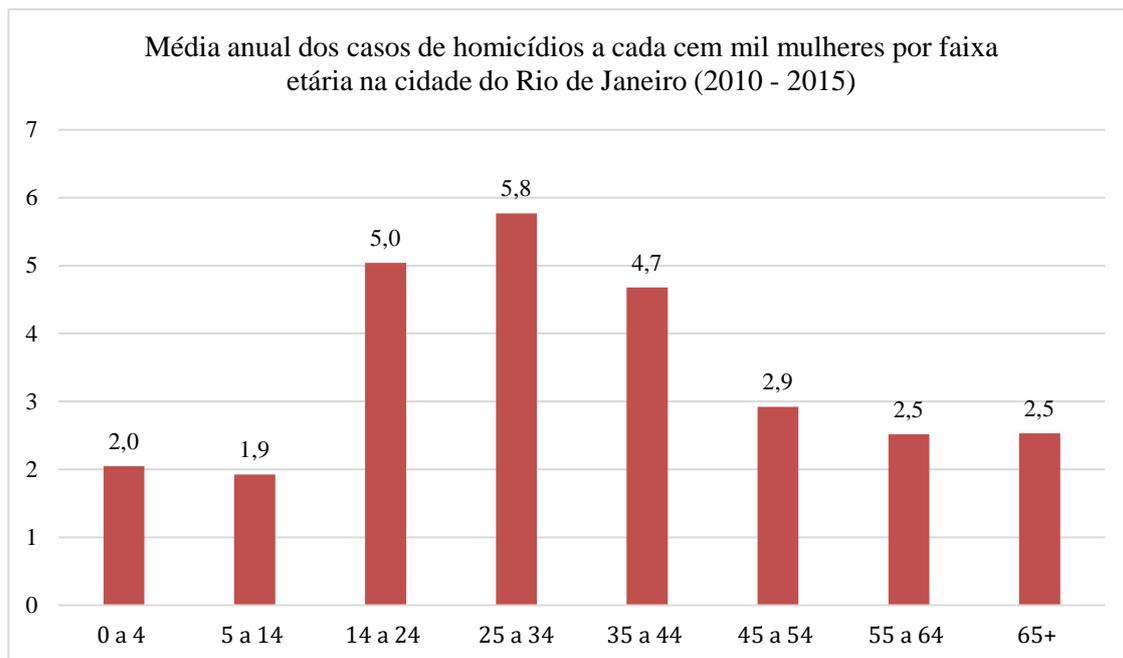


Gráfico 24 - Casos de homicídios a cada cem mil mulheres por faixa etária na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017).

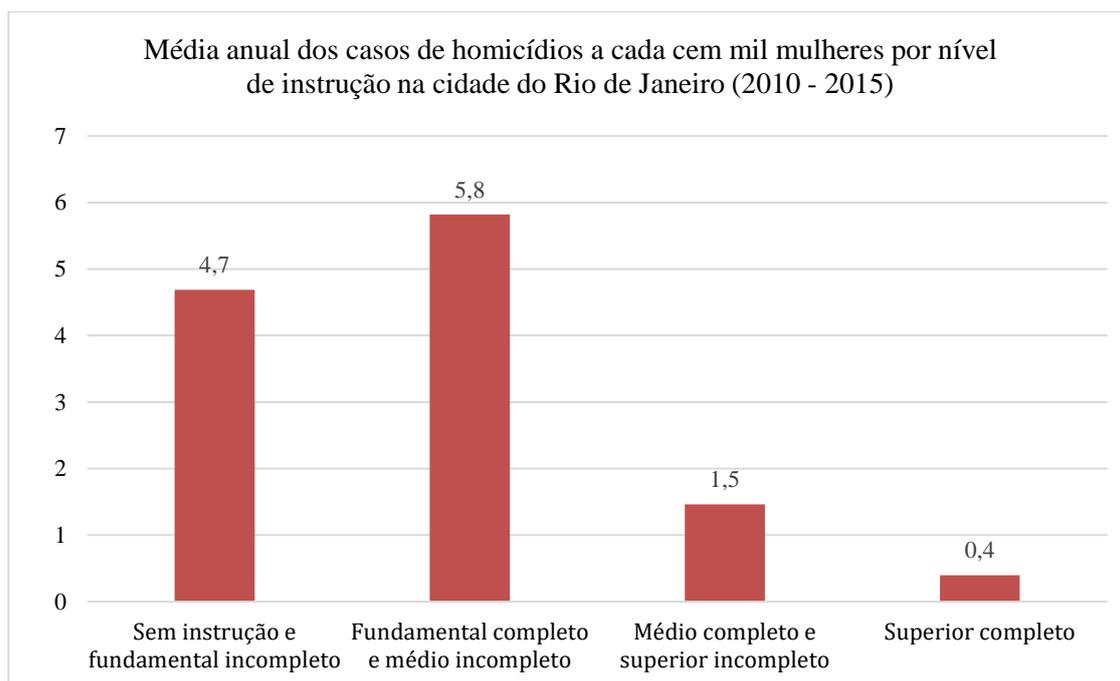


Gráfico 25 - Casos de homicídios a cada cem mil mulheres por nível de instrução na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

Ao analisar a variável de raça ou cor, apesar de novamente a categoria indígena se destacar, as mulheres pardas são as que mais morrem, correspondendo a uma média

anual de 5 mulheres a cada cem mil. Reitera-se a questão da raça como um fator de amplificação da vulnerabilidade, uma vez que são sempre as mulheres não-brancas os principais alvos de violência (Gráfico 26).

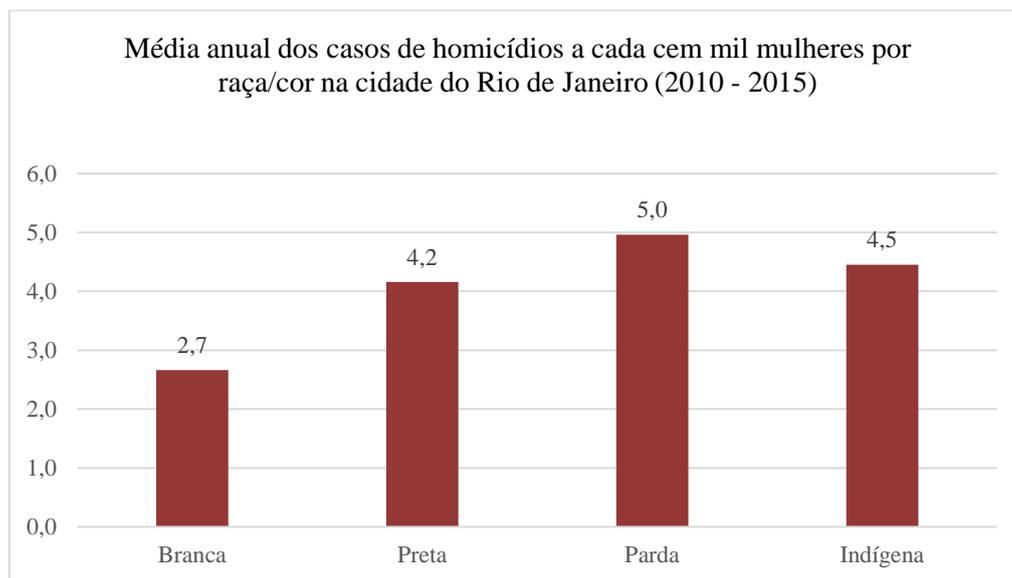


Gráfico 26 - Média anual dos casos de homicídios a cada cem mil mulheres por raça/cor na cidade do Rio de Janeiro (2010 - 2015). Fonte dos dados: Censo Demográfico 2010 e DATASUS (2017)

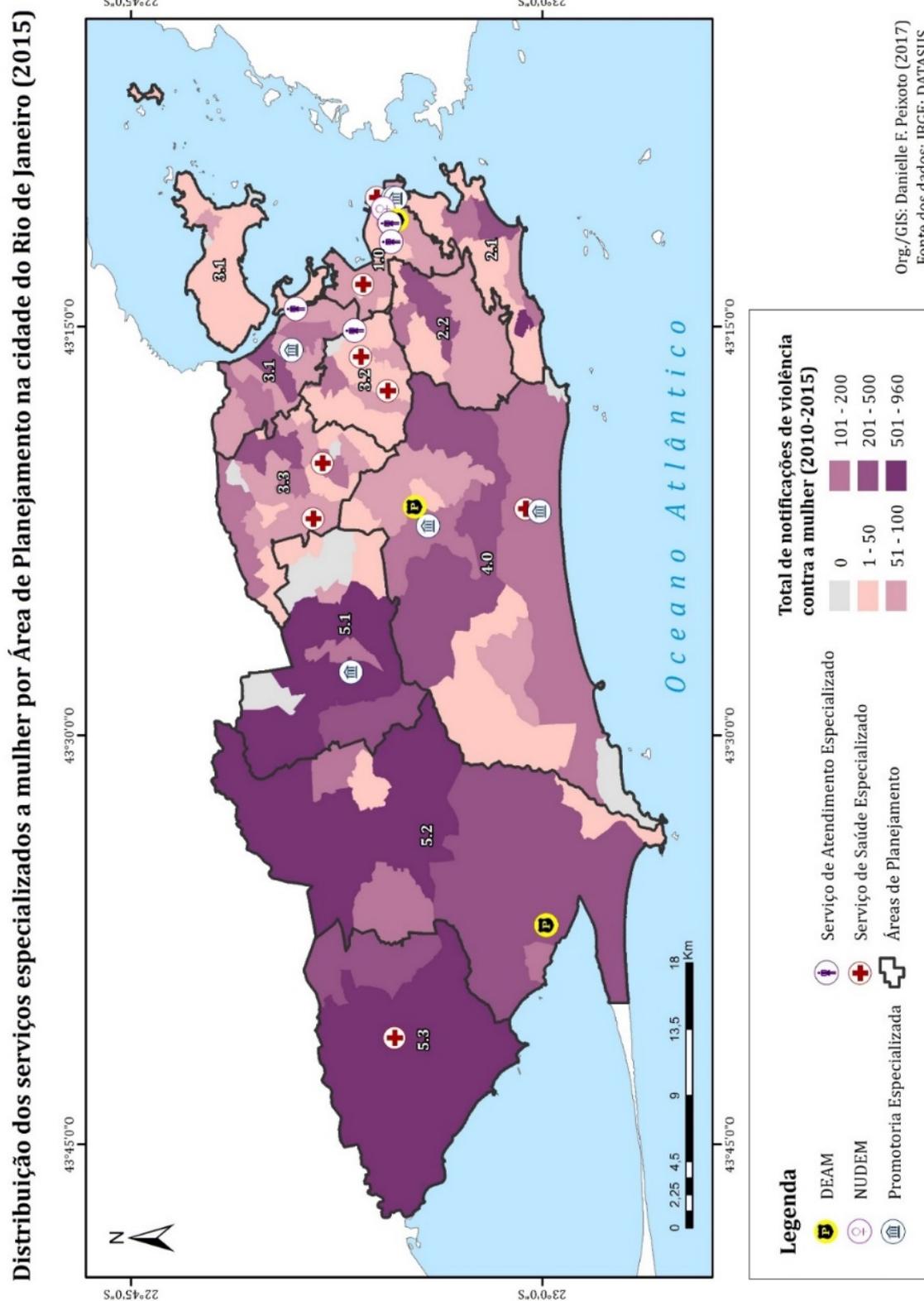
Os dados apresentados evidenciaram um padrão da violência contra a mulher concentrada na zona oeste do Rio de Janeiro, que também abriga aos bairros mais populosos da cidade. Diante deste quadro, considerou-se como necessário mapear os instrumentos e serviços especializados a mulher em toda a cidade, como os hospitais especializados, delegacias especializadas, juizados especializados, serviços de abrigo e núcleos especializados, compondo uma rede formal de proteção e suporte à mulher (Mapa 10).

No que diz respeito aos serviços de atendimento especializado, núcleo especializado e serviços de saúde especializados, verificou-se que parte destes serviços está concentrada nas áreas centrais da cidade. No entanto, esta teórica centralidade deste tipo de serviço não necessariamente indica um acesso a um maior número de pessoas, visto que a maioria dos casos acontece na zona oeste e esta localidade é a mais distante geograficamente do centro.

Apesar do maior número de juizados e delegacias estarem na zona oeste, a distribuição dos serviços não se dá de maneira igualitária, com os bairros com as maiores

demandas com poucos ou nenhum serviço. O bairro de Campo Grande, por exemplo, que é o local com o maior número de ocorrências de violência, teve um sucateamento recente, com a transferência da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) transferida para o bairro de Guaratiba, em uma localidade distante e ruim de acesso para a maioria dos bairros do entorno. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também possuía uma unidade no bairro, mas agora todos os casos são redirecionados para o bairro de Bangu.

Desta maneira, evidencia-se como as políticas públicas e seus instrumentos são mal distribuídos em relação às demandas existentes, não estando presentes nos locais que tem a maioria dos casos.



Mapa 11 - Distribuição dos serviços especializados a mulher por Área de Planejamento na cidade do Rio de Janeiro (2015). Fonte dos dados: DATASUS (2017)

Tipo de Serviço	Nome	Bairro
Serviços de Saúde Especializado	SOS Mulher - Centro de Atenção Integral à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual	Santa Cruz
	Hospital Maternidade Alexander Fleming	Marechal Hermes
	Bem Estar Familiar no Brasil Clínica e Programa (BEMFAM)	Cachambi
	Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth	Centro
	Maternidade Leila Diniz	Barra
	Hospital Maternidade Fernando Magalhães	São Cristóvão
	Hospital Maternidade Carmela Dutra	Lins de Vasconcelos
	Hospital Maternidade Herculano Pinheiro	Madureira
Juizados Especializados	I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Centro
	III Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Taquara
	IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Bangu
	V Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Centro
	VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Olaria
	VII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Barra da Tijuca
Núcleos Especializados	Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)	Centro
Delegacias Especializadas	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	Centro
	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	Jacarepaguá (Tanque)
	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	Guaratiba
Serviço de Atendimento Especializado	Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) Márcia Lyra	Centro
	Casa da Mulher de Manguinhos	Benfica
	Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM-CR) Carminha Rosa	Maré
	Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) Chiquinha Gonzaga	Centro

Quadro 6 - Serviços especializados a mulher na cidade do Rio de Janeiro (2015).

5. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM RIO DAS PEDRAS: UMA FAVELA EM QUESTÃO

A segregação espacial do Rio de Janeiro é um fator marcante, ilustrado fortemente pelas favelas. O estudo de Becker e Costa (2016) sobre as Áreas Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), nos ajuda a compreender a diferenciação sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro a partir de fatores que tornariam alguns espaços mais ou menos vulneráveis.

Ao realizar um mapeamento de fatores que caracterizariam as dinâmicas populacionais e as desigualdades sócio econômicas e espaciais existentes nas células metropolitanas (utilizando variáveis censitárias que integram as dimensões “status socioeconômico”, “status familiar”, “segregação” e “Migração”), identifica a existência de grupos sociais com características opostas: de um lado o “grupo social pobre” com baixos níveis de renda e instrução, ocupados no setor terciário, com presença significativa de população negra e convivendo com déficit habitacional; e de outro, um grupo social abastado, caracterizado por renda familiar elevada e níveis de instrução e de ocupação superiores (BECKER e COSTA, 2016).

Os autores ressaltam a concentração espacial do primeiro grupo em áreas mais periféricas da cidade, abrangendo sobretudo partes da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro, enquanto o segundo grupo mais abastado se encontraria ao longo das áreas com mais amenidades, representadas principalmente por aquelas localizadas a faixa litorânea de praias.

O Censo Demográfico 2010 mostrou que grande parte da população do município do Rio de Janeiro reside em favelas: dos 6.320,446 milhões de habitantes, 1.443,773 milhões de pessoas moram em favelas, o que corresponde 23% do total da população do município (OLIVEIRA, 2015).

A favela, enquanto um espaço segregado e estigmatizado, é usualmente definida como o *locus* de problemas sociais, abrangendo condições de vida precárias, carência de saneamento básico, concentração de população de baixo poder aquisitivo e ausência de poder do Estado. Desta maneira, sua representação e imagem simbólica teriam como eixo paradigmático a ausência, com a favela sendo demarcada pelo que ela não seria ou pelo que ela não teria (SILVA et al, 2009). Valladares (2000) afirma que de certa maneira, esta

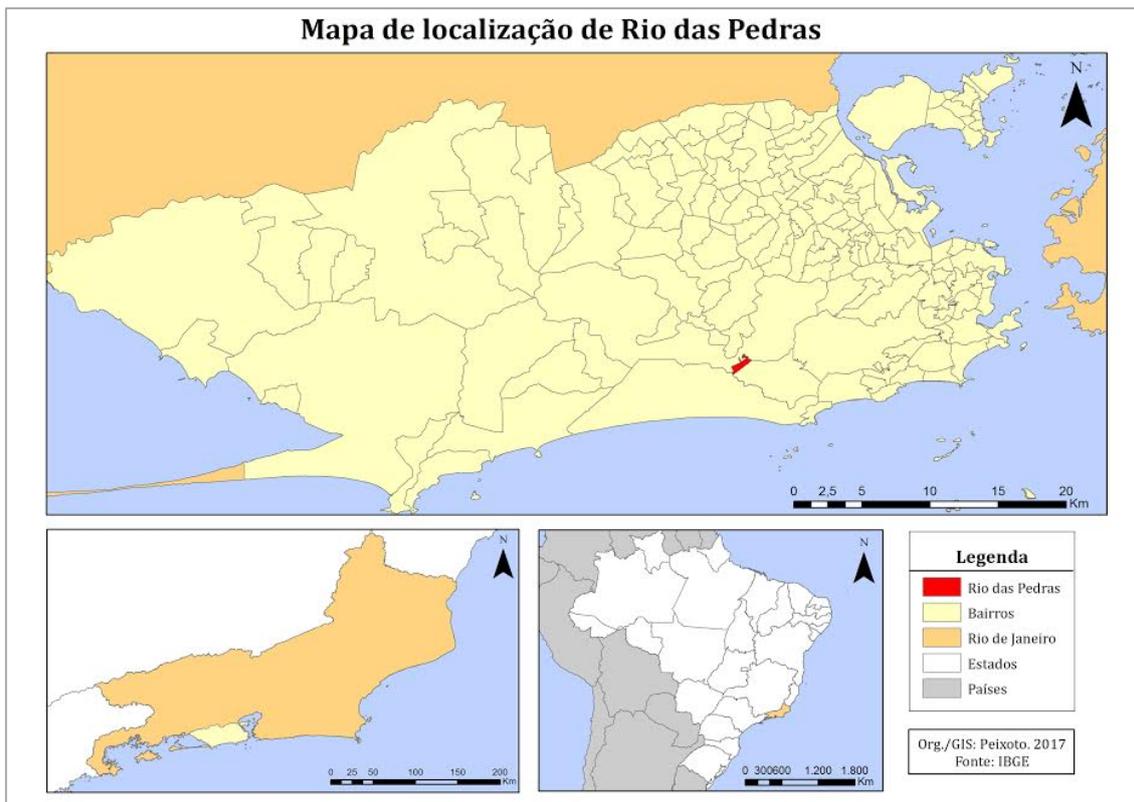
forma de representar a favela contribuiu para a maior promoção de políticas e programas sociais para estas áreas.

Tais concepções estão de acordo com os critérios utilizados pelo IBGE para definir as favelas, chamadas pelo órgão oficial como “aglomerados subnormais”¹¹. Estes locais seriam espaços informais de ocupação e de fraca atuação do Estado como provedor de infraestrutura. No entanto, além desta terminologia carregar um simbolismo semântico negativo, esta definição se mostra insuficiente, justamente por não considerar a heterogeneidade intra e inter favelas (GONDIM, 2009), principalmente ao analisar a diversidade das favelas cariocas, onde se verifica a existência de combinações variadas, envolvendo práticas e agentes distintos (LEITÃO, 2009).

Sendo assim, entende-se que ao falar de favela estamos falando de um lugar repleto de heterogeneidades, tendo diferenças em relação a outras favelas como também uma diversidade interna, não se reduzindo a um aglomerado habitacional composto de ausências. Nesta pesquisa, se utilizou a favela de Rio das Pedras como estudo de caso, lugar que possui particularidades e uma identidade territorial que auxilia na estruturação de um sistema sociocultural interno (BURGOS, 2004).

Localizada na Área de Planejamento IV da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Oeste, Rio das Pedras é considerada a segunda maior favela da cidade e a terceira maior do Brasil, no que diz respeito tanto a quantidade de habitantes e a contiguidade espacial (não considerando a formação de complexos de favelas). Segundo o Censo Demográfico de 2010, possui 54.793 habitantes, mas a associação de moradores estima que atualmente tenha atingido mais que o triplo deste valor.

¹¹ O IBGE define como um aglomerado subnormal um “conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2003)



Mapa 12 - Mapa de Localização da favela de Rio das Pedras (RJ/Brasil). Fonte dos dados: IBGE.

A ocupação desta localidade começou na década de 1960, protagonizada pela migração nordestina, impulsionada principalmente pela construção e urbanização dos bairros de classe média/alta da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá. Esta migração foi intensificada na década de 1980 quando a explosão demográfica destes bairros dos arredores ofereceu outras ofertas de emprego, aquecendo o próprio comércio interno da favela e seu mercado imobiliário.

A importância da migração nordestina para a constituição da favela de Rio das Pedras foi estudada em algumas pesquisas, dentre elas a tese de doutorado de Oliveira (2015). Neste estudo, a autora destaca a magnitude desta migração e como ela foi relacionada com o setor de construção civil, reavivado pelos grandes eventos iniciados na década de 2000, trazendo “levas de nordestinos” ao território de Rio das Pedras para as obras de grandes eventos esportivos, como o Pan Americano (2006), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Entretanto, destaca que a especulação imobiliária e a valorização do espaço urbano da favela – gerando alto custo de moradia – dificultam cada vez mais a permanência do migrante, com consequente migração de retorno.

Para a análise da violência de gênero, levantaram-se estatísticas específicas para Rio das Pedras a partir dos dados do ISP. Contido no espectro da violência psicológica, o crime de ameaça faz parte da etapa de acumulação de tensão descrita no ciclo de violência doméstica. No caso de Rio das Pedras, nota-se um perfil de mulheres da faixa etária de 25 a 44 anos, seguidas em sequência pela faixa etária de 14 a 24 anos (Gráfico 27). Estas ocorrências em mulheres jovens e adultas permitem levantar a hipótese deste tipo de violência acontecer no âmbito dos relacionamentos íntimos ou domésticos.

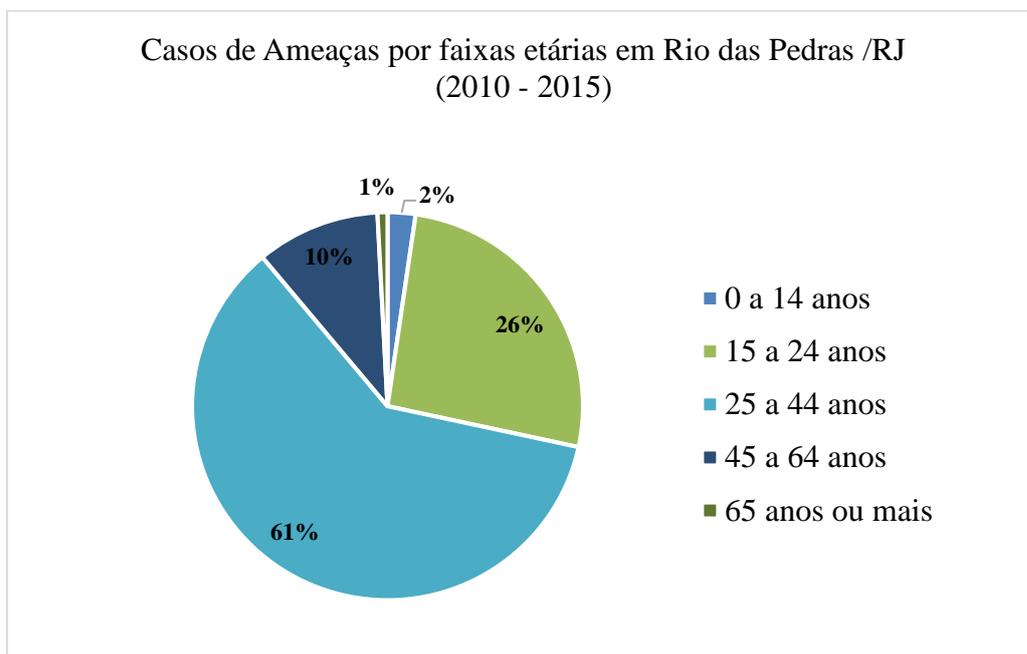


Gráfico 27 - Casos de Ameaças por faixas etárias em Rio das Pedras /RJ (2010 - 2015). Fonte: ISP (2017).

As agressões físicas às mulheres são enquadradas no crime de “Lesão corporal dolosa”, abrangendo violências físicas de diferentes graus, que geralmente deixam marcas no corpo da mulher, estando normalmente relacionado a etapa de explosão da tensão do ciclo de violência doméstica. Isto a torna uma violência de mais fácil identificação do que de outras formas de violência mais silenciosas, como a psicológica ou moral, correspondendo ao maior número absoluto de ocorrências (1396 casos no período analisado).

Ao analisar a distribuição deste crime por faixas etárias, percebe-se uma maior ocorrência na faixa de 25 a 44 anos, sendo acompanhada em seguida pela faixa de 15 aos

24 anos (Gráfico 28), continuando a tendência percebida pelo crime de ameaça. A hipótese levantada da domesticidade da violência é endossada ao comparar, na faixa etária de 25 a 44 anos, a relação da vítima com o agressor: constata-se uma presença massiva de agressores que possuem ou possuíram uma relação de proximidade com a vítima (Gráfico 29).

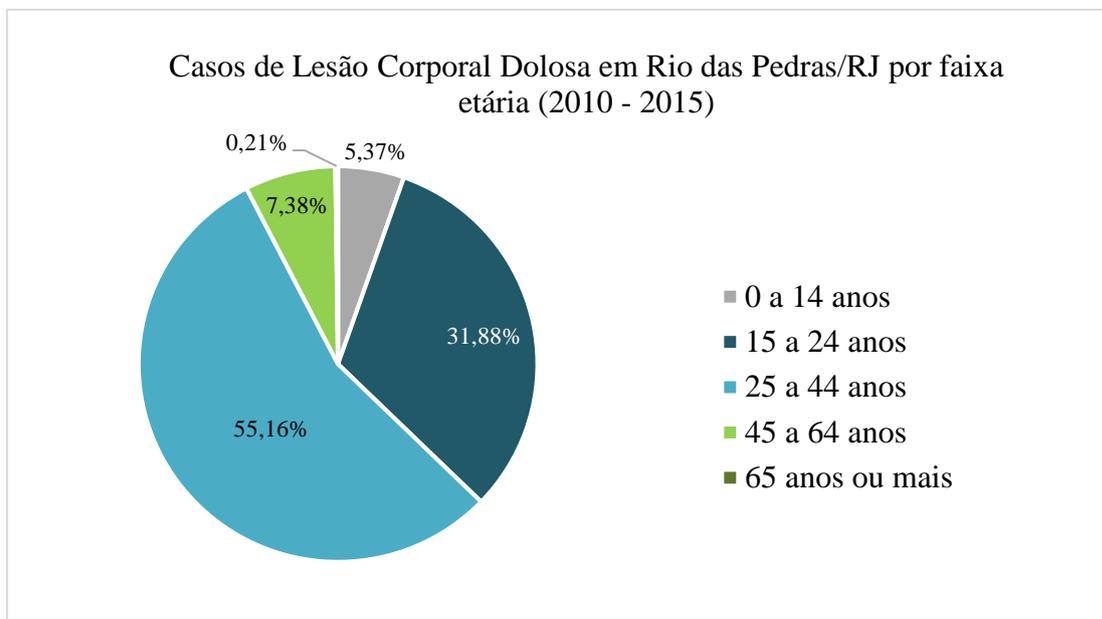


Gráfico 28 - Casos de Lesão Corporal Dolosa em Rio das Pedras/RJ por faixa etária (2010 - 2015).
Fonte: ISP (2017)

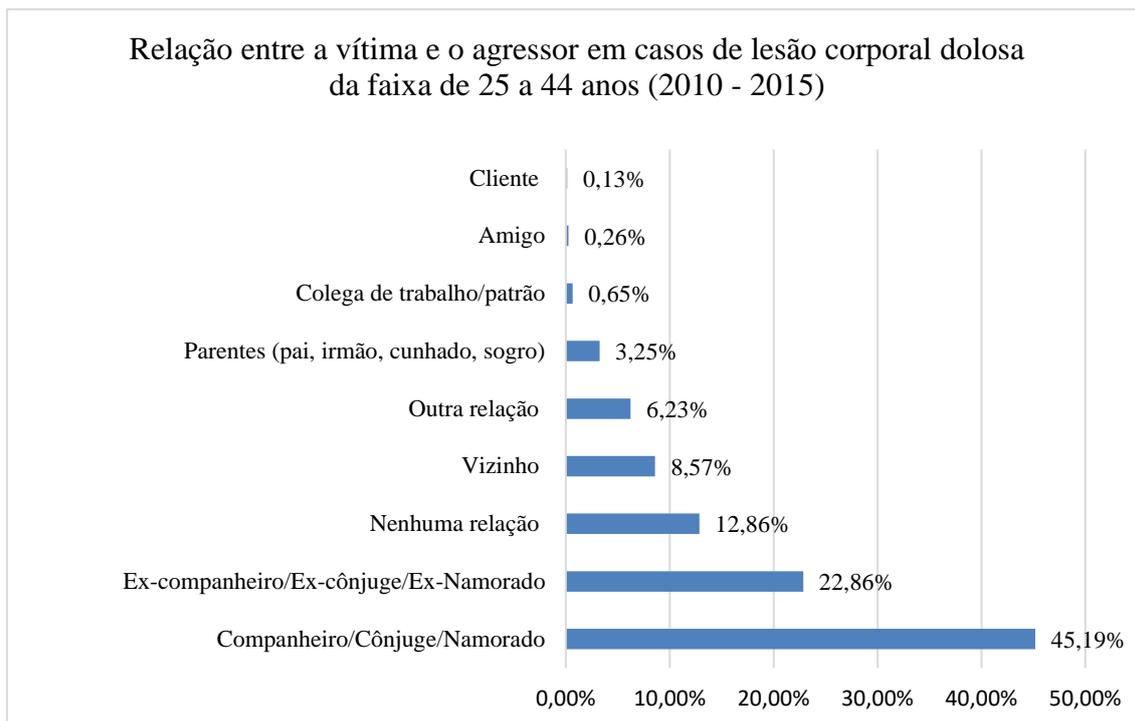


Gráfico 29 - Relação entre a vítima e o agressor em casos de lesão corporal dolosa da faixa de 25 a 44 anos (2010 - 2015). Fonte: ISP (2017).

O aumento progressivo de situações de abuso e tensão tende a levar as mulheres a morte. No período analisado, foram registrados 8 casos de homicídios dolosos e todos estes na faixa etária de 25 a 44 anos, repetindo a faixa etária mais atingida dos crimes de ameaça e lesão corporal dolosa. Este padrão progressivo das idades em relação ao tipo de crime condiz com o encontrado para a cidade do Rio de Janeiro, reforçando a ideia de que o assassinato das mulheres são evolução de um quadro de violência doméstica e, conseqüentemente, feminicídios.

No entanto, a violência sexual apresenta um padrão de idade diferenciado dos outros crimes apresentados, com a grande maioria (68,3%) dos casos concentra-se na faixa etária de 0 a 14 anos, que corresponde a crianças e adolescentes (Gráfico 30).

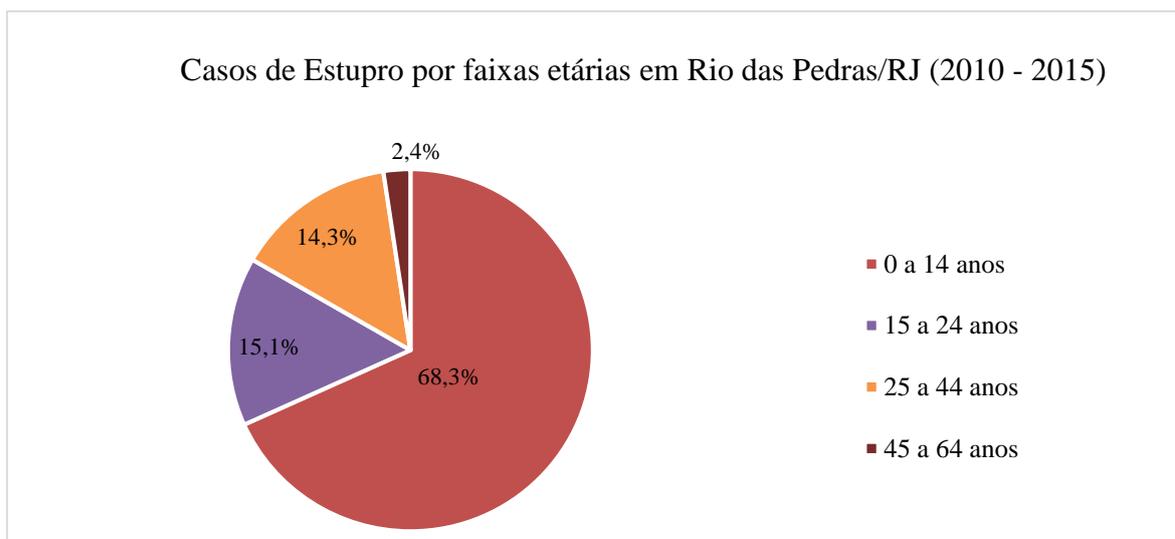


Gráfico 30 - Casos de Estupro por faixas etárias em Rio das Pedras/RJ (2011 - 2015).

Esta informação se mostra ainda mais preocupante ao confrontar a ocorrência de estupros desta faixa etária com a relação da vítima com o agressor, em que apenas 30 por cento dos casos são desconhecidos (Gráfico 31). Todos os demais possuem alguma relação de parentesco ou proximidade, tendo como grande agressor o pai ou padrasto. Isto demonstra que, mesmo em casos de violência sexual, a casa corresponde a um espaço de medo para a mulher ou criança.

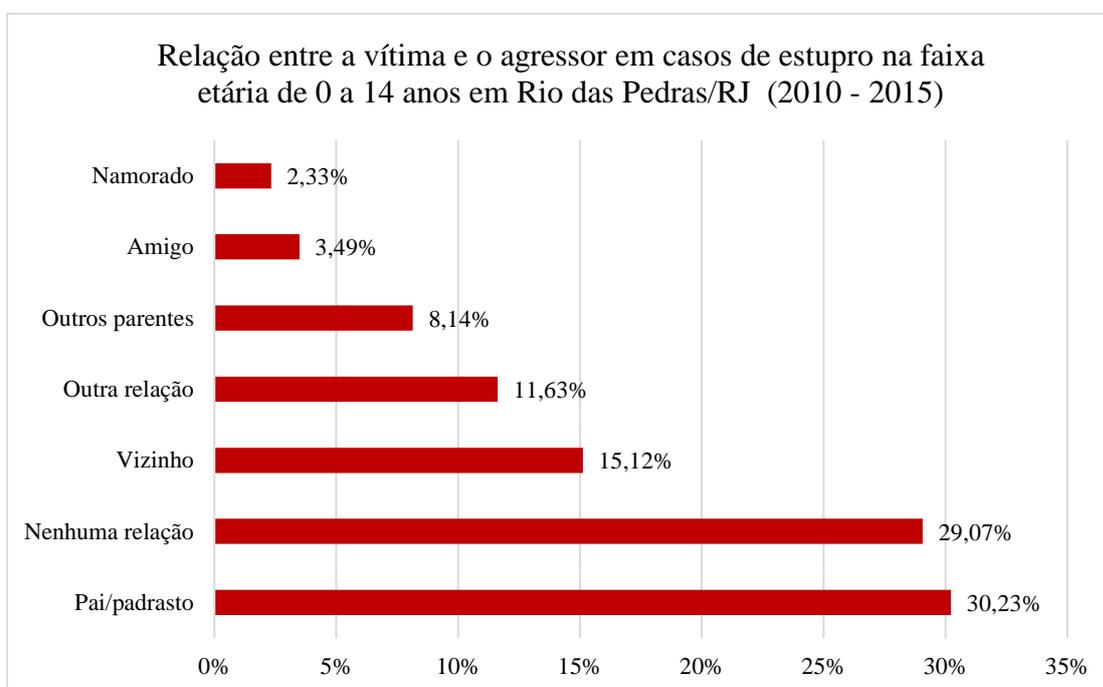


Gráfico 31 - Relação entre a vítima e o agressor em estupro na faixa de 0 a 14 anos (2011 - 2015).
Fonte: ISP (2017)

Os dados apresentados demonstram uma preocupante escalada da violência de gênero, que por muitas vezes é finalizada pelo assassinato das mulheres. No período analisado, ocorreram 8 homicídios na favela de Rio das Pedras, e todos estes concentraram-se na faixa etária de 25 a 44 anos. Pensando na evolução da violência de maneira gradual, as manifestações mais “brandas” da violência, tais como violência psicológica e moral acontecem em faixas etárias mais novas, enquanto o homicídio acomete mulheres de meia idade e mais velhas, podendo inferir que estes homicídios são resultantes de um processo escalonar de violência.

5.1.Observar e ser observada: um olhar de Rio Pedras

Caracterizações sobre a população e anatomia da favela, apesar de necessárias são insuficientes para compreender sua heterogeneidade. Foi necessário deixar de lado os pré-conceitos, despir-se de certezas, reconstruir visões. A experiência em Rio das Pedras foi além de um trabalho de campo, transformou-se em uma pesquisa militante. A convivência na comunidade durou cerca de dois anos, passando por rodas de rap, grupos de artesanato e oficinas com jovens. A aproximação tão grande e até participativa pode ser considerada como não científica, mas negligenciar toda essa vivência seria injusto com as pessoas desta comunidade que me acolheram.

Uma das metodologias foi a de observação. Observar e ser observada passou a ser rotina de campo, em que cada detalhe parecia importante e poderia gerar mais uma pesquisa. A rádio de Rio das Pedras, com seus pontos de transmissão em cada poste das ruelas, anunciava promoções de passagens à venda em uma das agências de viagem da favela – de uma quantidade significativa de lojas desse ramo – para Fortaleza. A quantidade de destinos no Nordeste era maioria, e o pagamento poderia ser feito no cartão de crédito.

O cardápio de todas as pensões e restaurantes frequentados tinham um prato principal: o típico “prato feito” era o baião de dois, que juntamente com outros quitutes nordestinos formava o mosaico de sabores de Rio das Pedras. Os sons se variavam, mas estavam sempre presentes, em altos volumes. Territórios sonoros repartidos entre os diferentes sotaques, a pregação do pastor e o cobrador da van, gritando os próximos destinos, tudo isto inserido em trilhas sonoras que se dividiam entre forró, brega e funk.

Além da poluição sonora, o crescimento desordenado e a alta densidade demográfica eram percebidos pelas ruas muito estreitas e por becos que reuniam vários prédios com várias construções. O descaso do Estado com a comunidade era nítido pela grande quantidade de lixo nas ruas e o esgoto a céu aberto em muitos pontos, se direcionando para rios retificados (valões) claramente sem nenhum tratamento e atenção.



Figura 4 – Concentração de lixo na esquina da Rua Nova, Rio das Pedras. Fotografia da autora, 10/03/2016.



Figura 5 – “Valão” poluído na Via Light, Rio das Pedras. Fotografia da autora, 08/08/2016.



Figura 6 – Rua do Amparo, Rio das Pedras. Fotografia da autora, 10/03/2016.

Outro ponto a ser destacado é a dinâmica comercial presente na favela, caracterizada em sua maioria por negócios familiares, atraindo não apenas os residentes, mas também pessoas ao redor (FARIAS, 2004). Isto revela uma intensa movimentação interna de produtos e capitais da favela, resultando em uma autossuficiência comercial e também cultural.

Extrapolando o limite da autossuficiência, notou-se em campo certo isolamento de alguns residentes, principalmente no que diz respeito às atividades culturais que realizavam, visto que muitas pessoas não saem da favela para lazer ou para fazer compras, especialmente mulheres e meninas. Somado a isto, espaços de lazer, como as rodas de rap, as praças públicas e são ocupadas majoritariamente por homens.

A ausência de tráfico de drogas organizado – uma das características que mais diferenciam Rio das Pedras das demais favelas cariocas – proporciona aos moradores e

visitantes da comunidade sensações de supostas tranquilidade e segurança, justamente por ocasiões como tiroteios e pessoas nitidamente armadas não serem cenas comuns.

No entanto, esta ausência do tráfico pode mascarar percepções de outras formas de violência como as cometidas pelo poder paralelo presente na favela (SILVA, 2004). Discursos que atenuavam violências cometidas pela milícia¹² paramilitar em prol de um “bem comum” e da tranquilidade cotidiana eram bem comuns, amenizando punições dadas a quem desrespeitasse as “normas” colocadas.

Em uma conversa coletiva realizada com adolescentes no Colégio Estadual CAIC Euclides da Cunha, as “diretrizes” existentes na favela, reguladas em parte pela milícia, foram apontadas como razões para a não prática de atos ilícitos, como fumar maconha. Uma jovem (17 anos) relatou que seu namorado havia sido recriminado de maneira violenta pelos “caras da associação” ao desempenhar tal atividade, mas que “entendia que aquilo era pro bem dele”.

A partir destas primeiras percepções, foram realizadas rotinas de observações em locais e grupos que se consideraram como pontos essenciais para a pesquisa e que o acesso foi possível. Apresenta-se abaixo as análises destas observações, entremeadas com entrevistas individuais realizadas.

5.2. Nível comunitário de análise: espaços institucionais de ação

Um primeiro local que se identificou como importante para o acolhimento à mulher vítima de violência foram as unidades de saúde, correspondendo ao nível comunitário na perspectiva de análise do Modelo Ecológico Feminista. No contexto da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), as políticas de prevenção e atenção a violência contra a mulher devem ser contempladas na atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo ser trabalhado inicialmente na unidade básica de saúde, e não encaminhado para hospitais de referência. Em Rio das Pedras, a atenção básica é representada por duas Clínicas da Família (CF), a CF Helena Basserman Vianna e CF Otto Alves de Carvalho.

Para entender como a temática da violência contra a mulher é efetivamente trabalhada na comunidade, realizou-se entrevistas com as profissionais de psicologia de

¹² Utiliza-se o termo milícia como definido por Zaluar et al (2007) como organizações de poder paramilitar, formados por civis ou não, que preveem a segurança dos moradores.

cada CF, a psicóloga Danieli Santos, da CF Otto Alves de Carvalho e a psicóloga Ana Paula Queiroz da CF Helena Basserman Vianna.

Já de início, Danieli ressalta que o tema não deve ser trabalhado apenas pelo psicólogo, mas que todos os profissionais devem estar preparados e capacitados para cuidar e orientar pessoas vítimas de violência, sendo uma das suas atribuições promover capacitações aos demais profissionais da clínica (profissionais de nível superior e agentes de saúde). Sua atuação com mulheres se deu a partir do alto número de casos de violência que chegavam na unidade: “A quantidade de casos que chegavam a mim chamou atenção, foi um incômodo e um desafio”.

Essa grande demanda também foi destacada pela Ana Paula, reforçando a recorrência de casos de violência contra a mulher:

“A demanda de casos de violência contra a mulher é muito grande. Acho que não tem um dia em que eu não atenda um caso que não esteja com violência. Pode não estar vivendo agora, mas que viveu na infância... em algum período da vida essa mulher viveu uma violência”

No entanto, ambas as psicólogas destacam que a queixa que as mulheres chegam nas clínicas não é diretamente a de violência, mas de traumas físicos ou psicológicos. Danieli destaca ainda como o quadro de atendimento normalmente associa diferentes formas de violência¹³: “A violência psicológica também está presente, mas a gente só recebe estes casos associados já com outras formas de violência, nunca isolado”. A psicóloga ressalta que é um tema que não é abordado de primeira, que é tratado como uma coisa do passado que aconteceu na infância ou adolescência: “Quando a pessoa consegue falar do assunto, fala que aconteceu a muito tempo atrás... normalmente chega pra gente através dos sintomas, que é geralmente algum transtorno mental”.

Ana Paula explicou como se caracteriza o quadro de atendimento:

“Geralmente as mulheres chegam, o médico atende e eu percebo um padrão. O médico atende um quadro de ansiedade, um quadro de depressão e quando você vai investigar a história dessa mulher, basicamente, eu diria 90 por cento dos casos, a mulher sofre com

¹³ Em relação aos tipos de violência mais notificados, a psicóloga destaca que ocorrências de violência obstétrica são muito presentes nos hospitais de referência, ressaltando o caso de denúncias feitas por gestantes da unidade que resultou em uma sindicância contra um médico do Hospital Miguel Couto popularmente chamado de “cachorrão” por seu comportamento impróprio e violento com as gestantes. Informações sobre este caso foram divulgadas nas mídias, sendo possível acessar em: <https://oglobo.globo.com/rio/medico-acusado-de-agredir-gestantes-no-hospital-miguel-couto-18315386>

um marido que é alcoolista e que a agride. Muitas delas se justificam falando ‘ah não, mas ele não faz nada comigo não, só xinga, só me chama de não sei que lá pra baixo, mas não encosta o dedo em mim’. Não conseguem identificar as violências que sofrem”.

Em relação ao perfil da mulher que sofre violência, Danieli coloca que a maioria dos casos é de mulheres adultas, mas que atende também muitos casos bebês, crianças e idosas:

“Quando se trata de crianças e idosas, o que a gente percebe é a violência se manifestando principalmente pela negligência do cuidado pela família... Também outra questão é a queixa frequente de depressão, abandono... Muitas mulheres mais velhas medicadas com psicotrópicos fortíssimos, e nem sabem a quanto tempo usam estes remédios...”

Já Ana Paula destaca como o fato de ser migrante pode influenciar na situação de violência, uma vez que por muitas vezes existem dependências socioeconômicas e afetivas:

“Muitas delas não tem o suporte de outras pessoas... Como muitas delas são nordestinas, as vezes só tem o suporte de um primo, um parente ou esse próprio marido então tem um pouco dessa carência de rede social, de rede de laços afetivos e muita dependência do marido, não tem apoio, não tem pra onde ir”

Diante deste quadro, tomou-se a iniciativa da criação de um grupo de mulheres que pudessem discutir sobre violência na Clínica da Família Helena Basserman Vianna. A psicóloga da unidade resalta que conteúdos sobre métodos contraceptivos que eram trazidos pelas usuárias serviram de pretexto para a organização de um grupo que se chamou “Da minha vida cuido eu”, que buscava fomentar o empoderamento feminino. A entrevistada colocou que a quantidade de gestações na comunidade é muito elevada, e nem sempre a gravidez é algo desejado:

“Aqui temos muitos casamentos, em que as mulheres falam ‘ainda não dei um filho pra esse’. Então a gente sentiu que a mulher precisava ter a decisão, porque muitas vezes a mulher não queria ter esse filho, o marido pressionava ou não queria se proteger e a mulher acabava engravidando. Então pensamos em colocar essa ideia da violência junto, e que é um tema que elas não querem falar sobre. Tentamos alcançar essa violência por um

outro viés, o de autocuidado, e tentar falar sobre isso sem dizer que é um grupo sobre vítimas de violência”

No entanto, por questões de uma sobrecarga de trabalho para uma quantidade pequena de funcionários, associado a uma alta rotatividade destes trabalhadores, o grupo não foi continuado.

A criação de um grupo de mulheres para discutir violência também foi uma pauta na clínica Otto Alves de Carvalho. Este grupo possuiu a duração de 1 ano e meio; no entanto, o grupo não obteve sucesso, ficando fragmentado e esvaziado. Decidiu-se, desta forma, criar maneiras alternativas de discutir sobre estas questões, como o Grupo de Artesanato “Unid@s pelo Amor”, o grupo de adolescentes e o grupo de gestantes:

“A aposta da equipe foi tratar estas questões (da violência contra a mulher) de maneira transversal, não direta. No grupo de artesanato conseguimos que as mulheres partilhem suas vivências entre elas sem que anunciássemos que era um encontro sobre violência. No grupo de gestantes, discutimos bastante sobre violência obstétrica, pois muitas das mulheres nem tem o conhecimento do que se trata, tendo até passado por situações de violência em outras gestações”.

Desenvolveu-se então visitas periódicas nos encontros do grupo Unid@s pelo Amor, com a finalidade de adquirir confiança das mulheres e observar a dinâmica do grupo. Criado em agosto de 2014, este grupo funciona com reuniões semanais de duas horas de duração, no período da tarde (13h as 15h). O horário para o acontecimento das reuniões foi destacado como um ponto positivo, pois seria um momento em que as mulheres estariam mais despreocupadas com os afazeres de casa: “Ah, eu gosto desse horário né? Não tem marido pra perturbar, perguntar da janta” (Fala de uma das frequentadoras do grupo).

O grupo é orientado por uma psicóloga, uma assistente social e uma agente de saúde. Apesar de não exclusivamente feminino, é composto apenas por mulheres, atingindo uma média de 20 pessoas nos encontros, sendo a maioria nordestinas na faixa etária de 40 a 60 anos de idade. Tendo como sustentação o artesanato, os orientadores trazem de maneira temas como abusos no casamento, violência doméstica, tuberculose, febre amarela, entre outros.

As mulheres explicam que mesmo quando não estão interessadas no artesanato em si, vão para a reunião para ter um momento de interação: “mesmo quando eu não

venho fazer nada de artesanato, eu venho. Gosto de estar aqui pra conversar, falar da vida” (Fala de uma das frequentadoras do grupo).

Quando perguntadas sobre situações de violência¹⁴, ao falarem sobre seus relacionamentos amorosos amenizavam situações de conflito e de abusos, naturalizando o comportamento do companheiro, afirmadas em falas como “ele é assim mesmo”, “casamento é assim”.

Esta organização em um grupo de mulheres facilitou outras atividades públicas, como aulas de ginástica na praça e caminhadas pelo fim da violência contra a mulher nas ruas de Rio das Pedras na semana do dia da mulher.



Figura 7 – Caminhada pelo Fim da Violência contra as Mulheres realizada pelas ruas da comunidade. Fotografia de Danieli Santos, em 26/03/2015.

¹⁴ O assunto da violência contra a mulher só foi possível de ser abordado em conversas coletivas nas reuniões. Apesar da frequência das reuniões, nenhuma mulher se sentiu à vontade para realizar uma conversa privada, na qual estes assuntos poderiam ser abordados mais a fundo.



Figura 8- Reunião do grupo de artesanato Unid@s pelo amor. Fotografia da autora, em 07/10/2016



Figura 9 - Caminhada pelo Fim da Violência contra as mulheres pelas ruas da comunidade. Fotografia da autora, em 10/03/2017

Além da criação destes grupos, outra alternativa encontrada foi a exploração destes temas nas escolas públicas locais, através de parcerias que a Clínica possui com as escolas em ações de Educação em Saúde, principalmente no CAIC Euclides da Cunha, localizado ao lado da CF Otto Alves de Carvalho.

Um desses encontros foi motivado por um triste acontecimento. No dia 21 de maio de 2016, um caso de estupro coletivo cometido por 33 homens contra uma menina de 16 anos em uma comunidade do Rio de Janeiro chocou o país. Sem muitas perguntas sobre quem eram os violadores, mas sim sobre a índole da vítima, o caso se tornou um tema de debate nos diferentes ambientes, proliferando discursos tanto em defesa da vítima como argumentos que justificassem o crime contra ela.

Neste contexto, alguns dias depois (30 de maio) juntamente com uma equipe da Clínica da Família Otto Alves de Carvalho (composta de uma psicóloga, uma médica e um agente de saúde), fui convidada para uma roda de conversa com as turmas do terceiro ano do Ensino Médio do CAIC Euclides da Cunha, onde esse assunto tinha surgido e preocupava a orientação pedagógica da escola. Após uma apresentação sobre questões de gênero, identidade e violência para cerca de 50 jovens e adolescentes, se estabeleceu um debate onde as opiniões ficaram extremamente divididas.

Muitos adolescentes (principalmente do sexo masculino, mas não exclusivamente) levantavam argumentos sobre a roupa que a menina usava, o lugar que ela frequentava e seus hábitos, que seriam motivos plausíveis para que ela fosse estuprada, uma vez que “ela deu mole” ou que “ela tava pedindo”. Enquanto outros jovens recriminavam os amigos, dizendo que não poderia se justificar de nenhuma forma um ato tão desumano como um estupro.

De repente, um depoimento tocante chocou a todos. Uma das adolescentes se levantou e relatou os episódios de estupro que passara na sua vida, duas vezes quando ainda morava no Ceará e uma vez quando veio para Rio das Pedras. Ela disse que não usava drogas, não participava de festas e nem se vestia com roupas provocantes, mas que nada disso tinha sido impedimento para estas situações de violência sexual acontecerem. Com uma emoção e tristeza que se alastrou pela sala, outras meninas começaram a chorar, dizendo como eram desrespeitadas também na escola, em suas casas, na rua e no ônibus, e como isso muitas vezes eram motivos para que não frequentassem a escola ou que não quisessem sair de casa sozinhas.

Este tipo de relato só evidencia como a violência de gênero é lastimável em diferentes lugares, e em especial em Rio das Pedras. Por considerar sua atuação pela clínica limitada, somada a dificuldade de trabalhar a prevenção dentro deste espaço institucional, Danieli juntamente com parcerias locais começou a desenvolver outras

atividades na comunidade de Rio das Pedras, como o desenvolvimento de projetos de audiovisual e gênero com adolescentes e jovens, Saraus culturais e articulação com outros grupos presentes na comunidade. Estas iniciativas correspondem a uma forma de prevenir a violência na comunidade, através de atividades formativas e culturais que tragam para este território as discussões sobre empoderamento feminino, equidade de gênero e violência.

A partir disso, iniciou-se o acompanhamento destas atividades formativas e culturais para jovens da comunidade que aconteciam no CAIC Euclides da Cunha e nas rodas culturais de Rio das Pedras. Este acompanhamento foi essencial para a construção de vínculo com algumas meninas para futuras entrevistas.



Figura 10 – Atividade “Mulheres na praça: rodas de conversa e exposição de fotografias”, realizada na Praça da Associação de Moradores. Fotografia da Autora, em 28/11/2015.



Figura 11 – Acompanhamento de atividade formativa para jovens da comunidade no CAIC Euclides da Cunha. Fotografia da autora, em 03/05/2016.

5.3. Da escala comunitária ao nível relacional

A partir do estabelecimento destas redes de contato, realizaram-se entrevistas com três mulheres que ao longo das suas vidas já haviam passado por situações de violência. Por motivos de segurança, não se identificou nenhuma das mulheres, sendo colocadas aqui como entrevistadas A, B e C. Por corresponder a uma amostra muito restrita, procurou-se entrevistar mulheres de diferentes perfis sociodemográficos, entendendo que variáveis como idade, cor ou situação socioeconômica podem influenciar na vulnerabilidade da mulher.

Buscou-se a partir das entrevistas individuais relacionar o nível comunitário, abordando as percepções das mulheres sobre Rio das Pedras e as relações com este lugar, para o nível relacional, buscando entender as dinâmicas familiares e domésticas principalmente em relação a violência de gênero, encontrando um ponto comum: a violência – de vários jeitos – é cotidiana.

A entrevistada A tem 16 anos, branca e originária de Imperatriz do Maranhão, mas mora em Rio das Pedras desde os dois anos de idade quando veio com sua família para o Rio de Janeiro. Em relação à sua vivência na favela, relata que todas as suas atividades

(escola, igreja, compras, namoro) se estabelecem na localidade, valorizando a comunidade:

“É um lugar que já teve seus altos e baixos, já foi chamado de Rio das Lamas..., mas com pessoas que realmente lutaram pelo Rio das Pedras, melhorou muito, era muito pior [...]. E hoje em dia tenho muito orgulho de falar que sou de Rio das Pedras, é um lugar de gente trabalhadora, que luta pra sobreviver, que conquista.”

Perguntada sobre como é ser mulher em Rio das Pedras, a entrevistada relata que o assédio nas ruas é um elemento constante, principalmente por “homens bêbados e sem vergonha”, e que “se a menina está com uma roupa um pouco colada já se acham no direito de mexer”. Ela destaca ainda que busca fazer caminhos rápidos e movimentados quando está sozinha, pois não se sente completamente segura: “Já teve casos de meninas em Rio das Pedras serem estupradas e isso dá uma certa insegurança”.

O tema da violência persiste ao entrar no assunto da família, no qual a jovem relata como atitudes violentas por parte da sua mãe sempre foram cotidianas, passando por ameaças constantes a violências físicas. Ela relata como a isso influenciou na sua própria vivência na comunidade: “Eu aprendi a andar no Rio das pedras por conta da minha mãe, que mandava eu resolver coisas sozinha na rua... e eu tinha que me virar para não apanhar dela.”

A menina relata como foi o momento de ruptura com a sua mãe, quando começou a morar com a sua vó devido a uma agressão sofrida:

Quando eu tinha uns 9 anos teve uma confusão sobre um brinquedo meu e dos meus irmãos que tinha sumido [...] ela nos ameaçou falando que iria nos queimar com uma colher quente... aí ela foi e pegou a colher e colocou na língua do meu irmão mais velho e na minha... Foi quando comecei a morar com a minha vó.

Um elemento interessante trazido pela entrevistada foi como atualmente a igreja possui um papel importante para que ela valorize a família e não sinta raiva das atitudes da sua mãe, e como instituições como essa possuem importância para o contexto geral da comunidade:

A igreja me ensina a ser alguém melhor, a não sentir raiva. E tipo algo também interessante é que a maioria das pessoas do Rio das Pedras frequentam ou já frequentaram alguma igreja. Minha vó vive falando que as coisas que mais tem em Rio das Pedras é Igreja, salão de beleza e bar.

A entrevistada B, parda, 24 anos, proveniente da cidade de Mirinzal (MA), veio para o Rio de Janeiro com cinco anos de idade, e também relatou uma infância complicada, sem nunca saber quem era o seu pai. Ela conta que a mãe veio para o Rio de Janeiro por ter sido culpabilizada pela família por engravidar com 16 anos e por sofrer uma série de abusos por parte do seu cunhado: “Minha mãe sofreu abuso sexual do meu tio, meu tio abusava da minha mãe. E minha família é esquecida, mas isso tem que ser colocado, porque mesmo que seja família, é abuso”.

Ela explica que a sua primeira lembrança de violência na sua vida foi de um namorado da sua mãe que a batia quando criança, mas que não foi o único episódio. A jovem conta que na fase da sua adolescência sofria por ser gorda com baixa auto estima e depressão, que foi quando sofreu a segunda situação de violência, também por parte de um parceiro de sua mãe:

“Antes de eu completar 15 anos, ela já estava se envolvendo com outra pessoa. E essa pessoa começou a me abusar, colocando a mão na minha vagina, essas coisas... e eu contava pra minha mãe e ela não acreditava! E então eu criei uns traumas na minha cabeça, fiquei me questionando porque eu passava por essas coisas e realmente foi muito difícil pra mim”

A jovem relata que em seus relacionamentos afetivos também passou por situações violentas, mas que só conseguiu perceber a gravidade algum tempo depois:

“Eu ficava com um cara que quando eu não queria transar ele queria transar comigo a força, então pra mim, hoje em dia, eu consigo entender que ele me estuprava, porque agora eu entendo que quando você força uma pessoa a querer uma coisa que ela não quer é estupro. Na época, eu acabei aceitando algumas coisas, quando era mais nova, umas pressões psicológicas...mas hoje eu consigo entender que o que eu passei era violência.”

A entrevistada relata como estas situações impactaram a sua vida, gerando consequências para a sua saúde mental e quase gerando consequências fatais (como esquematizado no Quadro 3), fazendo-a buscar drogas, o sexo e até o suicídio como ferramentas para resolução, mas que atualmente percebe tudo isso de uma forma diferente:

“Eu comecei a achar na minha cabeça que ia resolver meus problemas com as drogas, então comecei a usar drogas muito cedo, muito jovem. Não tive maturidade pra lidar com as coisas

que estavam na minha cabeça, meus problemas, as depressões, os sofrimentos... não soube lidar com isso. Então sofri muito, muito mesmo. De entrar nesse submundo, de perder a virgindade muito cedo. [...] realmente, nem todas as pessoas tem uma vida perfeita, mas eu tive muita compreensão das pessoas que me rodaram também. E hoje eu tô aqui, depois de tantas tentativas de morte, que eu tentei me matar tantas vezes... mas tô aqui, correndo atrás dos meus sonhos.

Em relação a ser mulher na comunidade, a entrevistada destaca a constância de casos de violência doméstica, relatando que as pessoas naturalizam brigas de casais, achando normal “até quando o homem esfaqueia a mulher”. Ela diz que essa rotina de violência doméstica também é presente em sua dinâmica familiar, contando o caso do seu irmão: “Meu irmão já agrediu a mãe do filho dele, e uma outra mulher que é mãe de uma outra filha. Ele tem dois filhos com duas mulheres diferentes, que são essas duas que ele bateu”.

Ela destaca que se sente insegura em Rio das Pedras por ter opiniões divergentes da maioria da comunidade, defendendo que a presença da milícia e a ausência de políticas públicas prejudica o acesso da comunidade a informações e cultura, podendo colaborar para perpetuação deste quadro violento:

“Somos muito carentes aqui na comunidade, falta um pouco de educação social, educação sexual, porque a gente acaba vendo muitas meninas tão jovens engravidando, pegando AIDS e outras doenças, DSTs, então a gente é carente de informações porque os caras né, a milícia, acabam nos privando de cultura, lazer, de saúde, de educação, porque eles querem só beneficiar o que vale pra eles. Porque eles estão tão preocupados com a questão se uma pessoa fuma ou não, se vai ter tráfico ou não, que eles não estão nem pensando na questão de como você educa uma comunidade...”

Por fim, ela destaca que as mulheres estão mais propensas a passar por abusos, pois “os homens acham que podem ter poder sobre a gente”, e diz que é importante relembrar que o apoio mútuo entre as mulheres pode ser uma forma de ajudar no processo de empoderamento feminino e quebra destes ciclos de violência.

A entrevistada C, negra, 49 anos, é oriunda da cidade de Goiânia (GO), e moradora de Rio das Pedras desde os 23 anos. A sua primeira moradia foi um barraco de madeira, e atualmente mora em uma casa construída por ela mesma, quando estava grávida de um

de seus filhos. Por residir a muito tempo na comunidade, presenciou o crescimento de Rio de Rio das Pedras e muitas de suas transformações.

Ao falar sobre o início da ocupação da favela, conta como a migração foi importante para a construção de leis morais que até hoje perduram na comunidade: “Aqui existia a regra. A regra do nordeste: o mais velho mandava, não podia ter briga de marido e mulher, não podia ter tráfico, não podia ter isso ou aquilo”.

Ela defende que a “forma de gestão” presente na comunidade é um ponto positivo, mas que a imagem que é projetada é pela mídia é distorcida, por vezes enaltecendo Rio das Pedras e por outras colocando a comunidade como reduto da milícia do Rio de Janeiro:

“na minha opinião é a melhor coisa que tem. Mas você sabe que a mídia levanta e derruba. Na nossa comunidade, graças a esse mito, isso vem desde 64. Mas quando as agências falam das milícias, só aparece Rio das Pedras! Sendo que em Jacarepaguá tudo é isso!”

A entrevistada relata que uma reportagem do programa Globo Repórter da TV Globo, após a morte do jornalista Tim Lopes buscava comparar a favela com outras da cidade, trazendo como chamada “Rio das Pedras: a comunidade sem tráfico no Rio de Janeiro”. Ela conta que isto provocou uma circulação intensa na favela, com muitas pessoas interessadas em comprar imóveis e morar na comunidade, mas também ocasionou uma movimentação de outros locais que começaram a copiar o “modelo” de Rio das Pedras:

“No outro dia a praça tava cheia de gente. Querendo comprar, querendo alugar, querendo conhecer. E isso fez com que outras pessoas de fora quisessem montar o mesmo modelo daqui, mas um modelo totalmente absurdo, porque esse negócio que se você quiser morar lá, tem que pagar 10 reais por mês, tem que pagar não sei o que, isso não existe aqui. Se você precisar de algum benefício da associação, você tem que ter a carteirinha de sócio”

Um segundo momento que é destacado pela entrevistada é a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em diversas comunidades cariocas e que impactaram a dinâmica local:

“O rio das pedras sofreu muito com as UPPs, porque apesar do Rio das Pedras não ter UPPs, recebia os resíduos das UPPs. Porque aqui pode entrar, pode morar. E apesar de não ter tráfico

tem uso de droga. Muito. Quando eles invadiram com as UPPs, vieram vários bandidinhos se esconder aqui, até grandão também, aí começaram a ter uns roubos aqui, roubo de bicicleta, roubo disso, daquilo, mas tudo isso por causa dessa mídia que teve que não foi a favor da gente aqui, que essa mídia fez um estrago pra gente muito grande”

Mas ao mesmo tempo que a entrevistada ressalta estas características positivas, sugere alguns comportamentos não tão adequados que acontecem pela comunidade: “Aqui o cara tá do seu lado e você não sabe nem quem é. Não tem a cobrança de morador, mas eles cobram realmente de grandes comerciantes, vans, mas morador não”. E completa ao falar sobre a violência urbana (ao seu ver) ausente na comunidade: “Rio das Pedras não tem tiroteio. Rio das Pedras não tem bala perdida. Aqui bala tem nome e CPF”.

Atuante em vários projetos sociais, a entrevistada ressalta que existe um abandono por parte do poder público por conta desta relação da favela não possuir tráfico de drogas, teoricamente não tendo outros problemas sociais, e compara com a favela vizinha, Cidade de Deus, localidade extremamente conflituosa, mas também muito mais visibilizada pelas mídias e investimentos:

“Aqui é do lado é a Cidade de Deus, e eu tenho maior inveja, maior ciúme, porque todos os investimentos vão pra lá. Aí me falaram que Rio das Pedras não tem risco social. E o que é risco social? Tem que juntar um bocado de gente e dar uns tiros pra cima. Risco social pra eles é ter criancinha segurando um fuzil pra eles agirem, lixo na rua, esgoto a céu aberto não é risco social”

A entrevistada conta que foi secretária da Associação de Moradores por um período, e que lidava diretamente com casos de violência doméstica e familiar que aconteciam na comunidade, sendo estes casos repassados a ela justamente por ser “assunto de mulher”. Ela relata que apesar de sua atuação no suporte para estas vítimas, acolhendo-as e levando-as para a delegacia, vivenciou algumas experiências pessoais de agressões, descrevendo um caso cometido por um ex-companheiro:

“Eu tive um ex-marido que quis me bater. Quis me bater não, quis me bater na rua, porque em casa ele já me agredia. Mas ele não fazia isso na rua porque sabia que eu trabalhava com o pessoal da Associação, que eu era muito envolvida em projetos sociais. Uma vez ele me amarrou na cama, ligou o fio elétrico pra me dar choque... Aí eu te falo aqui amiga: como é que eu, uma mulher que vai lá defender as mulheres, vou deixar isso transparecer de mim? Nunca contei.

Mas um outro dia ele veio na Associação e quis me bater. Mas aí não prestou... Ele anoiteceu aqui mas amanheceu fora daqui. Pessoal veio pra cá, dormiu aqui em casa, ficou vigiando lá embaixo, e ele foi embora pra Bahia”.

As entrevistadas, apesar de muito diferentes – em suas características físicas e sociais, mas principalmente em suas vivências – também possuem alguns pontos de convergência em suas falas, em especial no que diz respeito a violência de gênero. Mostram como além de doméstica, muitas vezes ela é familiarizada, presente de maneira quase natural em suas vidas e transformada em algo cotidiano, mas nem por isso menos sofrível. A dor dessas meninas e mulheres era percebida ao falar dos episódios violentos, manifestada por choros ou grandes silêncios.

Nas entrevistas pessoais foi onde se encontrou a escala individual, onde o primeiro lugar que a violência acontece é o próprio corpo da mulher. O poder e dominação sobre seus corpos é tão grande que este é violado de maneira psicológica/moral, sexual ou física, alicerçado em uma estrutura social misógina que legitima, naturaliza e incentiva este tipo de comportamento. Dessa maneira, defende-se a leitura do corpo como território, pois existe uma necessidade de apropriação do poder sobre este espaço individual pelas mulheres, o que na verdade deveria ser um direito. E se o corpo fosse nosso?

**ELA MUDA,
NÃO MUDA
NADA!**

* Decalque do cartaz produzido por adolescentes em Oficina de Escrita Poética que fazia parte das atividades dos 16 dias de ativismo contra a violência contra as mulheres, na Clínica da Família Otto Alves de Carvalho, em 18/11/2015, que buscava promover a discussão sobre o silenciamento da mulher e a não notificação das violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo entender como o fenômeno da violência de gênero se expressa no espaço geográfico, a partir da análise da distribuição espacial das ocorrências de violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro e da observação do espaço da casa como um lugar em disputa, percebendo em diferentes escalas que a violência de gênero corresponde também a um fenômeno geográfico.

Na escala da cidade, constata-se a existência de padrões espaciais de ocorrências bem nítidos, evidenciando a zona oeste como um espaço de maior vulnerabilidade. Mesmo contendo os bairros mais populosos da cidade, entende-se que relativizar o número de ocorrências pela quantidade de população só camuflaria a questão da violência de gênero e não a tornaria menos grave.

A vulnerabilidade da zona oeste é reforçada pela má distribuição de serviços especializados que constituiriam uma rede formal de suporte e proteção à mulher, como foi mostrado no mapa 9. Os bairros com o maior número de ocorrências dispõem de menor quantidade de hospitais, delegacias e juizados especializados, compondo um quadro contraditório. Mesmo as localidades que apresentam esses aparatos institucionais dentro do território carioca, correspondem a locais de difícil acesso e baixa transitabilidade, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Guaratiba.

A teórica centralidade destes serviços não atende às localidades donde partem as maiores demandas, podendo representar um fator de ineficácia desta rede. Sendo assim, mostra-se evidente repensar a oferta destes serviços, em relação à sua magnitude e localização, os quais a priori são direitos, sobretudo nos espaços mais segregados da cidade.

No entanto, “responsabilizar” a deficiência e/ou insuficiência dos aparatos institucionais pela ocorrência e perpetuação da violência de gênero é limitar o nosso olhar: ao considerá-la apenas como uma questão de saúde (pública e individual) ou uma questão de direitos e/ou não cumprimento dos mesmos é anular a problemática social envolvida.

A violência de gênero é apenas uma das consequências da desigualdade de gênero existente na sociedade, estruturada em uma lógica patriarcal e machista que justifica e legitima essas manifestações violentas sobre as vidas e sobre os corpos das mulheres. Desta forma, é necessário entender a violência de gênero em sua multi significância,

considerando sua construção histórica e socioespacial para uma mudança efetiva na sociedade.

Verificou-se que em toda a cidade do Rio de Janeiro há uma predominância da violência de gênero nos espaços domésticos, sendo a casa o local principal para as ocorrências de agressões em toda a cidade. No entanto, a delimitação geográfica da residência não foi o único fator determinante para confirmar a domesticidade da violência contra a mulher, tendo os vínculos conjugais e familiares como principais relações entre agressor e vítima.

O aprofundamento no estudo de campo permitiu entender a escala da residência como lócus da violência de gênero, observando como o cotidiano das mulheres de Rio das Pedras é marcado por sensações de insegurança e vulnerabilidade. Apesar da violência urbana não ser uma preocupação habitual neste território, a violência privada e o cuidado pela preservação da família eram inquietações presentes nas falas das mulheres.

Observou-se que a preocupação com comportamentos públicos, como a participação ou não de passeatas, reuniões abertas ou atividades em grupo em certos locais da comunidade era uma preocupação frequente das mulheres, assim como expressões de opiniões políticas ou ideológicas nos espaços privados ou entre familiares, delineando mais claramente como se expressam estas mulheres e como se mostram no território.

Estes fatores nos mostram como é necessário repensar a ideia do espaço privado como local de particularidades e segurança, onde não é permitido interferir, visto que pode servir de subterfúgio para velar situações de violência. A insistência em um conceito de família como instituição intocável auxilia na sustentação desse molde, colaborando para a manutenção de um ambiente de violência doméstica.

Apesar da realização de análises a partir dos perfis sociodemográficos, é importante ressaltar que é impossível homogeneizar a mulher que sofre violência em apenas um perfil. Compreender a violência de gênero em uma análise interseccional, entendendo que além das condições de gênero existem outras variáveis que tornam mulheres vulneráveis, tais como diferenças raciais, etárias, educacionais e culturais é imprescindível. No contexto da favela de Rio das Pedras, fatores como a situação socioeconômica ou a origem das mulheres foi necessário para entender as dinâmicas de violência a que estavam submetidas e como fizeram para sair delas.

Ao se comparar as informações coletadas do DATASUS e do ISP, apesar dos padrões espaciais se mostrarem bastante semelhantes, a diferença numérica é considerável: a quantidade de registros computados nas delegacias é significativamente superior aos apontados nos hospitais, ressaltando como a delegacia se mostra o espaço buscado para denunciar violência.

Em consonância a isto, vivencia-se felizmente uma tendência a cada vez mais casos de violência serem expostos e punidos, principalmente com a consolidação de instrumentos legais como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio alinhado ao empenho dos movimentos de mulheres e movimentos feministas nestas pautas. Mas ao mesmo tempo que há uma diminuição da impunidade e um maior reconhecimento destes crimes através das leis, também se perpetua uma abordagem exclusivamente punitiva.

Além disso, muitas vezes, as delegacias e o sistema de justiça acabam revitimizando a mulher, pois o atendimento normalmente não é acolhedor, questiona a palavra da vítima e faz a mulher reviver a violência a cada novo depoimento. Confiar na eficácia de leis (que em sua maioria são feitas por e para os homens) e no sistema carcerário (um mecanismo repressor e punitivo) como instrumentos de transformação social não parece muito sensato. Diante disso, Angela Davis traz uma reflexão essencial:

Se partirmos do pressuposto que o que devemos fazer é simplesmente encarcerar essas pessoas para, então, eliminar a violência de gênero, na verdade, estamos colaborando ativamente na continuidade da reprodução da violência que estamos tentando erradicar (Angela Davis, em palestra dada na UFBA, em 25/07/2017)

Torna-se urgente não ignorar estes artifícios existentes, mas questionar como estão sendo seus usos. Pensar na maior utilização de outros campos de aplicação da Lei Maria da Penha, como a assistência social e apoio psicológico para a família. Interromper os mecanismos que levam ao feminicídio, e não apenas puni-lo. A violência de gênero é uma infeliz realidade que tem que ser imediatamente modificada. Isso pode soar até óbvio, mas em tempos de extrema violação, dizer o óbvio é necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ABREU, M. de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR. 2 ed., 1988.

AL-HINDI, K. F. Women in Geography in the 21st century. Introductory Remarks: Structure, Agency and Women Geographers in Academia at the End of the Long Twentieth Century, *Professional Geographer*, v. 52 (4): p. 697-702, 2000.

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARSTED, L.L. Lei e realidade social: igualdade e desigualdade. In: BARSTED, L.L.; HERMANN, J. As mulheres e os direitos humanos. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.

BECKER, O. M. S.; COSTA, G. E. Urbanização e áreas sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Anais do XX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais e VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población. Foz do Iguaçu, 2016.

BIROLI, F. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. In: *Revista de Sociologia e Política* (online). vol. 18. n. 36, jun, 2010.

BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. *Progress in human geography*, v. 16, n. 2, p. 157-170, 1992.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

BRASIL. Lei n.º 13.104/15, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

BRASIL. Lei nº 11.106/2005, de 28 de março de 2005.

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. In: *American Psychologist*, Washington, DC: American Psychological Association, n.32, p. 513-531, 1977.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BURGOS, M. B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio. 2ed, 2004.

BUTLER, J.P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 8ª ed., 2015.

BUTLER, J. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. Cadernos Pagu, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo “Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism”, no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.18, n.2, p. 451-471, maio-ago, 2010.

CASTELLS, M. A questão urbana. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, L. F. et al. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. Cad Saúde Pública, v. 22, n. 1, p. 31-9, 2006.

OEA. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Belém do Pará, Brasil. 1994.

CORREA, R. L. Formas Simbólicas e Espaço: Algumas considerações. In Revista Aurora Geography Journal. Number 1, 2007.

CORSI, J. Una mirada abarcativa sobre el problema de la violencia familiar. In: CORSI, J. Violencia familiar: una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social. Buenos Aires: Paidós, 1994.

COUTRAS, J. À propos de la construction sexuée de l'espace urbain, Cahiers du Gedisst, no. 19, p. 77-94, 1997.

CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. In: Progress in Human Geography, 1996.

DaMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco. 5ª ed., 1997.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008.

Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>.

DURHAM, E. R.; CARDOSO, R. A Aventura antropológica: teoria e pesquisa. Paz e Terra, 1986.

FARIAS, L. K. R. A representação de interesses em favelas: vida e morte da Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras. In: BURGOS, M.B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio. 2ed., 2004.

FALEIROS, E. T. (org). O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês) caminhos da denúncia. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2000.

FERREIRA, M.; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. Os Poderes e os Saberes das Mulheres. A Construção do Gênero. NIEPEM/EDUFMA/Redor. São Luís, MA. 2001.

FERREIRA, M. J. Mulheres geógrafas na história da geografia moderna. In: TOMÉ, I.; STONE, M. E.; SANTOS, M. T. Olhares sobre as mulheres: homenagem a Zilia Osório de Castro. Lisboa: CESNOVA/FCSH-UNI, 2011.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa-3. Artmed Editora, 2008.

GONDIM, L. M. P. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L. O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

I. C. I. (Instituto Canario de Igualdad) Guía para la Atención a Mujeres Víctimas de Violencia de Género. Consejería de la Presidencia, Justicia e Igualdad del Gobierno de Canarias, 2007.

GUILHEM, D. Escravas do Risco – Bioética, Mulheres e AIDS. Tese de Doutorado, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2000.

HAMMET, C. Social Polarisation, Economic Restructuring and Welfare State Regimes. In Musterd, S and Ostendorf, W (eds.) Urban Segregation and the Welfare State. Londres: Routledge. p. 15-27, 1998.

HEISE, L. L. Violence against women: an integrated, ecological framework. Violence against women, v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

HEISE, L. L.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A. Violencia contra la mujer. La carga oculta sobre la salud. Documento de discusión No. 255. Banco Mundial. Washington D.C, 1994.

HOGAN, D.; MARANDOLA, E. As dimensões da vulnerabilidade. In: São Paulo em perspectiva, v. 20, n.1, p. 33-43, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados referentes ao Censo Demográfico de 2010. In: Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). 2010.

ISP, Instituto de Segurança Pública, Secretaria de Segurança do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

LAGARDE, M. Por la vida y la libertad de las mujeres: Fin al feminicidio Día V- Juárez, 2004.

LEITÃO, G. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L. O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

LITTLE, J.; PEAKE, L.; RICHARDSON, P. Women in cities: Geography and gender in the urban environment. Basingstoke. MacMillan, 1988.

LIPS, H. Gender: the basics. Londres e Nova Iorque: Routledge. 2014.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

DE MATOS, M. I. S.. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 13, 1996.

MARANDOLA, E.; HOGAN, D. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. In: Rev. Bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-53, 2005.

MARANDOLA, E.; HOGAN, D. Vulnerabilidades do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. In: Rev. Bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 26, n.2, p. 161-181, 2009.

MARTINEZ, A. S; MOYA, J. M. R; MUÑOS, M. A. D. Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del género:hHacia una geografía del género. Madrid: Síntesis, 1995.

MASSEY, D. Space, power and gender. Minneapolis: Polity Press. 1994.

MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, E. M.; SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, p. 83-114, 1997.

MELGAÇO, L. M. Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

McDOWELL, L. Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geography. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1999.

Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, 2009.

MORAIS, N. A.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. H. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. In: Avances en psicología latinoamericana, v. 30, n. 1, 2012.

MURARO, Rose Marie, PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.). Mulher, Gênero e Sociedade. Relume Dumará, Rio de Janeiro, RJ. 2001.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. In: Coletâneas do nosso tempo. Rondonópolis, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

NEVES, M. G.; COSTA, R. Delaine Martins. Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF. Rio de Janeiro, RJ, 1991.

OMS, Organização Mundial da Saúde, 2013.

OLIVEIRA, E. R.; CAMACHO, H. Lei Maria da Penha e Política Criminal: Uma constante luta em prol da efetivação dos direitos humanos das mulheres. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Vol. 9, Marília/SP, p 97- 112, 2012.

OLIVEIRA, H. M. A. Do retorno ao "vai e vem" : o caso de Rio das Pedras/RJ. Tese de Doutorado, 2015.

PAIM, J. Entendendo a violência doméstica. In: SPM. Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. 2006. Disponível em: <http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/diadamulher/docs/cartilha_violencia_domestica.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.

PATEMAN, C. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERES, R. G. Os dois lados da fronteira: imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. Informe Gepec (Impresso), v. 15, p. 601-620, 2012.

PERES, R. G. Mulheres na Fronteira: a migração boliviana em Corumbá - MS. Territórios e Fronteiras (Online), v. 8, p. 89-119, 2015.

PNEDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), 2006. Disponível em: <www.ufal.edu.br/aedhesp/biblioteca-virtual/downloads/pnedh-2006-1>.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMSON, O.(Org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, 1988.

REIS, M. L. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. Espaço e Cultura, n. 38, p. 11-34, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil atual. Estudos feministas, p. 443- 461, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed., 2015.

SAGOT, M. La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina: estúdios de caso em diez países. OPAS/OMS, Programa Mujer, Salud y Desarrollo, Lima, 2000.

SANTOS, G. A.; FERNANDES, C. S.; PEIXOTO, D. F. Sobre Políticas Migratórias, Acordo de Residência do Mercosul e Gênero: a migração feminina no estado do Paraná. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. de. (Org.). Refúgio e Hospitalidade. Curitiba: Kairós, 1ed., p. 277-303, 2016.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Vol. 16 (1), p. 147-164, 2005.

SOLNIT, R. A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos. Tradução Denise Bottmann. Editora Schwarcz S. A., São Paulo, 2017.

SILVA, A. O. A dinâmica perversa da violência e seus efeitos sobre a cidadania. In: BURGOS, M. B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2ed., 2004.

SCARPELLINI, M.; CARLOS, V. Y. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. In: Anais II Simpósio Gênero e Políticas, Londrina, 2011.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Unesp, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

SILVA, J. M. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SOIHET, R. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: Revista de estudos Feministas. UFSC, 1997.

SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L. O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SPITALERE, A. C. R. Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica. Monografia apresentada na UNESP. 2014.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, SP, 2004.

VILLELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. Cad. saúde pública, v. 23, n. 2, p. 471-475, 2007.

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIOTTI, M. L. R. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p. 15-25, 2006.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência: caderno complementar 1 – homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acessado em: 6 de Novembro de 2015.

ANEXOS

ANEXO I – ESQUEMATIZAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DE CAMPO

Cronograma de atividades acompanhadas nos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres - 2015		
Dia	Atividade	Local
18/11/2015	Oficina de Cartazes Poéticos: Discutindo as relações de gênero	Clínica da Família Otto Alves de Carvalho
26/11/2015	Caminhada pelo fim da violência contra as mulheres	Clínica da Família Otto Alves de Carvalho
28/11/2015	Mulheres na praça: rodas de conversa e exposição de fotografias	Praça da Associação de Moradores
30/11/2015	Cine Pipoca: discutindo as relações de gênero	Clínica da Família Otto Alves de Carvalho
04/12/2015	Oficina de escrita criativa: (re)pensando as relações de gênero	Clínica da Família Otto Alves de Carvalho
08/12/2015	Cine Pipoca: discutindo as relações de gênero	Projeto a Cara do Brasil
10/12/2015	Sarau pelo fim da violência contra as mulheres: apresentação de poesias, músicas e fotografias	Bar do Baeta

Cronograma de participação em atividades no Colégio CAIC Euclides da Cunha -2016/2017							
2016	07/mar	04/abr	09/mai	06/jun	08/ago	12/set	10/out
	21/mar	18/abr	23/mai	20/jun	22/ago	26/set	24/out
2017		19/abr	03/mai	07/jun	23/ago	13/set	04/out
		26/abr	10/mai	14/jun	30/ago	20/set	11/out
			17/mai			27/set	18/out

Cronograma de participação em atividades do grupo de artesanato Unid@s pelo Amor	
Data	Tipo de Atividade
07/10/2016	Reunião do grupo
17/02/2017	Reunião do grupo
24/03/2017	Reunião do grupo
10/03/2017	Caminhada pelo Fim da violência contra as mulheres

ANEXO II – ROTEIROS BASE DE ENTREVISTAS

Roteiro base para entrevista - Vítima de violência

Data

Método de Registro

Dados da Entrevistada:

- Nome (sigiloso)
- Idade
- Naturalidade
- Estado Civil
- Ocupação
- Grau de Instrução
- Cor

Tópicos a serem abordados:

Nível individual:

- História de vida, origens e trajetórias;
- Estrutura e constituição familiar;
- Percepções acerca do que é violência e suas manifestações;
- Situações de violência contra ela ou contra pessoas próximas no ambiente doméstico.

Nível Comunitário:

- Histórico de atuação na comunidade;
- Percepções de problemas e características da comunidade;
- Percepções acerca da violência em Rio das Pedras, se já presenciou ou passou por situações de violência.

Roteiro base para entrevista - Psicólogas

Data

Método de Registro

Dados da Entrevistada:

- Nome (sigiloso)
- Idade
- Naturalidade
- Estado Civil
- Ocupação
- Grau de Instrução
- Cor

Tópicos a serem abordados:

- Histórico pessoal e atuação institucional;
- Dificuldades e atuação institucional para trabalhar com esta temática;
- Percepções acerca da violência contra a mulher na favela e no atendimento psicológico;
- Percepções acerca do sistema utilizado pelo Ministério da Saúde para notificar casos de violência (SINAN);
- Atuação fora do ambiente institucional.

ANEXO III - UM RIO DE OLHARES

Figura 12 – Roda Cultural de Rio das Pedras. Fotografia da autora, em 16 de dezembro de 2016.



Figura 13 – Produção de curta metragem “Rio das Marias” por jovens da comunidade de Rio das Pedras. Fotografia da autora, em 08/08/2016.



Figura 14 – Roda Cultural de Rio das Pedras. Fotografia da autora, em 16 de dezembro de 2016.



Figura 15 – Vendedor de cordel na Roda Cultural de Rio das Pedras. Fotografia da autora, em 16 de dezembro de 2016.



Figura 16 – Sarau pelo fim da violência contra as mulheres. Fotografia de Diego Miranda, em 26/11/2015.



Figura 17 - Sarau pelo fim da violência contra as mulheres. Fotografia de Diego Miranda, em 26/11/2015.

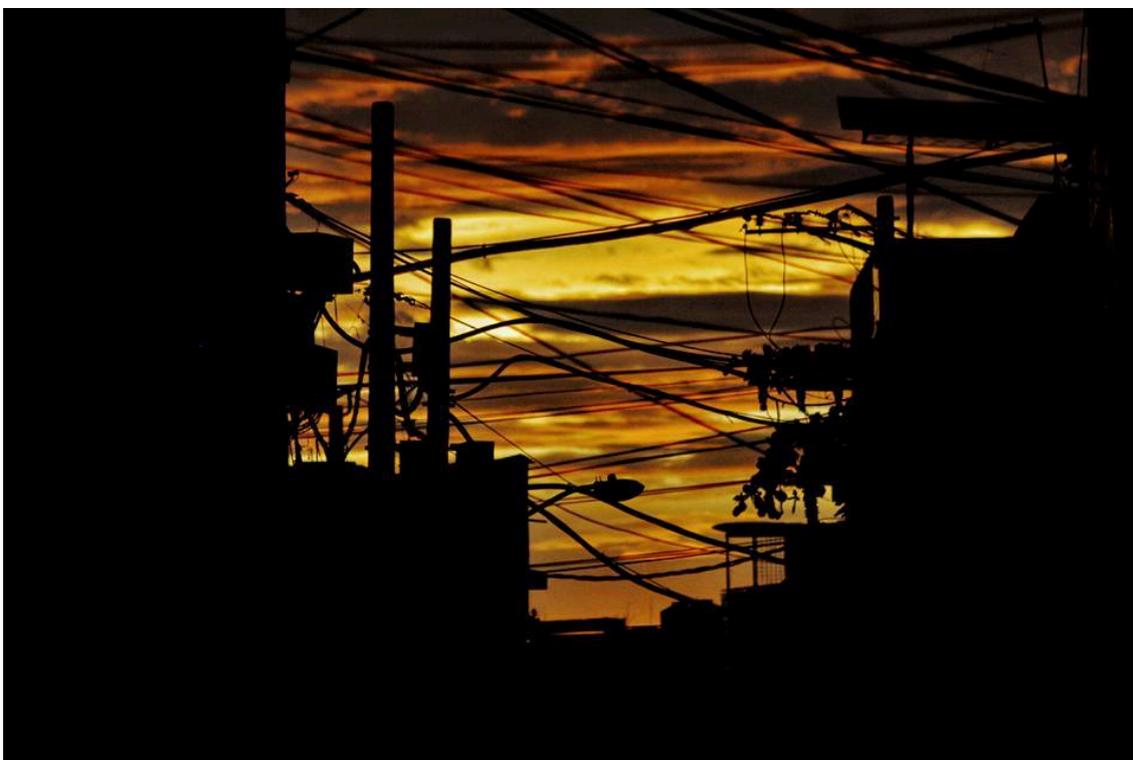


Figura 18 - Favela (re)existe: cores de Rio das Pedras. Fotografia de Diego Miranda, em 26/11/2015.